

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**RUANDA: GENOCÍDIO E MÍDIA**  
**As Relações Internacionais e**  
**a Comunicação Social**

AMANDA REZENDE

Brasília  
2011

AMANDA REZENDE

**RUANDA: GENOCÍDIO E MÍDIA**  
**As Relações Internacionais e**  
**a Comunicação Social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: História das Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Brasília  
2011

À

Jane (*in memoriam*), Dirceu e Marcelo, minha família amada, por me apoiarem sempre.

## **Agradecimentos**

Ao professor José Flávio Sombra Saraiva, pela orientação compreensiva e atenciosa. Pelo conhecimento partilhado e pela confiança. Pela agilidade nas respostas no momento em que mais precisei.

Ao professor Delmo Arguelhes, pelo incentivo para o ingresso no mestrado. Pela ajuda preciosa em todos os momentos que necessitei e por iniciar-me nos temas de história da África.

Aos professores do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, por terem auxiliado nessa caminhada acadêmica e pelo conhecimento compartilhado.

Aos funcionários da pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Odalva e Gustavo, pela presteza e paciência.

Aos colegas da turma de mestrado, pelo apoio e pela amizade que promete se estender.

Ao meu irmão Marcelo, pela torcida e pelo amor dedicado. Pelo orgulho que me inspira a buscar novos desafios.

Ao Dirceu, pelo amor, carinho, paciência e companheirismo incondicional. Pela compreensão nos momentos mais difíceis e pelas celebrações em cada passo dado. Por saber compartilhar minha atenção entre a finalização do mestrado e a organização do nosso casamento. Pela assistência detalhista na pesquisa.

À minha mãe, Jane (*in memoriam*), por ter sempre acreditado em mim.

## **Resumo**

A presente dissertação tem como objetivos avaliar a história recente de Ruanda e analisar a atuação dos meios de comunicação de massa no genocídio ocorrido naquele país africano, entre abril e julho de 1994. Para tal, verificou-se a necessidade primária de estudar a formação do território ruandês, a fim de identificar o processo de desenvolvimento das identidades hutus e tutsis no escopo da consolidação do fenômeno estatal. Em seguida, foram abordados marcos conceituais da disciplina de Relações Internacionais relativos à experiência africana, bem como a conjunção de temas discutidos no campo da Comunicação Social, com vistas a atender o caráter interdisciplinar desta pesquisa. Por fim, foram analisados dados de jornais, revistas, transmissões de rádio e filmes relacionados ao genocídio de Ruanda do ano de 1994.

O primeiro capítulo aborda a formação de Ruanda e a variação no tempo dos significados das identidades hutus e tutsis. O segundo capítulo trata de Ruanda como Estado independente e da virada de poder em benefício dos hutus após séculos de favorecimento tutsi. O terceiro capítulo observa as discussões no escopo da teoria das Relações Internacionais e na apresentação de conceitos vinculados à história de Ruanda, bem como à mídia. O quarto capítulo narra o desenvolvimento do genocídio e analisa os dados relativos à atuação dos meios de comunicação de massa no contexto genocida.

**Palavras-chave:** África; Ruanda; genocídio; mídia; identidade.

## **Abstract**

The present dissertation aims to evaluate the recent history of Rwanda and analyse the activity of mass media in the scope of the Rwandan genocide carried out between April and July, 1994. In this regard and primarily, it was identified the necessity of studying the formation of Rwanda in order to comprehend the development of hutu and tutsi identities along the consolidation of the State phenomenon. Concepts of the International Relations directly related to the African experience were taken into account, as well as themes discussed in the Social Communications academic field, intended to attending the interdisciplinary aspect of this dissertation. Data from newspapers, magazines, radio broadcasting and films concerning the Rwanda genocide of 1994 were also analysed.

The first chapter studies the Rwanda formation and the changes occurred in the meaning of hutu and tutsi identities, considering the first occupations of that country territory. The second chapter presents Rwanda as an independent State and the turning point that gave power to hutus after a long period of benefits directed to tutsis. The third chapter observes the discussion in the scope of International Relations theory and concepts related to the history of Rwanda, as well as those regarding the media. The last chapter investigates the genocide development and analyses data from media in the genocide context.

**Keywords:** Africa; Rwanda; genocide; media; identity.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>CAPÍTULO I – Aspectos da formação de Ruanda</b>	6
1.1. Olhares conceituais e referenciais	6
1.2. Ocupação territorial de Ruanda	9
1.3. Organização política, econômica e social antes da colonização	15
1.4. O período colonial e “o vento da destruição”	20
<b>CAPÍTULO II – Ruanda independente: a Primeira (1962-1973) e a Segunda República hutu (1973-1994)</b>	28
2.1. Guerra civil e o fator Uganda	34
2.2. O processo de “democratização”	40
2.3. Acordos de Arusha, UNOMUR e UNAMIR	44
2.4. As identidades hutu e tutsi na história de Ruanda	50
<b>CAPÍTULO III – Guerras, genocídio e mídia na África: as Relações Internacionais e a Comunicação Social no caso de Ruanda</b>	54
3.1. A África e as teorias de Relações Internacionais	55
3.2. Guerras, África e Ruanda	58
3.3. Genocídio e Ruanda	64
3.4. Meios de comunicação de massa	71
<b>CAPÍTULO IV – Ação e inação no genocídio ruandês: fatos e cobertura midiática</b>	79
4.1. Inação: a cobertura da mídia internacional na visão norte-americana	88
4.2. Ação: os meios de comunicação de massa internos de Ruanda	96
4.3. O genocídio, os veículos midiáticos internacionais e o fenômeno do <i>hate media</i> pelas lentes do cinema	102
4.3.1. Hotel Ruanda	103
4.3.2. Tiros em Ruanda	106

<b>CONCLUSÃO</b>	109
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	113
<b>ANEXO I – Fontes do Jornal <i>New York Times</i></b>	126
<b>ANEXO II – Fontes do Jornal <i>Washington Post</i></b>	179
<b>ANEXO III – Mapas de Ruanda</b>	218



## **Lista de Abreviaturas**

**AGNU** – Assembléia Geral das Nações Unidas

**APROSOMA** – *Association pour la Promotion Sociale de la Masse*

**BBC** – *British Broadcasting Corporation*

**CDR** – *Coalition pour la Défense de République*

**CEPGL** – *Communauté Economique de Pays de Grands Lacs*

**CNN** – *Cable News Network*

**CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas

**DGSE** – *Direction Générale des Services Extérieurs* (França)

**ETO** – *Ecole Technique Officielle*

**FAR** – *Forces Armées Rwandaise*

**FRONASA** – *Front for National Salvation*

**GP** – Guarda Presidencial (Ruanda)

**ICTR** – *International Criminal Tribunal for Rwanda*

**KBO** – *Kagera River Basin Organisation*

**MDR** – *Mouvement Démocratique Rwandais*

**MDR-PARMEHUTU** – *Mouvement Démocratique Rwandais/Parti du Mouvement et de l'Emancipation Hutu*

**MRND** – *Mouvement Révolutionnaire National pour le Développement*

**MRND(D)** – *Mouvement Républicain National pour le Développement (et la Démocratie)*

**MSM** – *Mouvement Social Muhutu*

**NRA** – *National Resistance Army*

**NRM** – *National Resistance Movement*

**OECD** – *Organisation for Economic Co-operation and Development*

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OUA** – Organização da União Africana

**PDC** – *Parti Démocrate Chrétien*

**PL** – *Parti Libéral*

**PRA** – *Popular Resistance Army*

**PSD** – *Parti Social Démocrate*

**RADER** – *Rassemblement Démocratique Rwandais*

**RANU** – *Rwandese Alliance for National Unity*

**RPF** – *Rwandese Patriotic Front* (ou **FPR** – *Frente Patriótica Ruandesa*)

**RRWF** – *Rwandese Refugee Welfare Foundation*

**RTL**M – *Radio Television Libres de Milles Collines*

**TRAFIPRO** – *Travail, Fidélité, Progrès*

**UNAR** – *Union Nationale Rwandaise*

**UNAMIR** – *United Nations Assistance Mission for Rwanda*

**UNOMUR** – *United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda*

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Artigos por palavras-chave (p. 89)

Tabela 2: Artigos por campo (p. 90)

Tabela 3: Artigos por categoria de análise (p. 91)

## INTRODUÇÃO

(...) A ‘mesmice’ do mundo, seu caráter comum (...) ou ‘objetividade’ (...), reside no fato de que o mesmo mundo se revela a todos e, apesar de todas as diferenças entre os homens e suas posições no mundo (...), ‘tanto eu quanto você somos humanos’ (Arendt; 2008, pp. 55-6).

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo principal avaliar o genocídio em Ruanda, com ênfase no papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa<sup>1</sup> internos e internacionais. No caso dos veículos internacionais, a mídia norte-americana é o foco, particularmente durante os massacres iniciados em 6 de abril de 1994. Para tal, propôs-se a combinação de abordagens histórica, política e conceitual, que perpassam todo o conteúdo apresentado, para a compreensão do recorte realizado. De forma adicional, foi feita a opção pelo recurso da interdisciplinaridade, para que o objeto em questão pudesse ser observado apropriadamente, em especial, no contexto e nos desafios que o período pós-Guerra Fria trouxe à África<sup>2</sup> e ao campo das Relações Internacionais.

A complexidade das questões que motivaram o genocídio ruandês de 1994 levou à necessidade de compreensão da história de Ruanda, baseada em processos de longa duração. Como consequência, esta dissertação estabeleceu como um de seus objetivos a análise da construção identitária de hutus e tutsis, bem como suas variações no tempo, para rever a questão racial e étnica em Ruanda como “algo natural”. Esse recurso viabilizou o entendimento de características da população e de pontos de inflexões entre os dois grupos ao longo da formação do território ruandês. Para tal, recorreu-se a fontes tradicionais de história da África, sempre buscando as relações entre Ruanda e seu contexto africano. O aprofundamento histórico foi primordial para a avaliação das fontes midiáticas, assim como para tentar evitar atitudes da corrente afro-pessimista.

Assumiu-se que os veículos midiáticos têm responsabilidades compartilhadas em relação aos fatos que dizem respeito às sociedades. A mídia é considerada ator importante no jogo de cena internacional, principalmente no que tange

---

<sup>1</sup> Os meios de comunicação de massa também serão referidos ao longo do trabalho como mídia ou veículos midiáticos.

<sup>2</sup> Penna Filho (2009, p. 107) afirmou que “o incremento dos conflitos africanos nos anos 1990 está claramente associado ao fim da Guerra Fria”.

aos veículos que possuem capilaridade global no alcance que a informação transmitida pode obter. Ao recorrer à metáfora utilizada por Thompson (2007, p. 3), é importante ter em mente que a palavra-chave nessa responsabilização é “influência”:

*Journalists* [a referência do autor são os jornalistas dos veículos de mídia internacionais] *could have had an impact in Rwanda – a sort of Heisenberg effect – has there been a significant enough media presence to influence events. The Heisenberg effect (...) describes how the act of observing a particle actually changes the behavior of that particle, its velocity or direction.*

Os conceitos de ação e inação, desenvolvidos nos capítulos finais deste trabalho, estão diretamente relacionados ao poder de influenciar com intenção e premeditação o outro. Essas duas idéias estão relacionadas, de forma intrínseca, aos objetivos da comunicação e à definição dos meios de comunicação de massa. Isso se aplicou de forma a identificar como a mídia interna e internacional foi efetiva, no sentido de conseguir comunicar ou não, ao realizar a cobertura do genocídio ruandês.

Para complementar o sentido do conceito de inação, deve-se levar em conta o primeiro aspecto normativo ligado à determinada situação genocida, qual seja, o de a comunidade internacional condenar e repugnar o ideal de genocídio pela sua natureza desumana. Esta dissertação não pretende questionar esse sentimento acerca do genocídio, mas, sim, tê-lo como fato social. A normatividade sugerida se relaciona com questões morais dos indivíduos e das sociedades que, em geral, não consideram o intuito genocida padrão aceitável. Entretanto, isso não significa reconhecer que todas as pessoas têm nivelado o conhecimento e o reconhecimento de certa situação como sendo genocídio, nem mesmo aqueles que planejam e executam o crime.

Como desdobramento da condenação moral e sentimental desse crime e resultado dos esforços de alguns cidadãos pelo mundo, foi ratificada a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio,<sup>3</sup> que, em seu artigo 8º, prevê obrigações por parte dos Estados-membros da ONU, tanto no que diz respeito à prevenção quanto à repressão. Vale ressaltar, que o crime de genocídio fere boa parte dos trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos,<sup>4</sup> conteúdo caro à comunidade internacional institucionalizada em torno das Nações Unidas. As implicações da Convenção mencionada acima são o que se pode chamar de o segundo aspecto

---

<sup>3</sup> ONU. **Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio**. 1948. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/genocidio.htm>. Acesso em: 28 de jun. de 2009.

<sup>4</sup> ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 15 de mai. de 2011.

normativo do ato genocida. Assim, serão encontradas referências futuras sobre o aspecto dual da normatividade do genocídio, nas idéias do “dever ser” e no significado jurídico.

A primeira hipótese é de que os meios de comunicação de massa de Ruanda – o que foi convencionado chamar de mídia interna – contribuíram para a incitação, mobilização e direção do genocídio, o que será denominado aqui como ação. O jornal *Kangura* e a RTLM (*Radio Television Libres des Milles Collines*) foram o foco dessa análise por serem os principais veículos midiáticos de Ruanda e pelo papel de destaque desempenhado naquele período. É importante esclarecer que não foi possível trabalhar com as fontes primárias do objeto em questão em virtude da indisponibilidade de acesso aos materiais impressos e às transmissões de rádio em Ruanda, tanto no que corresponde à sua localização física e/ou eletrônica quanto ao idioma utilizado. Dessa forma, considerou-se o relatório do julgamento realizado no âmbito do ICTR (*International Criminal Tribunal for Rwanda*) sobre o caso conhecido como *media trial* e estudos específicos sobre a atuação da mídia interna no genocídio.

A hipótese seguinte diz respeito aos veículos midiáticos internacionais norte-americanos, denominados também como mídia internacional, no sentido que seu desempenho contribuiu para o prolongamento dos conflitos por meio da inação. Foram escolhidos os jornais *New York Times* e *Washington Post* e as revistas *Newsweek* e *Time Magazine*, por terem ampla audiência nos Estados Unidos e por serem de circulação internacional. Além disso, a opção pelos veículos norte-americanos foi motivada pelo papel hegemônico dos EUA e por toda a atuação controvertida desse ator no caso do genocídio de Ruanda. As fontes primárias foram acessadas *in loco* na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*Library of Congress*). Enquanto as referências dos artigos de revistas acessados constam na parte de fontes jornalísticas – em Fontes e Bibliografia –, as referências de jornais foram incorporadas como anexos I e II deste trabalho, em virtude do grande volume de artigos analisados.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, dois dedicados à história de Ruanda e outros dois voltados ao desenvolvimento das hipóteses acima mencionadas, vinculadas aos campos das Relações Internacionais e da Comunicação Social. O primeiro capítulo auxilia a compreender a formação e a variação no tempo dos significados das identidades hutus e tutsis em Ruanda, desde as primeiras ocupações do território. A reconstrução histórica de longa duração buscou apresentar a gênese de formação do Estado ruandês e superar as imagens pré-concebidas da África,

normalmente, vinculadas a situações sem solução, guerras tribais, ódio baseado em etnia, banhos de sangue constantes ou exotismo natural.<sup>5</sup> Desse modo, foi possível mapear pontos de inflexão importantes nas relações da sociedade ruandesa, bem como verificar as distintas representações dominantes na história de Ruanda até o período da colonização belga.

O capítulo segundo trata de Ruanda como Estado independente, a partir de 1962, e da virada de poder em benefício dos hutus após séculos de favorecimento tutsi. É nesse recorte, ambientado na Primeira e na Segunda Repúblicas, que se conseguiu figurar os resultados do acumulado histórico que desembocou no genocídio. Ao finalizar em período anterior ao atentado contra o avião do Presidente Juvénal Habyarimana, buscou-se categorizar e organizar as mudanças que levaram à construção e à reconstrução das identidades hutus e tutsis, ora amparadas na idéia de raça, ora baseadas na de etnia, desde a formação do território ruandês.

O terceiro capítulo localiza as discussões no escopo da teoria das Relações Internacionais e na apresentação de conceitos vinculados à história de Ruanda tratada ao longo desta dissertação. As ferramentas conceituais escolhidas buscaram dialogar com o universo africano, com o devido cuidado de buscar regularidades, mas evitando generalizações não ajustáveis a Ruanda. Foi considerada importante, ainda, a recuperação do processo que culminou na aprovação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, assim como discussões acerca da definição de genocídio, uma vez que há diversos trabalhos que criticaram o conceito definido no tratado internacional. Ao abordar as duas linhas de entendimento dos efeitos dos conteúdos veiculados pela mídia – *agenda-setting* e espiral do silêncio – nos indivíduos, considerou-se atinente a problematização do tema mídia e política. Esse caminho foi útil para que nem a mídia, nem a política figurassem como variáveis predominantes a todo o momento e de modo isolado.

Por fim, o quarto capítulo narrou o desenvolvimento do genocídio e analisou os dados relativos à atuação dos meios de comunicação de massa. Ao contemplar o teste das hipóteses elencadas acima, foram contrastados os caminhos opostos trilhados pela mídia interna e pela norte-americana, mas que participaram do

---

<sup>5</sup> Penna Filho (2009, pp. 9-10) chamou atenção aos preconceitos sofridos pela África, muitas vezes relacionados a justificativas da Europa para o processo de colonização e dominação que os europeus exerceram no continente africano. O autor destacou, ainda, o fato de a África ter sido reconhecida, durante algum tempo, como um continente sem história propriamente dita, uma vez que a maioria de seus povos não utilizava a escrita. Ao contrário disso, Penna Filho considera que a África é rica e complexa, com os registros mais antigos da existência humana.

mesmo resultado, aproximadamente 800 mil mortes de ruandeses em cem dias. Além das fontes mencionadas anteriormente, foram utilizados dois filmes sobre o genocídio ruandês. A avaliação do conteúdo dos filmes agregou veículo adicional do campo da Comunicação Social, o cinema. Foi interessante observar como a mídia retratou a atuação da própria mídia no caso de Ruanda.



## CAPÍTULO I – Aspectos da formação de Ruanda

O ponto de partida desta dissertação de mestrado é a formação do Estado ruandês com o objetivo de mapear momentos históricos que marcaram inflexões entre tutsis e hutus, enquanto identidades construídas, e ocasionaram, ao longo do tempo, migrações e confrontos que culminaram no genocídio ocorrido em 1994. Essa reconstrução objetiva identificar as variáveis predominantes para a compreensão do genocídio, bem como sua racionalidade.<sup>6</sup> A justificativa para se trabalhar a gênese de Ruanda traduz cautela no sentido de superar imagens pré-concebidas do continente africano, inspiradas no discurso hegeliano, que acarretaram na corrente afro-pessimista dos anos 1990 e estimularam a ciência e a opinião pública no sentido do discurso da inviabilidade da África, conforme mencionado por Saraiva (2008, p. 96).

### 1.1. Olhares conceituais e referenciais

O trabalho de P. Pierson (2004, pp. 79-102) sobre processos de longa duração delineou as vantagens de considerar períodos mais longos em pesquisas acadêmicas, por permitir a identificação de causas e resultados que se perdem quando a temporalidade analisada é restrita, o que pode prejudicar a compreensão dos fenômenos observados. A multicausalidade e a variação no tempo de elementos que compuseram o processo que culminou no genocídio de Ruanda levaram à adoção da linha defendida pelo autor.

O enfoque genealógico será a ferramenta utilizada para explorar como determinado regime de verdade – a oposição entre tutsis e hutus – se converteu em representação dominante. De acordo com R. Devetak (2001, pp. 184-8), a noção de

---

<sup>6</sup> Sobre a racionalidade do conflito em Ruanda, Prunier (1997, p. xiii) escreveu: “(...) *at least one can have the bitter satisfaction of thinking that even the worst experience of human experiences are not absurd and that they obey a recognizable logic, even if of a rather different kind from Hegel’s triumphant march towards the historical incarnation of the spirit*”. Chabal e Daloz (1999, p. xvii), por sua vez, chamaram atenção ao fato de que “*we cannot, for example, decide a priori that certain forms of African politics (e.g., the genocide in Rwanda, the disintegration of Zaire, or the smooth democratic transition in Cape Verde) are temporary aberrations which are not representative of existing trends on the continent*”. Estes autores afirmaram, ainda, que “(...) *that political action in Africa can be explained in terms of rational behaviour, not merely ‘backwardness’*”.

genealogia se refere a estilo de pensamento histórico que expõe as relações de poder-conhecimento. Dessa forma, a atenção estará voltada a demonstrar como determinada perspectiva produziu representações que dominaram e tornaram-se legítimas em detrimento de outras, bem como os efeitos decorrentes disso. Chabal e Daloz (1999, p. xx) defendem que o conhecimento e o controle da informação são importantes para todos os governos, todavia, tornam-se fatores cruciais em sociedades que enfrentam situação de desordem.

O modelo de E. Martins (2002, pp. 55-7) que atribui quatro vias à construção de identidades será adotado como referencial nesta dissertação. Assim, a reconstrução de fatos da história de Ruanda dialogará com os tipos propostos pelo autor: identidade por assimilação ou apropriação, identidade por contraste, identidade por rejeição e identidade por diferença. De modo simplificado, o primeiro está relacionado à aculturação, o segundo se dá mediante processo de diferenciação do outro, com destaque dos aspectos que lhes são incomuns, o terceiro ocorre em ambiente de forte agudização dos conflitos e o último é comum a todos os outros, pois “a consciência da diferença, necessariamente decorrente da contemplação do outro, pode derivar para a assimilação, para o contraste, para a rejeição”.

Em complemento aos conceitos de E. Martins (2002), a obra de M. Mamdani (2002, pp. 14-5), que identifica oscilações na construção das identidades políticas de tutsis e hutus – ora baseadas em raça, ora em etnia –, será aplicada para a observação de tais movimentos na sociedade ruandesa. Este autor apresentou a relevância em diferenciar identidades políticas de identidades culturais e econômicas. As identidades políticas são entendidas como consequência direta do processo de formação do Estado, com alterações de um período histórico a outro, indicando fases distintas que marcaram o desenvolvimento institucional de Ruanda. Raça e etnia, por sua vez, são abordadas como identidades legalmente impostas e institucionalmente reproduzidas, o que lhes confere o caráter político.

Chabal e Daloz (1999, p. 51) corroboram com a idéia exposta acima ao afirmar que não há identidade fixa no continente africano. Pelo contrário, propõem que as identidades africanas sejam analisadas a partir de sua mudança no curso histórico e de como foram instrumentalizadas politicamente. A proposição de G. Prunier (1997, pp. XI-XII) de considerar os acontecimentos em Ruanda como produto histórico, e não como fatalidade biológica ou súbito ataque espontâneo, deve ser entendida como orientação fundamental neste trabalho.

Chabal e Daloz (1999) defenderam a idéia de que a etnicidade é apenas um traço constitutivo da identidade, entretanto, destacaram que em Ruanda e Burundi a polaridade desse traço identitário levou a resultados desastrosos. É interessante destacar a afirmação de que poucos hutus em Ruanda acreditavam que teriam seus problemas solucionados com a eliminação de todos os tutsis. Os autores mencionam, também, que o genocídio em Ruanda deve ser analisado a partir de raízes históricas que remontam ao período pré-colonial e que foram agravadas durante a colonização:

*Western interpretations of ethnicity and violence on the continent [Africa] almost all concentrate on the sheer irrationality of such fratricidal strife. The bulk of the reports on Rwanda and Liberia, for instance, have concentrated on the extent to which “age-old tribal hatreds” have fuelled conflicts have become either genocidal or incomprehensibly “barbaric”. What is interesting about these explanations of such violence is the fact that they are tied to a notion of the “backwardness” of Africa. These conflicts occur, it is implied, because Africa has failed to develop the type of Western rationality which would in effect render them obsolete (Chabal e Daloz; 1999, p. 152).*

M. Mamdani (2002, pp. XII-XIII; p. 9) sugeriu, ainda, a superação de duas questões centrais presentes na análise do genocídio em Ruanda e que interferem de modo direto nas pesquisas sobre o tema. A primeira entende as fronteiras estatais como fronteiras de conhecimento, o que transforma fronteiras políticas em questões epistemológicas. O autor esclarece que o fato de o genocídio ter ocorrido dentro das fronteiras do território ruandês não significa que suas dinâmicas estejam limitadas ao país. A segunda diz respeito a considerar que o conhecimento está relacionado apenas à produção de fatos. Essa percepção tende a sobrevalorizar o fato em detrimento da teoria. Dessa forma, é necessário buscar equilíbrio na dosagem de recursos históricos – essenciais para a definição do escopo das ações – e teóricos em prol da compreensão dos fenômenos estudados.

Para o estudo do genocídio, M. Mamdani (2002, pp. 7-8) propõe reflexão acerca de “*three silences*” sobre o assunto. No “primeiro silêncio”, percebe-se que muitos autores escreveram sobre o acontecimento negligenciando a história do genocídio, como se a violência política não tivesse precedentes em Ruanda. O “segundo silêncio” está relacionado aos agentes do genocídio, com a tendência de abordar o fato como projeto estatal, de modo exclusivo, desconsiderando sua característica subalterna e popular. O terceiro e último é relativo à geografia do genocídio, e diz respeito a silenciar sobre as interações regionais que colaboraram para o genocídio de 1994.

Nesse contexto, é preciso considerar os desafios de escrever sobre a História da África. J. Ki-Zerbo ([s.d.], v. I, pp. 9-39) apresenta elementos que demonstram grandes diferenças em relação a referenciais ocidentais – são eles: barragem dos mitos; dificuldades e métodos quanto a fontes escritas, cronologia, tradição oral, arqueologia, lingüística, etnologia e antropologia cultural, arte, outras ciências, antropologia física, quadros geográficos, quadros cronológicos; e concepção da história.

## **1.2. Ocupação territorial de Ruanda**

Sobre a pré-história da África Central, na qual está inserida Ruanda, F. Van Noten; et al. (1982, pp. 559-66) escreveram acerca da impossibilidade de traçar grandes áreas culturais bem definidas para a região. Os autores destacam que é plausível afirmar sobre a presença do homem em determinado momento, mas não se pode confirmar se ele veio ou não de fora. O fato é que o homem se adaptou aos aspectos do meio – clima, fauna e flora –, todavia, respondeu de modo diferenciado ao diversificado meio ambiente encontrado. Resultou disso a existência de áreas distintas que, por vezes, são dotadas de traços comuns, mas que, em mesma medida, apresentam adaptações regionais e locais que não são compreendidas apenas pela influência de condições ecológicas distintas. Estima-se que a vida social se organizou na região há mais de dois milhões de anos e, de acordo com os estudos de J. Nenquim, a presença humana em território ruandês remonta ao Acheulense Superior.<sup>7</sup>

É quase certo que os pigmeus, cujos descendentes são chamados de twas, foram os primeiros povos a ocupar o território ruandês. De modo geral, os pigmeus da floresta equatorial e tropical cederam, aos poucos, lugar a novas populações de alta estatura que falavam línguas bantu. Os agricultores de língua bantu cultivavam sorgo, criavam rebanhos e faziam artesanato rural. Sua organização era baseada em linhagens e clãs, com a direção de seus respectivos chefes (Gourevith; 2006, p. 45; Olderogge; 1982, p. 295; Ogot; 1988, p. 528). Antes da expansão bantu, os povos que habitavam as margens do Lago Vitória e dos rios vizinhos eram descendentes da antiga população de

---

<sup>7</sup> O Acheulense IV ou Superior, em conformidade com Hermens (1982, p. 547), se refere ao estágio no qual técnicas de lascamento foram aperfeiçoadas (técnica Victoria West II): “trata-se de um núcleo muito mais circular, com plano de percussão facetado, de onde são destacadas grandes lascas com bulbo situado numa base estreita (...). Essas lascas servem para a fabricação dos utensílios, bifaces, raspadores e machadinhas, todos finamente retocados”.

tradição aquática.<sup>8</sup> Por mais que possuíssem características favoráveis à fácil adaptação, parece que foram absorvidos pelos colonos bantu em curto espaço de tempo. Todavia, mesmo no papel de colonizadores, os bantu, possivelmente, adquiriram vários aspectos relativos às técnicas de pesca e às crenças dos povos que os precederam.

A principal expansão bantu foi abrangente e rápida, notável processo de colonização. Desde cedo, nas regiões ricas de bons pastos e livres das moscas tsé-tsé, os bantu incluíram em sua dieta agrícola o leite e a carne de vaca (Sutton; 1983, pp. 592-4). Originalmente, a palavra bantu significava um grupo de línguas. Com o passar do tempo, adquiriu caráter etnográfico e antropológico. De acordo com alguns lingüistas, as línguas bantu tiveram origem na região do Médio Benue, fronteira entre a Nigéria e a República dos Camarões. Estudos de etnólogos demonstram que, apesar da possibilidade de se distinguir algumas áreas culturais no universo bantu, não é viável estabelecer conjunto definido de características comuns aos bantu que os diferenciem de outros povos da África (F. Van Notten; et al.; 1982, pp. 649-50).

Na história das migrações africanas, o papel desempenhado pela mosca tsé-tsé, presente no continente desde datas muito remotas, deve ser levado em consideração. Em regiões infestadas por essa mosca, o desenvolvimento de criação era prejudicado e os pastores logo se deram conta de que precisavam encontrar rotas alternativas às zonas infestadas. Dessa forma, a movimentação de rebanhos a partir da África do Norte para o sul continental ficou restrita a passagens livres de moscas, tanto acessos naturais quanto criados por comunidades agrícolas organizadas e densamente povoadas. Ruanda e Burundi são bons exemplos desta última situação, onde a migração de pastores criadores formou, com a fusão de outros povos, a sociedade de hutus e tutsis há, aproximadamente, nove séculos. Vale ressaltar que o pastoreio na África não foi desenvolvido de modo uniforme. São identificados no continente: comunidades nômades que vivem em movimento pela busca de água e pastagens e alguns grupos bantu na parte oriental que associaram a criação de gado à agricultura (Mabogunje; 1982, pp. 359-60).

No século XV, boa parte dos povos de língua bantu estava organizada em grupos pequenos, formados por várias linhagens que se submetiam a uma linhagem dominante dirigida por um *mwami* (chefe ou rei). É consenso que, antes do reino de

---

<sup>8</sup> As populações de tradição aquática se localizavam ao longo da bacia do Alto Nilo, em especial às margens do lago Vitória. Eram populações que acampavam em ilhas, abrigos sob rochas, campo aberto à beira do lago e dos rios da região. Sua alimentação era baseada em peixes e moluscos, mas também na caça e em bovinos e carneiros. Não há registros de que tenham cultivado a terra (Sutton; 1983, p. 587).

Nyiginya,<sup>9</sup> sete clãs formavam Estados: Singa, Zigaba, Gesera, Banda, Cyaba, Ongera e Enengwe. Destes, os três primeiros são considerados pioneiros em Ruanda. As tradições tutsis apontam que o Estado mais antigo em Ruanda foi fundado pelo clã Singa, compreendendo a maior parte da atual República de Ruanda, exceto a parte oriental. Todavia, possuía organização frágil e seu nome foi sequer conservado pela história.

No extremo leste, o Estado de Mubari, pertencente ao clã Zigaba, ocupou vasta região. A primeira menção ao clã Nyiginya aconteceu quando os Zigaba lhe doaram a colina de Gasabo, com autorização de possuir chefe próprio, mas submetido aos Zigaba. Nesse período, o casamento entre os dois grupos ocorreu com frequência. A independência do Estado foi perdida no final do século XVI, quando o soberano ruandês, Yuki II Gahima, retirou o tambor real dos Zigaba. Parentes próximos dos Zigaba, os Gesera governaram o poderoso Estado de Gisaka, a sudoeste de Ruanda, e possivelmente o de Bugyesera. Gisaka se manteve independente até século XIX, quando o *mwami* Rwoyera (1830-1860) o anexou. Os Gesera continuaram a governar, até o século XX, dois pequenos Estados que se separaram do Gisaka – Busozo e Bushiru. O Busigi, Estado localizado no centro-norte de Ruanda, tinha um chefe fazedor de chuva e foi incorporado apenas no início do século XX.

Os exemplos acima têm por objetivo demonstrar que a autoridade de Ruanda não foi imposta a povos sem Estado. Gisaka, por exemplo, foi tão bem organizado quanto Ruanda no início de sua história. Esses Estados desenvolveram instituições monárquicas e ritos que visavam agir sobre a natureza. Algumas instituições políticas e religiosas foram incorporadas pelo Estado ruandês à medida que se expandiu. A partir do século XV, o número de pastores aumentou de modo considerável nesses Estados. A princípio, não compunham casta dominante. Ficou comprovado que, de forma indubitável, no nordeste, no noroeste e no oeste do território ruandês, pastores e agricultores conviveram em paz. O sistema de vassalagem que marcou as relações entre esses grupos se desenvolveu após 1500, no momento da integração ao novo Estado de Ruanda.

Em geral, assume-se que pelo menos nove dos grandes clãs de Ruanda (Sindi, Nyakarama, Ega, Shambo, Sita, Ha, Shingo, Kono e Hondogo) eram tutsis e, assim, de origem pastoril. Esses clãs elaboraram árvore genealógica nacionalista, que

---

<sup>9</sup> O reino de Nyiginya surgiu na segunda metade do século XVII como uma coalizão entre Ndori e reis locais. Para informações detalhadas sobre o período, acessar *Antecedents to Modern Rwanda: The Nyiginya Kingdom*, de Jan Vansina (University of Wisconsin Press, 2004).

faz de todos os tutsis descendentes do fundador mítico, Gihanga. Os pastores se deslocavam em grupos pequenos e heterogêneos. Ao final do século XV, decidiram organizar-se em linhagens no sul e entraram em conflito com os agricultores. Contudo, com exceção de dois grupos (Hondogo e Nyiginya), nenhuma das linhagens era poderosa o suficiente para constituir um Estado independente. Os Hondogo ocuparam as margens do lago Mugesera, ao sul, e expulsaram os Gesera para Gisaka, a leste. Os Nyiginya formaram a dinastia reinante de Ruanda. Vindos do leste – do Mubari –, instalaram-se no Gasabo, região central. No fim do século XV, formaram um Estado centralizado, com a incorporação de pastores e agricultores (Ogot; 1988, pp. 529-31).

Há indícios de que os tutsis vieram de fora da região dos Grandes Lagos e algumas correntes de pensamento acreditam que sua origem remonta a um tipo racial distinto. De acordo com estas, ao tomar por base suas atribuições físicas, provavelmente, habitaram o sul da Etiópia. Todavia, há autores modernos que têm se empenhado em comprovar que hutus e tutsis possuem a mesma origem racial. Na tradição oral,<sup>10</sup> há casos de uma mesma pessoa relatar duas tradições diferentes para informar sobre o mesmo processo histórico. Isso aconteceu, por exemplo, com duas versões de uma tradição sobre hutus e tutsis em Ruanda. A primeira conta que o primeiro tutsi caiu do céu e encontrou o hutu na terra. A segunda se refere aos dois como irmãos. G. Prunier (1997, pp. 16-7) sugeriu que, em virtude da falta de evidências históricas, as especulações devam parar nesse ponto.

Ogot (1988, p. 511-13) apontou os desafios para se reconstituir a história da região dos Grandes Lagos no período dos séculos XIII a XV da era cristã: primeiramente, a escassez de tradições orais e dados lingüísticos, bem como de informações arqueológicas adequadas; em segundo lugar, a questão do preconceito com que se costuma abordar as relações entre os povos agrícolas e pastoris; em seguida, a falta de consenso sobre a cronologia; e, por fim, a restrição de informações publicadas acerca de aspectos que extrapolem os círculos reais.

Para os propósitos deste trabalho, o segundo ponto levantado acima é relevante, uma vez que os povos agrícolas são associados aos hutus e os pastoris, aos tutsis, em praticamente todo material acessado. É importante ressaltar, entretanto, que

---

<sup>10</sup> A tradição oral pode ser definida, de acordo com J. Vansina (1982, p. 158), como sendo “(...) testemunho transmitido oralmente de uma geração a [sic.] outra”. Vale ressaltar que a idéia apresentada não pretende aprofundar o conceito de tradição oral, mas situar o leitor de que o presente trabalho assume como válido tal recurso metodológico e o considera importante no estudo da história da África de maneira abrangente. Os *griots* são especialistas nessa prática, pois conhecem tradições relacionadas a uma série de fatos distintos.

Ogot não atribui nenhum sentido étnico, mas sim ocupacional, a pastores e agricultores. Tal associação é trazida no sentido de demonstrar como foi incorporado, ao longo do tempo, o conteúdo hutu e tutsi às identidades ocupacionais. Assim, em vários textos históricos, os pastores são tidos como conquistadores civilizados que trouxeram ordem para o local conquistado. Os agricultores, por sua vez, são introduzidos como sendo massa dócil e silenciosa, que nunca buscou o desenvolvimento e a fundação do Estado.

Ruanda, de acordo com este autor, é um bom modelo das imagens expostas acima. O historiador ruandês A. Kagame, por exemplo, se negou a admitir que qualquer instituição estatal tenha dependido da participação dos agricultores para existir. Ogot (1988, p. 511-12) pontuou que, pelo contrário, houve a formação de Estados na região entre agricultores antes mesmo da chegada de grupos pastoris. Esses grupos viveram em paz por extenso período, até o século XV, quando teve início o grande processo de constituição dos Estados, “(...) o qual por sua vez foi em grande medida responsável pela distinção de classes sociais ou castas na região”. As tradições da região interlacustre demonstraram que o pastor que perdesse seu gado convertia-se em agricultor e vice-versa. Essas alterações ocorreram na região de modo contínuo, tanto em nível individual quanto de grupos.

Uma das maiores dificuldades para escrever sobre história de Ruanda pode ser atribuída à fragilidade do encadeamento cronológico. Ki-Zerbo (1982, p. 28) chamou atenção ao fato de a duração média dos reinados ou das gerações se apresentarem como questão controvertida, em virtude de mudanças demográficas e políticas. De acordo com o autor, “por vezes, um dinasta excepcional e carismático polariza sobre si os feitos mais notáveis de seus predecessores e sucessores que, assim, são literalmente eclipsados”. A Da Monzon, rei de Segu no início do século XIX, é atribuída a grande conquista desse reino pelos *griots*. Ogot (1988, p. 512) demonstrou as controvérsias acerca do problema genealógico de Ruanda. A. Kagame defendeu que a fundação do Estado ocorreu no século X da era cristã, tendo apresentado genealogia real desde 959.<sup>11</sup> J. Vansina, dentre outros, afirmaram que os sete primeiros soberanos apresentados por A. Kagame não foram personagens históricos, com a possível exceção de Gihanga.

M. Mamdani (2002, pp. 42-3), ao explorar a questão de quem são hutus e tutsis, faz duas observações no que diz respeito às distintas correntes que se dedicam ao

---

<sup>11</sup> A genealogia apresentada por Kagame foi: Gihanga I (959-992), Gahima I (992-1025), Musindi (1025-1058), Rumeza (1058-1091), Nyarume (1091-1124), Rukuge (1124-1157) e Rubanda (1157-1180).



estudo de Ruanda. Entretanto, antes de expor as questões levantadas pelo autor, vale realizar breve explicação sobre as correntes a que ele se refere. A primeira é a corrente colonial e está baseada nas idéias de diferença e separação da origem ancestral de hutus e tutsis. A tradição anti-colonial, por sua vez, tende a ressaltar as semelhanças dos dois grupos: por um lado, enfatiza o processo de integração cultural ocorrido; por outro, reconhece as diferenças estabelecidas nos campos ocupacionais e de prosperidade econômica para os grupos.

A primeira ressalva de M. Mamdani (2002, pp. 42-3) é no sentido de que a relação entre a academia e a política tem sido dialética, amparada na academia. A perspectiva política influencia, em troca, o desenvolvimento acadêmico. O resultado é que os estudiosos de Ruanda tiveram seus parâmetros de análise baseados em questões de poder e não se dedicaram a pesquisar sobre o projeto político do país, cujo objetivo era naturalizar a diferença com uma reflexão simplista, que atribuiu aspectos culturais e biológicos à diferença. Por conseguinte, a diferença de cunho político entre hutus e tutsis não foi abordada.

A proposta de Mamdani (2002, pp. 73-4) é que as identidades hutus e tutsis sejam tidas como identidades políticas que sofreram alterações no curso da história de Ruanda. Essa afirmação leva a duas considerações: se hutu e tutsi são consideradas identidades históricas, é preciso reconhecer que suas definições podem ter variado ao longo do tempo; ao reconhecer essas identidades como políticas, é possível afirmar que sua trajetória foi influenciada pelas instituições de poder, em especial, pelo Estado.

Os antecessores dos hutus e tutsis criaram comunidade cultural por meio de séculos de coabitação, casamentos entre grupos e trocas culturais, a comunidade das pessoas que falam a língua Kinyarwanda. Essa comunidade, de caráter regional, é encontrada tanto dentro quanto fora das fronteiras ruandesas. P. Gourevitch (2006) destacou estudo do missionário monsenhor Louis Lacger, na década de 1950, que observou que, mesmo composta por uma pluralidade de raças,<sup>12</sup> Ruanda possuía grande sentimento de unidade nacional. Louis Lacger (*apud* Gourevitch; 2006, p. 53) escreveu: “Há poucos na Europa entre os quais encontramos esses três fatores de coesão nacional: uma língua, uma fé, uma lei”.

---

<sup>12</sup> O termo “raças” remete a diversas interpretações e, neste trabalho, foi apenas utilizado para manter a palavra utilizada na bibliografia citada. Para mais informações sobre a questão aplicadas à África, acessar Appiah (1997).

M. Mamdani (2002, pp. 73-5) alegou que hutus e tutsis emergiram como identidades políticas impostas pelo Estado, no contexto da emergência de desenvolvimento estatal. Dessa forma, não há como considerá-los nem uma distinção étnica nem socioeconômica, pois havia porosidade na aceitação de hutus bem-sucedidos, bem como havia o caso dos *petits tutsis*, que não desfrutavam de condições melhores que a maioria dos hutus. Este autor considerou, ainda, que a busca na história das migrações das origens de hutus e tutsis é desnecessária, pois os grupos são delimitados por identidades políticas, não culturais. P. Gourevitch (2006, p. 45) afirmou que, em função da miscigenação entre hutus e tutsis em território ruandês, historiadores e etnógrafos concluíram que os dois grupos não podem ser considerados grupos étnicos distintos.

### **1.3. Organização política, econômica e social antes da colonização**

De acordo com G. Prunier (1997, pp. 18-21), a questão central acerca das dinâmicas da história de Ruanda está relacionada à expansão do reino sob a dinastia Banyinginya.<sup>13</sup> A geografia do país favoreceu a fragmentação e levou ao estabelecimento de microunidades ou microestados, o que De Lacger chamou de *toparchies*. No século XVIII, Buganza, localizada nas cercanias do Lago Muhazi e na área central de Ruanda, iniciou o processo de unificação de outras regiões – primeiro, Nduga; em seguida, Ndorwa, Mutara, Gisaka, Bugesera; e, por fim, as terras altas a oeste do país.

A expansão territorial não foi planejada, pelo menos no início. Tal processo durou longo período e ficou marcado por diversos problemas. A natureza sagrada do rei significou a imposição ao reino de visão político-religiosa de proporções quase místicas. Isso levou à necessidade de normalização de procedimentos sociais, bem como à reorganização geográfica simbólica do território conforme visão de mundo imposta. Contudo, o poder real não alcançou todo o espaço ruandês. Até o século XIX, muitos principados – em especial no norte, nordeste e sudeste do país – resistiram à dominação central. Há, até mesmo, casos de incorporação que ocorreram apenas após a chegada dos europeus. À medida que o controle do rei se estendeu, a natureza e o estilo

---

<sup>13</sup> A dinastia Banyinginya se desenvolveu a partir de uma monarquia tutsi cujas origens são encontradas na região central de Buganza.

de sua autoridade sofreram alterações graduais rumo ao aumento da centralização administrativa e de formas autoritárias de controle político.

Esse movimento – posteriormente, acompanhado e apoiado pelos europeus – significou a transformação expressiva em comparação ao início do século XIX. As mudanças para o país foram: o controle político central se tornou mais homogêneo; no âmbito da corte central, o rei e os membros de sua família puderam fortalecer e endurecer o funcionamento da autoridade política; o fortalecimento dos níveis central e local permitiu que a corte eliminasse os últimos principados hutus; e as relações de dependência, descritas erroneamente como feudais em referência a período anterior, de fato, “feudalizaram-se”. G. Prunier (1997, p. 21) destacou a importância de o processo descrito acima ser compreendido como uma questão de centro *versus* periferia e, não, composto por relações de oposição entre hutus e tutsis. Os critérios para identificação das “vítimas” do rei, tanto hutus quanto tutsis, eram definidos por sua posição geográfica.

Em meados do século XIX, as duas principais modalidades de posse de terra eram: *ubukonde*, terra limpa e ocupada por determinada linhagem ou por seus ancestrais; e *igikingi*, terra destinada a linhagens proprietárias de gado, concedida pelo rei ou por outra política oficial. Em alguns casos, os clientes trabalhavam um ou dois dias por semana nas terras do patrão. A obrigatoriedade do serviço era ocasional e, quando aplicada, era dividida entre os membros da linhagem cliente, concebida como grupo. As relações sociais entre os agentes desse tipo de clientelismo eram caracterizadas por laços de afetividade (Newbury; 1988, p. 79).

No período em que ocorreu a ampliação do *igikingi*, as terras concedidas para a pastagem passaram a ser utilizadas, principalmente, para agricultura. De modo adicional, houve a variação do *ubuhake* para a sua forma mais desigual e a introdução do trabalho forçado por meio da *ubuletwa*, relativa à prestação de serviços de interesse público. O título régio atribuído a alguns príncipes hutus se tornou sinônimo de rebeldia perante o nível central. Nas áreas conquistadas durante a expansão a partir do centro de Ruanda, o *igikingi* e o *ubuhake* ficaram mais restritos depois dos anos de 1870 (Prunier; 1997, pp. 20-1).

Vale ressaltar que o *mwami* Rwabugiri se encarregou de propagar a *ubuletwa* por seus domínios e sua aplicação virou símbolo da opressão centralizadora do rei. Os belgas, em momento posterior, se beneficiaram dessa regra e a utilizaram de modo indiscriminado. Entretanto, o tipo mais controverso de dependência pessoal entre

os ruandeses e os estrangeiros foi o *ubuhake*. Caracterizado como clientelismo desigual, o *ubuhake* – em sua forma clássica, não necessariamente original – consistia no patrão tutsi dar uma vaca ao cliente hutu.

Como aos hutus não era permitido possuir rebanho,<sup>14</sup> a vaca não era apenas um bem “econômico”, mas modo de ascensão social. Em caso de reprodução, os bezerros deveriam ser partilhados entre o patrão e o cliente. Uma vez proprietária de gado, a linhagem hutu se transformaria em *icyihuture*, algo como se “deshutuizar” ou “tutsifucar”. Alguns indícios apontam que o *ubuhake*, em sua forma original, ocorria entre tutsis de linhagens distintas. Nesta época, hutus só eram agraciados com vacas em situações de reconhecida coragem em batalhas e estas ficavam restritas à propriedade privada, sem obrigações do hutu presenteado perante o tutsi que ofertou o presente (Prunier; 1997, pp. 13-4).

Enquanto os encargos relacionados a terra eram coletados tendo por base unidades territoriais, outra forma de pagamento, referida como *amakoro y'umuheto*, era fundamentada na adesão a grupo responsável pelo *umuheto*, o exército social. Quando a organização do *umuheto* teve início em Ruanda, os grupos incorporaram, principalmente, tutsis e envolveram alguma forma de serviço militar. No final do século XIX, o *umuheto* se tornou uma instituição para coletar encargos de hutus provenientes de linhagens bem-sucedidas e tutsis. Ao menos em teoria, a autoridade do *umuheto* não era constituída a partir do território (Newbury; 1988, pp. 42-3).

Os anos de 1860 a 1931 marcaram o surgimento da sociedade moderna ruandesa e de seus problemas intrínsecos. O período em questão se iniciou com o reinado de Kigeli IV Rabugiri, o grande conquistador, e terminou com o seu filho, Yuhi V Musinga. Porém, essas datas não devem ser tomadas por indicações precisas, uma vez que essa temporalidade trata de processos difusos de transformação política, social e econômica. Jean-Népomucène Nkurikiyimfura (*apud* Prunier; 1997, pp. 21-2), intelectual ruandês tutsi, apontou questões relevantes sobre hutus e tutsis nesse período:

*The generalisation of igikingi increased the capacity for pressure coming from the political authorities on the inferior and middle social classes. It also contributed to a strengthening of ethnic feelings both at the top and at the bottom of society. Neglecting the poorest strata (mostly Btwa and Bahutu, with a sprinkling of Batutsi), judging that the middle class (made up of Bahutu and Batutsi) was reasonably happy with the situation as it was, the mwami (king) and his chiefs*

---

<sup>14</sup> O gado era sinal de prosperidade econômica, poder e boa educação.

*thought that several elements, both Bahutu and Batwa could be integrated in the ruling group, that is the Mututsi elite, depending on their capacities, their wealth and their potential for exploiting useful blood connections. To open up access to the new ibikingi holdings, many people had to be “tutsified” something which many authors called “accession to the nobility”, an expression which blurs the distinction between the few high-ranking Batutsi lineages and the ordinary Batutsi... But this “enoblement” prevented the birth of a distinct Bahutu chiefly stratum which could have become a privileged intermediary between the court and the larger population.*

O trecho acima evidencia o tema da exclusão dos hutus em relação à nova elite dominante. Ao final do século XIX, a maioria ou a totalidade dos camponeses hutus tinha de vender seu trabalho, como obrigação social e mercadoria no sistema colonial (Prunier; 1997, p. 22).

Em estudo específico sobre os cem anos – de 1860 a 1960 – do processo de centralização política de Ruanda, com foco no nível local,<sup>15</sup> C. Newbury (1988, pp. 51-2) afirmou que a construção do Estado ruandês por Rwabugiri enfatizou as diferenças étnicas em Kinyaga. Hutus e tutsis assumiram distintos níveis hierárquicos na sociedade, dependendo de sua proximidade com a corte central. Em momento seguinte, quando a arena política foi ampliada e houve o aumento da atividade política, as classificações se tornaram estratificadas e rígidas. A identidade hutu passou a estar associada a *status* inferior. No governo de Rwabugiri, hutu e tutsi se tornaram rótulos políticos. Com a chegada dos europeus, as categorias étnicas ficaram ainda mais rígidas.

Quando o primeiro branco, o conde alemão Von Götzen, chegou a Ruanda, em 1894, encontrou a seguinte situação: o *mwami* vivia no centro de uma grande corte e era considerado divindade, a verdadeira representação física de Ruanda. Contudo, o *mwami* era apenas o ápice de pirâmide complexa de relações políticas, culturais e econômicas. Abaixo do *mwami* havia três tipos de chefes: o *mutwale wa buttaka*, “chefe das propriedades de terra”, responsável pela distribuição de terras, produção agrícola e tributação; o *mutwale wa ingabo*, “chefe dos homens”, encarregado da força que trabalhava na terra e do recrutamento de pessoal para o exército do rei; e o *mutwale wa inka* ou *mutwale wa igikingi*, “chefe das pastagens”, que controlava os pastos.

---

<sup>15</sup> O local escolhido pela pesquisadora foi Kinyaga, parte da Prefeitura de Cyangugu, localizada a sudoeste de Ruanda.

As funções descritas acima podiam se concentrar em uma mesma pessoa. Entretanto, em locais revoltosos ou de relações mais difíceis, o *mwami* tendia a separar as três posições e nomear homens distintos. Havia a possibilidade de esse arranjo ficar mais intrincado quando o mesmo homem, sendo chefe das propriedades de terra e dos homens de determinada colina, tinha de lidar com um chefe das pastagens em “seu” território, enquanto era, ao mesmo tempo, chefe dos homens em outras duas colinas, onde os outros poderes eram exercidos por terceiros.<sup>16</sup> A maioria dos chefes era composta de tutsis, apesar de alguns chefes das propriedades de terra serem hutus, considerando que o domínio destes era a agricultura.

Os chefes impunham certas normas globais de trabalho/pagamento para a colina e cada família encontrava arranjos próprios para satisfazer as demandas do governo. Uma das grandes reclamações acerca da colonização belga foi a implantação de restrições duramente excessivas nesse sistema de arrecadação de trabalho/pagamento de forma que toda pessoa apta ao trabalho/pagamento era obrigada a cumprir as determinações coloniais. O modelo anterior, baseado na responsabilidade coletiva, era preferível pela população.

É curioso notar que os clãs, elemento básico de classificação social em sociedades segmentadas, não exerceram tal função em Ruanda. Enquanto famílias (*inzu*) ou linhagens (*umuryango*) podiam ser compostas de hutus ou tutsis, os clãs (*ubwoko*) podiam ser constituídos de hutus, tutsis e twas. De fato, clã era termo de difícil aplicação, uma vez que não havia memória ou lenda de ancestral comum entre a população ruandesa. Ruanda apresentava no total apenas dezoito clãs, situação muito peculiar em comparação com áreas menores e menos populosas da África que possuíam mais de cem clãs (Prunier; 1997, pp. 11-6).

C. Newbury (1988, pp. 40-8) destacou o grande número de campanhas militares contra países fronteiriços a Ruanda na política exterior do *mwami* Rwabugiri. Historicamente, o principal meio de impor o domínio central a novas áreas foi por meio da construção de residências reais (*ibwami*), de forma particular, em regiões consideradas revoltosas. Além do *umuheto* e dos encargos relacionados a terra, algumas regiões também forneciam materiais e mão-de-obra para a manutenção das capitais reais. A tendência de estabelecer exércitos com forças baseadas regionalmente foi inovação proporcionada pelo reinado de Rwabugiri. Dessa forma, cada região

---

<sup>16</sup> Esse sistema foi denominado por Richard Kandt de “*the interwined fingers*”, em tradução livre para o português, os dedos entrelaçados.

administrativa de Ruanda possuía tropas equipadas e o chefe da região era, ao mesmo tempo, comandante do exército de sua área.

#### **1.4. O período colonial e “o vento da destruição”**

Os primeiros exploradores europeus de Ruanda se depararam com uma população dividida em três grupos distintos (hutus, tutsis e twas), mas homogêneos nos aspectos lingüísticos e culturais. Falavam o bantu, viviam lado a lado e havia ocorrência freqüente de casamento entre pessoas de grupos diferentes. Os grupos em questão foram, de modo inadequado, denominados “tribos”. Considerando que tribos equivalem a micro-nações, verificou-se que o caso ruandês não se aplica a essa classificação pelas características já mencionadas. A consideração arbitrária dos colonizadores em relação à superioridade dos tutsis frente aos hutus desconsiderou fatos como, por exemplo, o histórico de mobilização conjunta para lutar contra hutus e tutsis do Burundi (Ki-Zerbo; 2006, p. 54; Prunier; 1997, p. 5).

O papel desempenhado pela imagem que os europeus fizeram de hutus e tutsis quando chegaram a Ruanda no século XIX e a moda da “ciência das raças” de Speke<sup>17</sup> merece destaque para a compreensão do período colonial. Speke atribuiu superioridade a apenas um tipo de negros compreendido por muitas tribos provenientes da Etiópia, dentre elas, a dos tutsis. Escritos desse tipo condicionaram de forma duradoura as atitudes dos europeus perante a população de Ruanda e foram considerados orientações científicas inquestionáveis na administração de alemães e belgas. Essas idéias tiveram, ainda, grande impacto entre os colonos (Gourevitch; 2006, pp.48-50; Prunier; 1997, pp. 7-9).

Ao lembrar que os escritos de Speke foram, originalmente, destinados a explicar a situação do reino de Buganda, M. Mamdani (2002, p. 87) indaga sobre a razão de a hipótese hamítica persistir com força política décadas depois apenas em Ruanda e no Burundi. O autor atribuiu esta incidência ao fato de que a idéia dos tutsis como uma raça dissociada da população em geral se transformou em base lógica para a criação de uma série de instituições – aliadas e inspiradas por fatores ideológicos – que

---

<sup>17</sup> John Hanning Speke, o famoso explorador e descobridor da fonte do rio Nilo, apresentou em sua obra *Journal of the Discovery of the Source of the Nile* (London, 1863) o que denominou de “*theory of conquest of inferior by superior races*”.

reproduziram a visão de tutsis como minoria racial. Assim, o processo de “racialização” dos tutsis era tanto construto intelectual quanto institucional, assim como produto da parceria do Estado colonial com a Igreja católica.

As idéias de que os tutsis eram superiores em virtude de terem vindo de fora e que a diferença racial os separava da população local tiveram origem no período colonial. Tal percepção foi compartilhada por colonizadores rivais – belgas, alemães, ingleses – no sentido de considerar que, qualquer lugar na África onde houvesse evidência de Estado organizado, os grupos no comando só podiam ter vindo de fora do local. Esses grupos móveis eram denominados de hamíticos e havia a noção de que eles eram a “mão invisível” por trás de todo sinal de civilização. Essa concepção ficou conhecida por “hipótese hamítica” (Mamdani; 2002, p. 80).

Os alemães chegaram a Ruanda em 1894, momento crucial para as transformações que vinham ocorrendo no país. No ano seguinte, o *mwami* Kigeli IV Rwabugiri morreu e o país entrou em grave crise política, em virtude de não haver um sistema de sucessão definido. Ignorantes sobre a política local, os alemães ficaram vulneráveis à manipulação pelo colonizados. Adicionalmente, os colonizadores mantiveram presença mínima no local – em 1914, por exemplo, havia em Ruanda apenas 96 europeus, incluindo os missionários. A Alemanha instalou seus primeiros postos administrativos em 1897, com a política de governo indireto, e se retirou em 1916. Nenhuma mudança profunda na sociedade ruandesa ocorreu durante esse período (Gourevitch; 2006, p. 52; Prunier; 1997, pp. 23-5).

A colonização belga, efetiva em campo no ano de 1916, por meio de conquista militar, e oficializada em 1919, por mandato da Liga das Nações, tinha por objetivo continuar e aprofundar a abordagem colonial germânica em Ruanda. Os primeiros anos da administração depois da designação da Liga das Nações foram de “*wait and see*”. A “real” política colonial da Bélgica foi implantada de modo progressivo entre 1926 e 1931, por meio de uma série de medidas conhecidas como “*les réformes Voisin*”, pelo então governante Charles Voisin. A reforma tinha por objetivos: transferir o poder do monarca para os chefes locais; reorganizar o poder das autoridades locais para extinguir qualquer responsabilidade perante as respectivas comunidades ou qualquer forma de controle da burocracia em nível local; e “racializar” a autoridade local.

Os chefes hutus foram, de maneira massiva, substituídos por tutsis, de modo que, no final de 1959, 43 de 45 chefes eram tutsis, bem como 549 subchefes tutsis



em um total de 559. Os três tipos de chefes que existiam em Ruanda foram fundidos em apenas um no ano de 1929. Os hutus, que usualmente ocupavam o cargo de chefe das propriedades de terra, perderam posições consideráveis. Os chefes do novo arranjo eram massivamente tutsis. Em 1936, a introdução dos Tribunais Nativos – realizada no escopo da reforma judicial, agregou o poder de realizar julgamentos aos chefes locais, que já acumulavam os poderes executivo e legislativo – marcou a consolidação indiscutível dos tutsis no poder.

Toda a estrutura de corvéia foi redesenhada e generalizou a aplicação da *ubuletwa*, o trabalho forçado que a população abominava. Enquanto era considerada obrigação do grupo (linhagem) no período anterior à colonização, com a chegada dos europeus, tornou-se dever individual. A penetração do capitalismo ocidental encobriu uma sociedade antiga e os beneficiários da nova ordem foram aqueles que estiveram mais próximos do poder, os tutsis.

A “política racial” se tornou preocupação dos belgas a partir de 1925, com os relatórios anuais da administração dedicando um capítulo específico para essa questão. Instituições que traduziam a política racial foram criadas entre 1927 e 1936. Assim, a educação, a administração do Estado, a taxaço e a Igreja se organizaram a partir da orientação das identidades étnicas, sempre em favor dos tutsis. A reforma incluiu a realização de censo para classificar toda a população em hutu, tutsi ou twa para, em seguida, emitir as carteiras de identidade étnica (Gourevitch; 2006, p. 55).

O censo oficial, realizado entre 1933 e 34, diferenciou tutsis de hutus de acordo com a regra das dez vacas: quem tivesse dez ou mais vacas era classificado ou classificada como tutsi, atrelando essa identidade à idéia de classe social. Os resultados do censo foram de 1,8 milhões de hutus e 250 a 300 mil tutsis. Com o número total de vacas estimado em 500 e 600 mil, o número total de tutsis, considerando a regra aplicada, não era correspondente. Explicação possível para tal discrepância era a existência de *petits* tutsis, que não possuíam as dez vacas necessárias, mas haviam sido classificados(as) como tal.

A reorganização administrativa promovida pelos belgas teve fim com a retirada do *mwami* Yuhi V Musinga do poder em novembro de 1931, substituído por um de seus filhos, Mutara III Rudahigwa. Os belgas e a Igreja não simpatizavam com Musinga, e a mudança trouxe grande satisfação para os estrangeiros. O novo rei foi entronado sem cumprimento e respeito aos ritos tradicionais, fato que provocou na

população o sentimento que aquele novo *mwami* era o rei dos brancos. Rudahigwa também se converteu ao cristianismo.

Até os anos de 1920, o cristianismo havia cativado poucos adeptos no país. Foi apenas a partir de 1927 que ocorreu onda maciça de conversões, motivada pelas reformas administrativas belgas. Como pré-requisito para fazer parte da nova elite de Ruanda, a conversão ao cristianismo entrou na pauta dos tutsis. A Igreja e o processo de “cristianização” impactaram o país em áreas distintas: ao estilo de vida africano foi vinculado forte senso de moral; o monopólio da educação formal era da Igreja e privilegiava os tutsis em detrimento dos hutus; o ritual de possessão espiritual *kubandwa*<sup>18</sup> quase desapareceu de Ruanda, o que acarretou em mudanças importantes na vida espiritual e cultural do país; na luta contra o paganismo, a Igreja destruiu outra prática, o *kunywana*, que consistia em ritual de pacto de sangue que poderia unir pessoas consideradas de origens sociais distintas.

A “moderna” Ruanda era centralizada, eficiente, neotradicionalista, católica e brutal. Entre os anos 1920 e 1940, a carga fiscal e o trabalho forçado aumentaram de modo considerável. O resultado disso foi o êxodo de mão-de-obra em direção às colônias britânicas, em especial, Uganda, onde havia oportunidades de trabalho. Durante breve período após a Primeira Guerra Mundial, Gisaka (localizada na parte oriental de Ruanda) foi anexada a Tanganica, que estava sob os auspícios do Império britânico. Os camponeses hutus estavam bastante satisfeitos com a nova situação e não expressaram o menor desejo de retornar ao domínio belga, o que aconteceu dois anos depois.

Administradores, antropólogos do governo e missionários estiveram empenhados em reconstruir o passado ideológico de Ruanda e, a partir desse passado artificial, o seu presente. Infelizmente, os nativos estiveram cientes dessa reconstrução, assim como das vantagens e desvantagens que ela trazia para a condição étnica de cada um. A superioridade tutsi foi “cientificamente” comprovada e defendida por antropólogos para que hutus pudessem ser explorados pelos europeus e pelos tutsis, pois eram inferiores e deveriam aceitar seu destino. G. Prunier (1997, p. 39) afirmou que *“the time-bomb had been set and it was only a question of when it would go off”*. O autor reforçou que, apesar de não ter sido um local de paz e harmonia antes da chegada

---

<sup>18</sup> De acordo com G. Prunier (1997, p. 33): *“Kubandwa had been an element of social cohesion because it was home-grown, trans-ethnic and highly personal. Christianity was also trans-ethnic, although definitely Tutsi-dominated during colonial years, but it was foreign and rather abstract.”*

dos europeus, a história pré-colonial de Ruanda nunca registrou violência sistemática entre hutus e tutsis (Mamdani; 2002, pp. 80-99; Prunier; 1997, pp. 25-39).

Embora não tenha se colocado a favor dos hutus em momento algum, a Igreja já chamava atenção para a condição imposta aos hutus sob o domínio belga. O *ubuhake* neotradicional e várias outras medidas tomadas para reestruturar a sociedade ruandesa tiveram como efeito a mudança das relações coletivas de subordinação social para as relações individuais de exploração econômica. Os religiosos passaram, então, a se posicionar como partidários de uma crescente contra-elite hutu.<sup>19</sup> A decisão do clérigo levou em conta que o controle da instituição estava fugindo das mãos dos brancos, considerando que, em 1951, padres brancos e negros ruandeses, quase que exclusivamente tutsis, eram compatíveis em número.

Ao mesmo tempo, a elite tutsi também sofria transformação no sentido de defender idéias como igualdade racial, descentralização da política colonial e auto-governo. A Igreja via esse movimento como ameaça a seu poder, mas também como algo maior, a contestação de toda a ordem colonial. Um dos mais importantes instrumentos de contestação da posição que a elite tutsi ocupava em Ruanda foi a revista *Kinyamateka*, publicada na língua Kinyarwanda. Sob a liderança do hutu Grégoire Kayibanda, tornou-se a mais lida do país. A criação da cooperativa de café TRAFIPRO – a sigla significava “trabalho, fidelidade e progresso” – forneceu a combinação entre oportunidade econômica e treinamento de lideranças para a crescente contra-elite hutu. Paulatinamente, os hutus se organizaram em associações de segurança mútua, culturais e com base nos clãs.

A administração colonial belga estava sob a curadoria das Nações Unidas com o objetivo de preparar o terreno para a independência do país. Ativistas políticos hutus começaram a clamar pelo governo da maioria. Em 1956, os colonizadores promoveram as eleições dos conselhos consultivos. A introdução de elementos democráticos abalou os fundamentos da tradicional sociedade ruandesa. Em março de 1957, foi publicado por um grupo de nove intelectuais hutus o “Manifesto Hutu”,<sup>20</sup> que reivindicava a democracia. Uma democracia, todavia, a favor das carteiras de identidade

---

<sup>19</sup> De acordo com M. Mamdani (2002, p. 106), a contra-elite hutu de Ruanda se desenvolveu a partir de três posições sociais: a elite pré-colonial nos principados independentes de Ruanda; em razão da economia de mercado, em especial da força de trabalho no Zaire e em Uganda, que permitiu aos camponeses hutus fugir do regime de servidão ruandês; e por impulso da educação escolar, fruto da parceria entre os missionários e o Estado colonial.

<sup>20</sup> O documento afirmava que a questão central do problema de Ruanda estava relacionada ao conflito entre os hutus e os hamíticos, os tutsis estrangeiros.

“étnica”, baseada no número de indivíduos de cada grupo e que fortalecesse a maioria étnica (Gourevitch; 2006, pp. 56-7; Ki-Zerbo; [s.d.], vol. II, p. 241). O manifesto utilizou a palavra raça, o que, naquele contexto, já anunciava sérios problemas vindouros. A reação da elite tutsi foi defensiva.

Em maio de 1958, a corte dos notáveis (*bagaragu b'ibwami bakuru*) declarou que, desde Kigwa, ancestral da dinastia Banyinginya, os hutus foram reduzidos pela força e, dessa forma, não poderia haver fraternidade entre hutus e tutsis. Em outubro do mesmo ano, Joseph Gitera, líder hutu, solicitou ao Monsenhor Perraudin que extinguisse o *Kalinga*, o tambor real sagrado, pois não podia ser considerado símbolo da unidade nacional, uma vez que era decorado com testículos de príncipes hutus derrotados. Os partidos políticos se proliferaram de forma rápida.

O primeiro partido foi o MSM (*Mouvement Social Muhutu*), em junho de 1957 por Grégoire Kayibanda. Em seguida, surgiu o APROSOMA (*Association pour la Promotion Sociale de la Masse*) em novembro de 1957, com Joseph Gitera – empresário hutu – à sua frente. O APROSOMA se propôs a ser um partido baseado em classes, mas atraiu apenas hutus. Em agosto de 1959, os tutsis conservadores criaram a UNAR (*Union Nationale Rwandaise*), partido monarquista e contra a colonização belga, que defendia a independência imediata de Ruanda.

De modo inesperado, mas justificado em contexto de Guerra Fria, a UNAR passou a receber recursos e apoio diplomático de países comunistas no âmbito do Conselho de Tutela das Nações Unidas. O resultado imediato foi o aprofundamento dos antagonismos entre belgas e tutsis. Para conter a UNAR, os belgas estimularam a criação da RADER (*Rassemblement Démocratique Rwandais*), em setembro de 1959, pelo chefe Bwanakweri. Enquanto isso, Kayibanda mudou o nome de seu partido, em outubro do mesmo ano, de MSM para MDR-PARMEHUTU (*Mouvement Démocratique Rwandais/Parti du Mouvement et de l'Emancipation Hutu*). Ao final de 1959, a situação era tão tensa que qualquer incidente poderia causar uma explosão. Foi o que aconteceu.

Em novembro de 1959, o ativista hutu, e também subchefe administrativo, Dominique Mbonyumutwa foi espancado por um grupo de ativistas da UNAR em Gitarama. Espalhou-se a informação de que ele havia sido morto, o que, de fato, não ocorreu naquele episódio. Até os dias de hoje ainda há pessoas que acreditam em sua morte e, até esse fato acontecer, de acordo com P. Gourevitch (2006, pp. 57-8), não havia registros de violência política sistemática entre hutus e tutsis em Ruanda.

Logo após o espancamento, hutus começaram a atacar autoridades tutsis e conhecidos membros da UNAR. Diversas casas de tutsis foram queimadas, sem distinção entre a elite e os *petits* tutsis. Em menos de uma semana, a violência se alastrou por grande parte do país. A insurreição hutu ficou conhecida como “o vento da destruição” e consistiu em pilhagem, destruição e, de modo eventual, assassinato de tutsis. Desde o início das ações de violência, a administração belga se mostrou a favor dos hutus.

Em 25 de julho de 1959, o *mwami* Mutara III Rudahigwa morreu sob a suspeita de ter sido envenenado por um médico no Burundi. O novo e inexperiente *mwami* Kigeli V, com apenas 20 anos, assumiu o poder, mas foi ignorado pelo Coronel belga Logiest, quando pediu permissão para constituir seu exército. Forças fiéis ao rei foram à luta assim mesmo, mas logo Logiest resolveu interceder. No dia 14 de novembro, certa ordem havia sido restabelecida. Por volta de trezentas pessoas foram mortas e 1.231 (919 tutsis e 312 hutus) presas.

No início de 1960, o Coronel Logiest anunciou que, em razão das circunstâncias, era necessário eleger um lado. Comandando a revolução, de modo virtual, perpetrou golpe de Estado por decreto executivo e realizou a substituição de chefes tutsis por hutus. Foram realizadas eleições regionais, em que os hutus garantiram 90% dos cargos mais importantes. As novas autoridades locais eram chamadas de burgomestres e, aos tutsis, restou a administração de apenas dezenove, de um total de 229, comunas. Em outubro, Logiest comunicou que a revolução estava concluída e Grégoire Kayibanda, um dos autores do “Manifesto Hutu”, foi nomeado líder do governo provisório.

A revolução social a que Logiest se referiu era diferente, pois mais parecia a simples transferência de poder “étnico”. Nos dias 14 e 15 do mesmo mês, treze tutsis foram assassinados na comuna de Kibingo, causando grande onda de emigração. O número de tutsis desalojados e refugiados cresceu de forma significativa. No final de 1960, pequenos comandos formados por tutsis exilados, chamados de *Inyenzi* (baratas) pelos hutus, passaram a realizar ataques a Ruanda desde Uganda. Esses ataques não eram efetivos e os grupos agiam mais como terroristas do que como guerrilheiros. Esses grupos pareciam não se preocupar com as represálias do governo ruandês contra civis tutsis.

Os novos burgomestres rapidamente retomaram os “velhos” hábitos feudais e criaram seu sistema clientelista baseado no modelo tutsi, tão opressivo quanto o de seus antecessores (Prunier; 1997, pp. 41-52).

Olhando para trás, os ruandeses dirão que alguns incidentes como esse eram inevitáveis. Mas, na próxima vez que você ler uma reportagem como a que foi estampada na primeira página do New York Times em outubro de 1997, relatando “a velha animosidade entre os grupos étnicos tutsi e hutu”, lembre-se de que, antes do espancamento de Mbonyumutwa acender o pavio em 1959, nunca havia sido registrada uma violência política sistemática entre hutus e tutsis – em nenhum lugar (Gourevitch; 2006, p. 57).

Para legitimar a revolução, os revolucionários se basearam em três alegações: a mera alteração na identidade de poder foi, em realidade, uma mudança na representação – da minoria estrangeira tutsi para a maioria nativa hutu; as eleições foram introduzidas em níveis nacional e local, a cada três anos haveria eleições diretas nas comunas; e, por fim, o trabalho forçado foi abolido. Tais considerações eram falsas e ficaram cada vez mais sujeitas a críticas à medida que o tempo passou (Mamdani; 2002, pp. 133-4).

## **CAPÍTULO II – Ruanda independente: a Primeira (1962-1973) e a Segunda República hutu (1973-1994)**

Em 28 de janeiro de 1961, o Coronel Logiest e Grégoire Kayibanda, a fim de prevenir qualquer intervenção das Nações Unidas na política de Ruanda, organizaram um “golpe legal”. Os 3.125 burgomestres e conselheiros municipais foram convocados para reunião de caráter emergencial em Gitarama, terra natal de Kayibanda, onde a democracia da república soberana de Ruanda foi declarada por aclamação. Destarte, a monarquia foi abolida e o governo de transição, instituído. O *mwami* Kigeli V fugiu antes que fosse proclamada a independência (Ki-Zerbo; [s.d.], vol. II, p. 241).

Alguns meses após a proclamação da república, relatório de comissão das Nações Unidas concluiu que a revolução ruandesa havia “(...) ‘conduzido a uma ditadura racial de partido único’ (...)” (*apud* Gourevitch; 2006, p. 60) e apenas substituído regime um opressivo por outro. Os belgas ignoraram o conteúdo desse relatório e, em 1º de julho de 1962, Ruanda se tornou independente, com Grégoire Kayibanda empossado Presidente da Primeira República. Alguns exilados demonstraram seu apoio ao novo regime, ao passo que outros decidiram pela via do confronto militar.

A condição dos refugiados de Ruanda era distinta, dependia do país onde se encontravam. O Estado mais favorável era o Burundi, a se tornar uma das principais bases para a realização de ataques contra Ruanda. No Zaire,<sup>21</sup> a situação era confusa com relação às pessoas em situação de refúgio por ocasião da guerra civil, que durou até 1964. Em Tanganica, os refugiados estavam sujeitos a rigorosas medidas de controle que visavam prevenir operações militares. Apesar disso, eram tratados de forma amigável, com a ocorrência de efetiva integração com a população local.

No que diz respeito a Uganda, havia o controle estrito das atividades dos *Inyenzi*, primeiramente pela Grã-Bretanha e, a seguir, pelas autoridades daquele país. Enquanto a maioria da população ugandense banyarwanda não demonstrava interesse por sua causa, os *Inyenzi* representavam um problema à política local, considerando que eram apoiados pelo rei Mutesa III. Esse apoio lhes rendeu hostilidade automática por

---

<sup>21</sup> O Zaire passou a se chamar República Democrática do Congo em 17 de maio de 1997.

parte de Milton Obote.

Nos anos seguintes, milhares de tutsis foram assassinados em Ruanda e, por volta de 150 mil, fugiram para países vizinhos. No período em que os hutus se mantiveram no poder, de tempos em tempos, tutsis no exílio atacavam Ruanda. Essas ofensivas eram espasmódicas e ineficazes e a repreensão hutu contra civis tutsis, imediata e ostensiva. A mais dramática invasão de tutsis nesse período ocorreu em dezembro de 1963, a partir do Burundi. Apesar do elemento surpresa do ataque, tudo havia sido mal planejado e carecia de equipamentos militares apropriados. Com o apoio belga, os hutus detiveram os tutsis a menos de vinte quilômetros de Kigali. O governo, mesmo com a rápida vitória, declarou estado de emergência para combater os contrarrevolucionários. Estima-se que dez mil tutsis tenham sido assassinados, com a eliminação de todos os políticos tutsis no país.

A comunidade internacional ficou em silêncio diante desse fato. A Suíça, uma das maiores doadoras estrangeiras, foi a única a insistir na apuração dos acontecimentos. O funcionário das Nações Unidas Vuillemin, ao escrever para o jornal francês *Le Monde*, classificou os atos praticados entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964 como “um verdadeiro genocídio”. Vuillemin denunciou, ainda, que os europeus presentes no país – incluindo líderes religiosos e funcionários de organizações humanitárias – atuavam com indiferença que denotava cumplicidade com as violações de direitos humanos praticadas pelo Estado. O filósofo britânico Bertrand Russell se referiu à situação naquele ano como sendo “o mais horrível e sistemático massacre” testemunhado desde o holocausto. O único resultado dos ataques para os *Inyenzi* foi o fortalecimento do Presidente Kayibanda.

O Presidente de Ruanda era o *mwami* dos hutus, por sua forma de governar e estilo autoritário. Assim como o rei, Kayibanda cuidava pessoalmente das indicações e nomeações em seu governo, até mesmo dos níveis mais baixos da administração, prática que o General Habyarimana continuou em sua gestão. O modelo monárquico de governança foi fundido com ideais derivados da “revolução social” como equidade social, justiça, progresso e moralismo. Vale destacar que o padrão de obediência inquestionável por parte dos “súditos” hutus foi variável relevante no genocídio de 1994.

Em tempos em que o continente africano discutia temas como socialismo, revolução e desenvolvimento, Ruanda se manteve em silêncio. O anti-colonialismo era pauta fora de questão, uma vez que os belgas, após o suporte no



processo da “revolução democrática”, eram tomados por heróis. Os discursos dominantes eram: o valor de ser hutu; a congruência entre maioria demográfica e democracia; a necessidade de adotar o modelo de vida cristão; e a inutilidade da política,<sup>22</sup> que deveria ser substituída pelo trabalho duro. Na Ruanda “virtuosa”, as prostitutas eram punidas e os camponeses trabalhavam na terra sem fazer questionamentos. A situação de subdesenvolvimento – o país era um dos mais pobres do mundo – era combinada com uma espécie de paralisia mental da população.

Em 1966, os tutsis exilados pararam os ataques contra Ruanda para evitar as retaliações contra os tutsis que lá viviam. Todavia, na década de 1970, acontecimentos no Burundi provocaram conseqüências em território ruandês, uma vez que a elite tutsi daquele país ameaçava a população hutu. Em 1972, por volta de 100 mil hutus foram assassinados no Burundi e 200 mil escaparam como refugiados, muitos para Ruanda. Neste Estado, centenas de tutsis foram mortos e em torno de 100 mil fugiram. À época, o Presidente Kayibanda encarregou seu chefe do exército, o General Juvénal Habyarimana, de organizar Comitês de Defesa Pública para intimidar os tutsis ruandeses. Motivado pelo papel que desempenhou nesses acontecimentos e por disputas regionais – o MDR-PARMEHUTU foi monopolizado pelos Gitaramas do centro –, Habyarimana, um nortista, tomou o poder por meio de golpe em 5 de julho de 1973. Teve início a Segunda República (Gourevitch; 2006, pp. 60-3; Ki-Zerbo; [s.d.], vol. II, p. 241; Prunier; 1997, pp. 53-61).

A imobilidade política e as disputas regionais da Primeira República tinham levado a elite ruandesa à reprimida frustração. A perseguição de tutsis, política e artificialmente motivada, assustou hutus moderados e tutsis. O isolamento internacional levou o país a dificuldades de cunho diplomático e econômico. A chegada de Juvénal Habyarimana ao poder foi recebida com alívio pela população urbana – em especial, a de tutsis – e com indiferença pelos camponeses, já que sentiam não ter nada a ver com os arranjos políticos de Kigali. Devido ao resultado final de seu governo – o genocídio – há tendência de considerar o período inteiro em que esteve no poder como danoso. Entretanto, não se deve incorrer nesse anacronismo pelas razões expostas a seguir.

Juvénal Habyarimana diminuiu de modo considerável os ataques contra tutsis. Estes viveram em segurança por certo período, entretanto, a exclusão perdurou. O

---

<sup>22</sup> A esfera política estava restrita aos hutus, mas nem todos tinham espaço para atuar. Os tutsis podiam participar de atividades do domínio da sociedade civil, mas eram proibidos de transgredir para a sociedade política.

presidente persistiu na afirmação dos slogans que relacionavam demografia com democracia e reforçou a marginalização política dos tutsis. Durante seu governo, nenhum tutsi foi burgomestre, houve apenas um prefeito tutsi – em Butare –, um oficial tutsi no exército, dois tutsis no Parlamento, de um total de setenta, e um ministro tutsi no universo de vinte e cinco a trinta membros do gabinete presidencial. Os tutsis não podiam ingressar nas forças armadas e os membros destas eram proibidos de se casarem com tutsis.

A Igreja, apesar da dominação hutu, se manteve mais aberta: nos anos de 1980, três, dos oito bispos de Ruanda, eram tutsis. No ambiente do emprego privado, altos padrões de formação e questões culturais dos tutsis no trato com os estrangeiros garantiram boas posições no mercado de trabalho. Apesar da discriminação institucional, identificada e objetivada pela carteira de identidade étnica, a situação havia melhorado para os tutsis, principalmente se comparada ao governo de Kayibanda. Por um lado, Habyarimana trouxe paz e estabilidade ao país, desenvolvimento era a palavra de ordem. Por outro, as instituições políticas favoreceram a concentração de poder no gabinete presidencial, nas forças de segurança e no partido.<sup>23</sup> O país foi controlado de modo rígido: todos os cidadãos tinham seu endereço escrito na carteira de identidade, viagens eram toleradas, mas não mudar de endereço sem justificativa plausível, mudança de residência requeria prévia autorização do governo.

Havia esforço oficial para alienar a população da política, assim como no período de Kayibanda. Apenas em novembro de 1981, o regime de Habyarimana decidiu criar o parlamento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento (*Conseil National du Développement*). Os argumentos do presidente para tal eram de que Ruanda era pobre, limpa e séria, assim, não devia perder tempo com frívolas discussões políticas. Nesse sistema, Habyarimana foi re-eleito em dezembro de 1983. Em 1988, ganhou novamente as eleições com 99,98% dos votos. Ativistas de seu partido ainda ficaram desapontados por ele não ter alcançado o índice de 100%.

No escopo das relações regionais, Ruanda se relacionava tanto com o plano francófono – o país se tornou membro da CEPGL (*Communauté Economique de Pays de Grands Lacs*), iniciativa apoiada por Paris – quanto anglófono, estabelecendo aliança por meio da África Oriental na KBO (*Kagera River Basin Organisation*), patrocinada pelo Banco Mundial. O objetivo era conseguir novas rotas de transporte por

---

<sup>23</sup> O presidente Juvénal Habyarimana criou, em 1974, seu próprio partido, o MRND, do qual todo cidadão era obrigado a ser membro. A partir disso, o unipartidarismo foi implantado em Ruanda.

Dar-es-Salaam e Lago Vitória pela adesão à CEPGL e alcançar o desenvolvimento hidrelétrico para o país via KBO.

Em 1986, Ruanda enfrentou grave crise econômica em função da queda dos preços de seus principais produtos de exportação: café e chá. A solução encontrada para obter lucro fácil foi desviar verbas de projetos internacionais de ajuda. No final da década de 1980, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional exigiram que Ruanda implantasse programa de ajuste estrutural e, em 1989, o orçamento governamental foi cortado pela metade. Ao mesmo tempo, os impostos e o trabalho compulsório<sup>24</sup> aumentaram. Escândalos de corrupção vieram a público e vários opositores do Presidente Habyarimana foram atropelados ou mortos em supostos acidentes.

C. Newbury (1995, p. 13) destacou que, nesse período, os conflitos se basearam em questões regionais e de classe e, na maior parte, deram-se entre facções hutus. Nesse sentido, o regime de Habyarimana concentrou esforços em represálias a seus opositores, fossem hutus ou tutsis. É importante destacar que a paz só foi mantida, anteriormente, graças a benefícios financeiros concedidos às elites. De 1973 a 1988, o único malogrado episódio ocorreu com a tentativa de golpe pelo antigo chefe da segurança Théoneste Lizinde, em abril de 1980.<sup>25</sup> O enriquecimento das elites ocorria por três vias, exportações de café e chá, breves exportações de estanho e ajuda externa. Com a crise, os acordos de cavalheiros que mantiveram a ordem começaram a se romper.

O primeiro sinal preciso de que a situação estava piorando foi o assassinato do Coronel Stanislas Mayuya em abril de 1988. Mayuya era amigo próximo do Presidente Habyarimana e havia rumores de que estava sendo preparado para a sucessão presidencial. Tal opção não agradava ao “*Clan de Madame*” – chamado depois de *akazu*<sup>26</sup> –, grupo formado pelos membros da família da esposa de Habyarimana e seus aliados mais próximos. Os principais membros dessa associação

---

<sup>24</sup> O tão elogiado *umuganda*, lançado pelo presidente em fevereiro de 1974 e que consistia em forma de trabalho cooperativo comunal, passou a ocupar de dois dias por mês dos trabalhadores a quatro ou mais. A prática estava longe de ser voluntária.

<sup>25</sup> Alguns hutus em Ruanda acusavam Juvénal Habyarimana de ser pró-tutsi, uma vez que o governo havia confinado a revolução à esfera política, tendo falhado em extinguir qualquer privilégio aos tutsis e reparar os agravos históricos cometidos contra os hutus. O presidente em questão redefiniu a categoria tutsi, de raça para etnia, como condição primária para sua reabilitação na sociedade ruandesa (Mamdani; 2002, p. 149).

<sup>26</sup> A *akazu* – a pequena casa – era o núcleo de redes concêntricas de energia política, econômica e militar que seriam conhecidas posteriormente como o Poder Hutu. Sua influência era tamanha que, quando o presidente da República interferia em seus planos, era retirado do posto.

eram três de seus irmãos, Coronel Pierre-Célestin Rwagafilita, Protais Zigiranyirazo e Séraphin Rwabukumba, seu primo Elie Sagatwa, Coronel Laurent Serubuga e Noël Mbonabaryi. O grupo foi seguido por outros, incluindo o Coronel Théoneste Bagosora, figura central do genocídio em 1994.

De acordo com G. Prunier (1997, p. 85), no desenrolar dos acontecimentos que levaram ao genocídio, o “*Clan de Madame*” desempenhou papel importante por três razões. Primeiramente, na política tradicional de Ruanda, quem está à frente do poder necessita de seguidores leais que sejam seus ouvidos e olhos, pessoas de fora da estrutura oficial de poder. No país, grupos baseados em clãs no caso do período tutsi ou em regiões geográficas, no que se refere ao governo hutu, exerceram essa função.

Em segundo lugar, a criação da Segunda República foi motivada por vingança do norte do Estado contra o sul. Quando ficou evidente que apenas o grupo do norte seria o mais beneficiado pelo governo, iniciaram-se disputas internas para decidir quem levaria mais vantagens. Por fim, o Presidente Habyarimana não era membro de nenhuma linhagem respeitada, enquanto a origem de sua esposa, Agathe Kanzinga, remontava às linhagens de hutus que comandaram principados independentes até o final do século XIX. Destarte, o presidente dependia do clã de Agathe e de seus clientes para a função de seus olhos e ouvidos na sociedade. De várias maneiras, Juvénal Habyarimana não possuía o apoio político necessário.

Com os planos de sucessão voltados a Mayuya, o Coronel Serubuga organizou o assassinato. Esse fato desencadeou série de desentendimentos e disputas entre outros clãs. Em 1989, corte de 40% no orçamento governamental, em boa parte despesas em serviços sociais, desagradou aos camponeses. A questão da terra ganhou dimensões maiores e a superpopulação atingiu níveis críticos. A seca causou a fome *ruriganiza* no sul e sudoeste, matando trezentas pessoas entre 1988 e 1989 e levando outras centenas à fronteira da Tanzânia em busca de comida. O governo se dirigiu à imprensa do país no sentido de informar que nenhuma notícia que deixasse insatisfeitas as altas autoridades deveria ser publicada. O Padre Silvio Sindambiwe, jornalista que criticava o governo, foi morto em suposto acidente de carro. Outros jornalistas que tentaram cobrir os eventos desfavoráveis ao governo nessa época foram presos.

Ao final da década de 1980, Ruanda se tornou mais vulnerável às pressões externas, em especial, de cunho político. Com a queda do Muro de Berlim, os Estados Unidos e a Europa Ocidental passaram a exigir dos países africanos que

iniciassem seus processos de democratização. Em abril de 1990, o encontro com o Presidente francês Mitterrand, em cúpula franco-africana em La Baule, foi providencial nesse sentido, pois Juvénal Habyarimana recebeu o conselho da contraparte francesa para introduzir o multipartidarismo em Ruanda. Vale lembrar que, nos últimos quinze anos, a França substituiu o papel da Bélgica no Estado ruandês, em troca de garantias financeiras e militares. Em 1975, Kigali e Paris assinaram acordo de cooperação e treinamento militar, seguido de aumento significativo do financiamento francês.

Movimentos internos que reivindicavam a democracia ganharam aliados como a assembléia dos Estados Francófonos e o Vaticano. Nesse contexto, o conselho de Mitterrand foi seguido rapidamente. Contudo, o pronunciamento do Presidente Habyarimana, em 5 de julho de 1990, sobre o multipartidarismo não evitou a publicação de manifesto em agosto, que demandou a democratização imediata. O documento foi assinado por 33 intelectuais de Ruanda. Ao final do mesmo ano, a situação política do Estado era de crise. Tal cenário contribuiu para a preparação da invasão pela RPF (*Rwandese Patriotic Front*) a partir de Uganda (Gourevitch; 2006, pp. 59-80; Mamdani; 2002, pp. 133-53; Prunier; 1997, pp. 54-90).

## **2.1. Guerra civil e o fator Uganda**

O governo de Juvénal Habyarimana reconheceu a questão da escassez de terras frente à densidade populacional em Ruanda, onde 90% da população era dependente da agricultura como meio de subsistência. Baseado nesse argumento, o presidente informou a posição de que não poderia acomodar grande número de pessoas adicionais e se negou a repatriar os refugiados, em especial filhos de tutsis que deixaram o país em episódios de violência anteriores. O total de refugiados de Ruanda que habitavam países vizinhos foi estimado entre 400 e 600 mil pessoas (Newbury; 1995, p. 13).

Em junho de 1979, os refugiados de Ruanda que viviam em Uganda criaram a RRWF (*Rwandese Refugee Welfare Foundation*) com o objetivo de auxiliar vítimas da repressão política no país residente depois da queda de Idi Amin. No ano seguinte, a RRWF mudou seu nome para RANU (*Rwandese Alliance for National Unity*). Esta se apresentou mais disposta no engajamento político que aquela e discutiu de modo amplo o tema do eventual retorno dos exilados a Ruanda. Todavia, de 1981 a

1986, a associação teve de migrar para Nairóbi e não conseguiu manter a atividade necessária ao alcance de seus propósitos. A mudança ocorreu em virtude da situação em Uganda ter ficado conturbada, em dezembro de 1980, pela eleição sob condições duvidosas do antigo presidente, Milton Obote.

As guerrilhas se espalharam em território ugandense. Um dos três movimentos que questionavam a ascensão de Obote ao poder era liderado pelo Ministro da Defesa do Governo Provisório anterior, Yoweri Museveni. Seu grupo foi denominado PRA (*Popular Resistance Army*) e se tornou, em junho de 1981, o NRM (*National Resistance Movement*), ao unir esforços com o grupo de Yusufu Lule, Presidente provisório de Uganda nos meses de abril a junho de 1979. As operações de Museveni e seus 26 companheiros tiveram início, em 6 fevereiro de 1981, com o ataque à Escola Militar Kabamba para que pudessem se armar. Entre os seguidores de Museveni estavam dois refugiados de Ruanda, Fred Rwigyema e Paul Kagame. Os dois já tinham participado da FRONASA (*Front for National Salvation*), grupo guerrilheiro criado por Museveni em 1973, durante seu exílio na Tanzânia.

Com o acirramento do conflito em 1982, Yoweri Museveni foi acusado pelo Presidente Obote de ser ruandês, um estrangeiro se intrometendo nos assuntos internos de Uganda. Houve alguns assassinatos – sem números precisos, estima-se que morreram cem pessoas –, muitos estupros, 45 mil cabeças de gado roubadas, 35 mil pessoas saíram de assentamentos antigos e 40 mil pessoas fugiram do país em direção a Ruanda. Os que saíram de Uganda e conseguiram cruzar a fronteira ruandesa ficaram alojados em campos. Um grupo de 8 a 10 mil pessoas foi detido em estreita faixa de terra na fronteira e vigiado durante meses por guardas de Ruanda de um lado e de Uganda de outro. A Cruz Vermelha prestou assistência e as pressões internacionais obrigaram o governo ugandense a identificar quem era ou não refugiado.

A crise de 1982 e os dois anos seguintes em que persistiram as perseguições contra ruandeses constituíram marco de mudança para a população refugiada em Uganda. Os banyarwandas aderiram em massa ao movimento de Museveni. Em 26 de janeiro de 1986, quando o NRA (*National Resistance Army*) tomou Kampala, 3 mil dentre o universo de 14 mil eram banyarwandas. No momento em que o NRA teve de passar de movimento de guerrilha para exército regular, outros tiveram de ser recrutados e os banyarwandas foram perdendo seu espaço.

Em 1989, dois oficiais banyarwandas, os majores Chris Bunyenyezi e Stephen Nduguta, foram devidamente acusados de cometer violações de direitos

humanos durante uma operação em Teso. Como resultado, o Presidente Museveni constatou que a presença banyarwanda no exército era fator que dificultava as negociações de paz com regiões revoltosas do país. A hostilidade dessas regiões aumentava ainda mais pelo fato de o Major-General Rwigyema ter sido nomeado para os cargos de Ministro da Defesa e Comandante-em-Chefe do Exército. As conseqüências dos descontentamentos foram o bloqueio das promoções para banyarwandas no exército e, em novembro de 1989, a remoção do Major-General Rwigyema dos altos cargos que ocupava.

Apesar do exílio até 1986, o sétimo congresso da RANU pôde ser realizado em Kampala, em dezembro de 1987. Nessa ocasião, a aliança se tornou a RPF com caráter de organização política mais ofensiva visando viabilizar o retorno de ruandeses e ruandesas ao seu país, se necessário, pelo uso da força. A RPF era composta por dois segmentos, pessoas que participavam do alto escalão do governo de Museveni e pessoas excluídas da sociedade ugandense. Em agosto de 1988, foi realizado em Washington o Congresso Mundial de Refugiados de Ruanda. O evento teve diversas resoluções aprovadas sobre o “*Right of Return*”. Em fevereiro de 1988, o Presidente Habyarimana criou comissão conjunta entre Ruanda e Uganda para tratar do tema dos refugiados, mas sem grandes resultados alcançados (Gourevitch; 2006, pp. 71-2 e 208-11; Newbury; 1995, p. 13; Prunier; 1997, pp 67-74).

O contexto interno de Ruanda era favorável ao ataque pela RPF, em virtude de o sistema político do país estar à beira de colapso. Além disso, desde 1988, a RPF tinha se infiltrado no NRA para coletar informações privilegiadas. Vale destacar que o ataque de 1990 foi antecipado em relação ao planejamento inicial, uma vez que algumas áreas do governo de Ruanda estavam a par dos planos de invasão da RPF e preparavam-se para deflagrá-lo. Por fim, a movimentação política levou os círculos intelectuais a voltarem sua atenção para a organização dos partidos políticos de oposição, considerando a implantação do multipartidarismo em curso (Prunier; 1997, pp. 90-1). No que tange a Uganda, os fatores que influenciaram o ataque foram motivados pela convergência de interesses dos refugiados ruandeses – integrantes ou não da elite – que pretendiam fugir da discriminação sofrida no país, pela pressão interna de vários grupos que se opunham à presença dos ruandeses, em especial, no governo (Newbury; 1995, p. 13).

Em julho de 1990, a decisão de atacar havia sido firmemente tomada e Fred Rwigyema iniciou o levantamento de fundos para a missão entre tutsis na Europa e

na América do Norte. Paul Kagame foi participar de treinamento militar nos Estados Unidos em junho para não atrair atenção. O preparativo final para o ataque foi quase cômico: para explicar a ordem de movimentação de tropas dada não sendo mais Comandante-em-Chefe do exército, o General Rwigyema informou que o presidente o havia incumbido de organizar a parada militar para celebrar a Independência de Uganda, em 9 de outubro. O General Rwigyema era tão conhecido e respeitado no meio que ninguém se preocupou em checar a informação (Prunier; 1997, p. 92).

Em 1º de outubro de 1990, grupo de cinquenta homens da RPF invadiu o nordeste de Ruanda por Uganda, pelo posto de fronteira Kagitumba. Alguns minutos depois, centenas de homens vestidos com o uniforme do exército ugandense se juntaram ao grupo e atravessaram a fronteira de Ruanda. Equipamentos e armas do exército de Uganda foram amplamente utilizados pela RPF. A Frente propunha programa político que visava pôr fim à tirania, à corrupção e à ideologia da exclusão, bem como interromper a produção de refugiados. Dessa forma, teve início a guerra civil.

A RPF foi beneficiada nos primeiros dias pelo efeito surpresa do ataque, mas, logo, vários fatores começaram a apresentar obstáculos ao grupo. O primeiro grande golpe foi a perda do General Rwigyema, o carismático e respeitado líder da RPF, morto no segundo dia da ofensiva. A notícia levou um tempo para ser confirmada para não desmotivar as tropas. Quando confirmada, atribuíram sua morte a uma mina terrestre. Menos de dez dias após a morte do amigo, Paul Kagame voltou à África e desertou de seu posto no exército ugandense para assumir o lugar vazio de Comandante de Campo da RPF.

Para conter o avanço da RPF, as FAR (*Forces Armées Rwandaises*) contaram com o importante apoio de forças francesas. Vale ressaltar o fato de tal apoio violar acordo entre Paris e Kigali que proibia, de modo expresso, o envolvimento de tropas francesas em combates, treinamentos militares ou operações policiais em Ruanda. Em princípio, a Bélgica e o Zaire enviaram tropas, mas logo se retiraram – foi solicitada a saída aos zairenses em razão das pilhagens e estupros cometidos, enquanto os belgas se retiraram por conta própria. A RPF foi obrigada a recuar e, em 30 de outubro, as autoridades de Ruanda puderam confirmar o “fim da guerra”.

Até hoje não se sabe ao certo até que ponto o Presidente Museveni tinha conhecimento e apoiava os ataques. Com relação à atuação francesa, pode-se concluir que Paris não agiu como moderadora dos conflitos. A rápida intervenção da França pode ser entendida a partir do imaginário da ameaça anglo-saxã em uma de suas áreas



de influência. Desse ponto de vista, a invasão de Ruanda, em 1º de outubro, por grupo de rebeldes vindos de Uganda era vista como um atentado anglo-saxão e tinha que ser repreendida para que não se espalhasse nos domínios franceses.

Os ataques da RPF levaram o governo a tirar partido da idéia da ameaça feudalista tutsi, bem como criar em torno de si a atmosfera de unanimidade da qual desfrutava antes do processo de democratização. Nesse sentido, a resposta do Estado contra civis tutsis, bem como contra hutus que não demonstraram apoio incondicional ao governo de Habyarimana, foi violenta. Uma série de prisões para além de apoiadores da RPF, com registros de graves violações de direitos humanos, tomou conta de Ruanda. Na rádio nacional, o Ministro da Defesa estimulou a população a identificar e prender os “infiltrados”. O chamado governamental teve efeitos imediatos na região de Mutara, onde alguns membros da RPF estavam refugiados. Entre 11 e 13 de outubro, aproximadamente 348 civis tutsis foram assassinados e mais de 500 casas queimadas na comuna de Kibilira. Apurou-se que nenhuma das vítimas era membro ou apoiadora da RPF.

A RPF passou por profunda reorganização, considerando que, em novembro de 1990, estava praticamente acabada. Com a volta de Paul Kagame, as forças foram reagrupadas em área quase inacessível ao exército ruandês. O Presidente Museveni concedeu permissão ao grupo para que retornasse a Uganda, onde os membros da RPF se dirigiram às gélidas montanhas de Virunga, compostas por uma cadeia de vulcões. Muitos soldados congelaram até a morte. Nesse ambiente, o primeiro arranjo foi a nomeação do Coronel Alexis Kanyarengwe, hutu rival e antigo cúmplice de Habyarimana, como Presidente da RPF. Mesmo como um hutu à frente, as lideranças da RPF eram, de forma predominante, ocupadas por tutsis.

A RPF atraiu voluntários de toda a diáspora tutsi banyarwanda, entretanto, apesar da diversificação no recrutamento, poucos líderes eram provenientes de outros locais fora de Uganda. Esse componente emigratório proporcionou alto nível educacional aos soldados, o que se converteu em eficiência militar. Essa era, provavelmente, a força guerrilheira mais bem educada do mundo. Contudo, à medida que a guerra se prolongou, muito jovens e crianças se juntaram à frente e esse indicativo declinou. Em 1991, a RPF tinha aumentado seu efetivo para 5.000 homens; em 1992, para 12.000; e, em 1994, seu contingente ultrapassava 25.000.

Financiada pela comunidade tutsi, as maiores contribuições para a RPF eram provenientes do Canadá e dos Estados Unidos. Fonte adicional de recursos

provinha de homens de negócio em Ruanda prejudicados pelo regime Habyarimana. Apesar disso, a RPF não era rica e seus membros viviam em regime espartano, no qual nunca houve rumores sobre a má utilização de recursos. Não obstante, a aquisição de armamentos e munição no mercado internacional de armas, contatos em Uganda eram fundamentais para a Frente. Em 23 de janeiro de 1991, Ruhengeri foi atacada pela RPF. A guerrilha ocupou a cidade por um dia e se retirou antes que pudessem ser enviados reforços. No final de 1991, a RPF tomou o controle de uma faixa territorial na fronteira de Uganda, ocupando 32 km de terras ruandesas (Mamdani; 2002, p. 186; Prunier; 1997, pp. 93-120).

Em meados de 1992, a guerra abalou de vez a economia de Ruanda. As exportações se mantiveram, de certo modo, estáveis em 8.9 bilhões de francos ruandeses – se comparadas aos 9.2 bilhões em 1990 –, mas as importações aumentaram de 23 para 38 bilhões de francos ruandeses. A dívida externa do país, que era de US\$ 452.2 milhões em 1986 e de US\$ 736.2 milhões em 1990, atingiu a marca de US\$ 1 bilhão no ano de 1993. De 1990 a 1992, o orçamento do Ministério da Defesa cresceu 181%, de 3,155 milhões para 8,885 milhões de francos ruandeses.<sup>27</sup> O resultado dessa situação foi a rápida depreciação da moeda de Ruanda.

Ao passo que a guerra esgotou os recursos do país, o governo implementou o Programa de Ajuste Estrutural firmado com o Banco Mundial em 1990, que teve como primeira medida a desvalorização da moeda nacional em 40%, um pouco antes das primeiras ações de hostilidade eclodirem. A segunda desvalorização – de 14,9% – ocorreu em junho de 1992, com o objetivo de ajustar a inflação ocasionada pela guerra. O único item do programa que não foi respeitado naquele momento, em virtude do contexto conflituoso, foi o de cortes de funcionários no serviço público. Para cumprir o acordo, no início de 1993, foram realizadas importantes privatizações. Considerando a queda no preço do café e a crise agravada pela guerra, o programa apenas auxiliou no enfraquecimento de uma economia exausta (Prunier; 1997, pp. 159-60).

Os hutus estavam cada vez mais organizados, estocaram armas, recrutaram e treinaram milícias jovens para a “defesa civil”. A vanguarda dessas milícias era a “(...) *interahamwe* – ‘aqueles que atacam em grupo’ –, que tinha suas

---

<sup>27</sup> As FAR cresceram de 5.200 homens em 1990 para 50.000 em meados de 1992, à época dos Acordos de Arusha. Esse crescimento vertiginoso contribuiu para o agravamento da situação econômica e foi realizado sobre bases insólitas, no sentido que os novos recrutas eram desprovidos do menor nível educacional, fato que influenciou de modo negativo no processo de treinamento militar.

origens nas torcidas organizadas de futebol patrocinadas por líderes do MRND (*Mouvement Révolutionnaire National pour le Développement*) e da *akazu*". Em função da crise econômica, os jovens estavam vulneráveis ao recrutamento. A *interahamwe* era financiada por consórcio de líderes *akazu*, que possuía seus próprios esquadrões da morte, como o Rede Zero e o grupo Bala. Essas milícias entraram em ação pela primeira vez com a *Interahamwe* em março de 1992 no massacre de Bugesera, que ficou conhecido por trazer uma inovação crucial em sua execução, o uso do rádio (Gourevitch; 2006, pp. 91-3).

Em resumo, sucederam quatro massacres nos três anos e meio que vão do primeiro ataque da RPF em outubro de 1990 à deflagração do genocídio em 1994: o primeiro se deu nas semanas seguintes à primeira invasão pela RPF, resultando na morte de mais de trezentos tutsis em Kibilira; o segundo aconteceu em Bugogwe como resposta à ofensiva da RPF em Ruhengeri, no ano de 1991; o terceiro ocorreu em Bugesera em 1992, mais como retaliação do que ofensiva, e implicou na morte de centenas de tutsis; o quarto atingiu trezentos tutsis na prefeitura de Gisenyi e acredita-se ter sido resposta do Poder Hutu<sup>28</sup> àqueles favoráveis ao compartilhamento de poder, uma vez que ocorreu no mês seguinte à assinatura de acordo em Arusha sobre este tema em 1993 (Mamdani; 2002, p. 192). Vale destacar que, de acordo com C. Newbury (1995, p. 13), "(...) *it was only after the attack of the RPF at the beginning of October in 1990 that the Habyarimana regime made personal targets of Tutsi within the country*".

## 2.2. O processo de “democratização”

Após a proclamação da nova constituição, os novos partidos de Ruanda perceberam que eram considerados pelo Presidente Habyarimana simples elementos decorativos, uma vez que não ocorreram mudanças significativas no cenário político do país depois do anúncio do multipartidarismo em julho de 1990. Uma das estratégias estimuladas pelo presidente para alcançar a ineficiência dos partidos foi a criação de vários pequenos partidos de oposição. Em geral, havia dez partidos com essas

---

<sup>28</sup> O Poder Hutu surgiu no contexto da guerra civil iniciada em 1990 e compunha uma “nova” oposição à linha da conciliação étnica seguida pelo presidente Juvénal Habyarimana. Como elemento central da ideologia do Poder Hutu, estava a convicção de que os tutsis eram uma raça estranha em Ruanda e não um grupo étnico originário do país (Mamdani; 2002, pp. 189-90).

características que não influenciaram em nada a política ruandesa até março de 1993, quando Juvénal Habyarimana decidiu se utilizar deles para bloquear as negociações do processo de paz.

Em março de 1992, foi criada a CDR (*Coalition pour la Défense de République*), partido radical e racista hutu, idealizado por Jean Shyirambere Barahinyara. Em 1988, ele publicou um panfleto atacando de forma violenta o governo de Habyarimana. No final de 1990, Barahinyara fez parte da RPF por breve período e decidiu sair por considerar a organização uma supremacia tutsi, que negava poder a seus membros hutus. Foi dos círculos da CDR que os jornalistas da RTLM<sup>29</sup> foram recrutados. Hassan Ngeze, dirigente do jornal *Kangura*, escrito em Kinyarwanda, também era associado à CDR.

De acordo com G. Prunier (1997, p. 131), as maiores dificuldades para a consolidação da democracia em Ruanda advinham da conjunção de dois fatores: a resistência da estrutura de poder à genuína democratização e a ganância de parte considerável dos líderes da oposição. Apesar disso, o processo pelo qual passou o Estado acarretou no engajamento efetivo da sociedade civil, com a formação de instituições de direitos humanos fortes e bem organizadas. Uma imprensa vibrante surgiu rapidamente e defendeu de modo aberto suas preferências políticas. Até mesmo a Igreja católica, aliada silenciosa do regime por tanto tempo, ia em direção a posições mais audaciosas no campo político.

Nesse panorama, grande parte da população apoiava a democracia, que carregava em si as idéias de paz, do fim da corrupção, da transparência nos gastos governamentais e da liberdade de expressão. Dessa forma, foi estabelecido o *Comité de Concertation de l'Opposition* para o alcance das seguintes demandas: desinstitucionalização do MRND(D)<sup>30</sup> para o tratamento igualitário de todas as forças políticas; dissolução do Parlamento e convocação de conferência nacional; abertura da mídia audiovisual.<sup>31</sup>

Em 13 de outubro de 1991, o Presidente Habyarimana incumbiu o Ministro da Justiça Sylvestre Nsanzimana de formar novo gabinete. Em 17 de

---

<sup>29</sup> A RTLM, fundada como emissora de televisão, dedicava-se, nos mesmos moldes do jornal *Kangura*, à propaganda genocida.

<sup>30</sup> O MRND foi renomeado, em 1991, para *Mouvement Républicain National pour le Développement et la Démocratie* – MRND(D).

<sup>31</sup> Em um país como Ruanda, onde mais de 60% da população era analfabeta, a televisão era essencial para disseminação de informações. A licença fornecida à RTLM como única emissora de televisão tornou a situação ainda pior, em virtude de sua linha extremista.

novembro, os principais partidos de oposição (MDR, PSD, PL) assinaram nota conjunta destinada ao presidente contendo o detalhamento dos obstáculos criados pelo governo no processo de democratização e a solicitação de uma conferência nacional ampliada. No mesmo dia, o *Comité de Concertation de l'Opposition* reuniu mais de dez mil militantes e simpatizantes de seus partidos em Kigali para demonstrar a insatisfação relacionada à hegemonia política exercida pelo MRND(D) e também reivindicar uma conferência nacional. A resposta dada pelo MRND(D) foi uma marcha de vinte mil pessoas em Kigali contra a proposta de realização de conferência nacional. Em 8 de janeiro de 1992, cinquenta mil manifestantes voltaram às ruas da capital para protestar contra o novo gabinete, enquanto outros milhares fizeram o mesmo movimento em Butare e Gitarama. Nova manifestação, em 15 de janeiro, foi proibida pelo governo e pessoas que persistiram foram atacadas e presas pela polícia.

Há que se destacar que essas movimentações ocorreram em contexto de guerra civil de escala limitada no país, que contava com o apoio francês para conter os insurgentes. As expectativas da RPF de que os camponeses hutus se juntariam à sua luta foram frustradas e o resultado era a fuga destes para longe das áreas de operação da RPF. Somam-se a isso as ocorrências de violência civil pelo país. Em janeiro de 1991, nova onda de massacres teve início em Bugogwe, expandindo-se para Kanama, Rwerere e Gsenyi. Apesar de os assassinatos sistemáticos terem sido interrompidos naquela ocasião, perseguições e mortes esporádicas de *bagogwe*<sup>32</sup> e outros tutsis ocorreram até junho de 1991, quando as autoridades permitiram que as vítimas em potencial deixassem a localidade se desejassem.

Na região de Bugesera, em março de 1992, aconteceu outra onda de massacres motivada por folheto do PL que convocava os tutsis a massacrar seus vizinhos hutus. Os ataques, iniciados no dia 4, foram justificados com o argumento de “auto-defesa” e duraram cinco dias, deixando saldo de 300 pessoas mortas – fontes governamentais admitiram apenas 182. A característica comum a esses acontecimentos era de que foram precedidos por reuniões políticas no intuito de sensibilizar os agentes locais. Após o processo de sensibilização, a ordem era dada pelo Ministro do Interior em Kigali ou pelo prefeito. Na ponta, os burgomestres convocavam os camponeses utilizando termos que eram de fácil assimilação por eles como “desbravar o mato”. Muitos dos burgomestres envolvidos pareciam apenas cumprir ordens, sem entusiasmo

---

<sup>32</sup> Os *bagogwe* formam um grupo tutsi que sempre viveu às margens do reino central de Ruanda, espalhados pelas comunas de Ruhengeri e Gisenyi.

ou relutância, como qualquer outro trabalho solicitado pelo governo. A mesma atitude foi estendida aos camponeses.

Há versão que atribuiu a motivação de furiosos camponeses hutus para a realização dos ataques contra tutsis, de modo espontâneo, a fim de minimizar o papel desempenhado pelo governo. Entretanto, G. Prunier (1997, p. 139) destaca que “*this version of ‘spontaneous popular violence’ does not seem to be corroborated by the many eyewitnesses*”. Outra versão defende que a profunda irmandade entre hutus e tutsis só poderia ter sido destruída por um regime mau como o de Habyarimana e reforça que os ataques foram realizados apenas por milícias. As duas interpretações, que advogam extremos no que concerne às relações entre hutus e tutsis, devem ser consideradas simplificações que não possuem poder explicativo adequado, mesmo depois que os massacres passaram a ser cada vez mais coordenados e as milícias, mais organizadas.

G. Prunier (1997, pp. 141-3) defende que a conjuntura dos fatores relacionados abaixo levou à organização, em linhas ordenadas, da violência política: a tradição política de Ruanda, baseada na obediência incondicional à autoridade; o alto índice de analfabetismo entre a população; e a banalização do crime no ambiente rural, uma vez que o trabalho de matar era apresentado como *umuganda*, trabalho coletivo para limpar a terra. Em esforço de síntese, a cadeia causal de participação no massacre pode ser apresentada como: as sábias autoridades políticas deram ordens – que devem ser obedecidas – para a erradicação de “ervas daninhas” – tutsis – e seremos recompensados por esse trabalho árduo, mas necessário, por meio de bens materiais necessários à nossa subsistência. Assim, a violência foi utilizada pela estrutura de poder para interromper qualquer forma de democratização. Acrescentam-se a esse cenário ataques terroristas iniciados em março de 1992 por meio de granadas e explosões de bombas.

A oposição não tinha condições de revidar o uso da força contra o governo, mas a pressão popular era caminho tido como viável. Dessa forma, em 14 de março de 1992, o Presidente Habyarimana teve de aceitar a assinatura de compromisso histórico com a oposição unida. Um gabinete genuíno de coalizão seria instalado para substituir o de Nsanzimana, com o Primeiro-Ministro sendo associado ao maior partido de oposição, o MDR, em que haveria negociações de paz com a RPF e a realização da conferência nacional. Em 7 de abril, novo gabinete foi instituído e, pela primeira vez, o MRND(D) compartilhou o poder.

A nova Ministra da Educação, Agathe Uwilingiyimana, aboliu a chamada “política de equilíbrio”, que permitia ao governo eleger a “origem” (hutu, tutsi) dos estudantes, e instituiu sistema de testes. O judiciário foi encorajado a se tornar mais independente e, inclusive, declarou alguns decretos presidenciais inconstitucionais. O presidente abandonou a posição de Comandante das Forças Armadas, em respeito à Constituição adotada em junho de 1991. Vale destacar que o único tutsi ministro era Landwald Ndasigwa (PL), à frente do Ministério do Trabalho e da Ação Social.

A *Initiative Paix et Démocratie* surgiu nesse período como opção equidistante tanto do regime quanto da oposição. Seus idealizadores realizaram uma campanha para angariar cerca de cem mil assinaturas que expressariam apoio à iniciativa, todavia, falharam nessa meta. De todo modo, esses atores permaneceram no cenário político como nova tendência, no sentido de disseminar a idéia de que apesar de o governo Habyarimana se encontrar em situação de desgaste, os princípios da revolução de 1959 ainda eram válidos.

Apesar da decadência, o Presidente de Ruanda tinha mantido apoio incondicional da França. Depois dos massacres de Bugesera em março de 1992, por exemplo, o embaixador francês Georges Martre recusou participar de missão diplomática formada pelos países da OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), que foi a Kigali expressar preocupação a Habyarimana acerca da onda de violência que havia eclodido. O envolvimento de Paris não estava restrito ao fornecimento de armas, o exército francês tinha o total controle das operações no campo (Newbury; 1995, p. 15; Prunier; 1997, pp. 127-49).

### **2.3. Acordos de Arusha, UNOMUR e UNAMIR**

Em 4 de agosto de 1993, o Presidente Habyarimana assinou acordo de paz com a RPF em Arusha, Tanzânia, oficializando o fim da guerra civil. Esse processo ficou conhecido como Acordos de Arusha e os termos negociados foram: garantir o retorno dos exilados a Ruanda, integrar os dois exércitos – FAR e RPF – em conflito em força nacional única, estabelecer projeto de governo de transição amplo, que seria composto de representações de todos os partidos políticos nacionais, incluindo a RPF, e, durante a implementação da paz, uma força de paz das Nações Unidas atuaria em Ruanda (Gourevitch; 2006, p. 97).

Enquanto a população em geral acolheu a notícia de bom grado, apoiadores do Poder Hutu ficaram insatisfeitos com as ações previstas (Prunier; 1997, p. 160). Para Juvénal Habyarimana, os acordos significavam suicídio político. Líderes do Poder Hutu acusavam-no de traidor (Gourevitch; 2006, p. 98). Ministros da MRND(D) passaram a boicotar reuniões e demonstrações de hostilidade contra o Primeiro-Ministro Dismas Nsengiyaremye surgiram nas localidades conservadoras de Gisenyi e Ruhengeril (Prunier; 1997, p. 160). Quatro dias após a assinatura dos Acordos de Arusha, a RTLM iniciou sua transmissão em Kigali.

No dia 17 de agosto, o Presidente de Ruanda proferiu longo discurso na Rádio Kigali na tentativa de explicar e justificar a necessidade da paz. Ele informou à população que a negociação em Arusha não foi baseada em posições improvisadas e que as decisões tomadas não tinham sido fruto de ações individuais, mas coletivas. A questão dos extremistas hutus, entretanto, era como garantir a predominância hutu – baseada no princípio da maioria da revolução de 1959 – em ambiente de paz e pluralismo político.

No dia seguinte, a Rádio Muhabura, estação da RPF, se pronunciou acerca do discurso do Presidente Habyarimana afirmando que o mesmo não forneceu o suporte adequado ao processo de paz e que, na verdade, minou as negociações em Arusha em vários momentos. No mesmo dia, a delegação de Ruanda e a RPF chegaram a acordo sobre a criação de governo de transição plural, em que a RPF teria representação garantida. Quatro dias depois, tiveram início massacres na região de Kibuye (Prunier; 1997, pp. 161-2).

As negociações tiveram seguimento em Arusha, mas em clima de tensão crescente. Parte do problema advinha do fato de a facção presidencial e, em maior grau, ativistas da CDR não se sentirem contemplados em Arusha. Em 18 de outubro, extremistas da CDR foram às ruas para demonstrar oposição à paz negociada. A hostilidade com relação ao Primeiro-Ministro era conhecida, mas, pela primeira vez, foi feita alusão ao gabinete de forma mais abrangente. Para agravar o quadro, súbitos confrontos fora da área principal de combate foram realizados nas linhas de ocupação da RPF nos arredores de Byumba e as negociações foram paralisadas (Prunier; 1997, pp. 162-4).

No que se refere aos meios de comunicação de massa de Ruanda, baseados no slogan “*Free Radio Rwanda*”, um sentimento de independência surgiu fortemente e as notícias passaram a refletir o que realmente estava acontecendo, mesmo



que a informação fosse desfavorável ao regime. Foi nesse momento que os ativistas da CDR identificaram a necessidade de criar a sua própria estação de rádio. Fato curioso era a vinculação da França à CDR. Este país havia enviado reforços militares a Ruanda mesmo antes da declaração do cessar-fogo e treinava contingentes das FAR. O resultado do treinamento foi a preparação das milícias do MRND(D) e da CDR – de modo notório *Interahamwe* e *Impuzamugambi* – para a organização e liderança do genocídio em momento posterior. As ambigüidades da intervenção de Paris em Ruanda ganharam espaço na imprensa em geral, mas sempre foram negadas com mais indignação do que com provas concretas. Em Ruanda, a situação se consolidou e o Presidente Mitterrand foi apelidado de *Mitterahamwe*, em alusão à milícia *Interahamwe* (Prunier; 1997, pp. 164-5).

Em retrospectiva, as negociações em Arusha, de setembro de 1992 a janeiro de 1993, estiveram relacionadas com os arranjos do compartilhamento de poder. A partir de fevereiro de 1993, as discussões sobre a criação de novo exército demonstraram ser o ponto mais crítico, resultando em maior dificuldade para se chegar a propostas concretas. Em 2 de outubro de 1992, o Professor Filip Reyntjens, com a ajuda do Senador Willy Kuypers, organizou uma coletiva de imprensa no Senado belga e revelou a existência de uma espécie de esquadrão da morte em Ruanda, nos moldes latino-americanos, chamado *Zero Network*. Tal fato não foi contestado de forma oficial pelo Governo de Ruanda, mas, alguns dias depois, a rádio RPF se referiu a rumores persistentes relativos a novos planos de massacre de civis ruandeses de modo indiscriminado. Nesse caso, as forças da RPF alertaram que não iriam ficar passivas. Há indícios de que o plano genocida foi esboçado naquela ocasião.

A sociedade secreta denominada *Amasu* (na tradução para o inglês, *bullets*) foi criada no âmbito do exército no início de 1992 e era composta por oficiais extremistas que acreditavam que a luta contra a RPF não estava sendo realizada da maneira devida. Foram seus membros que começaram a fornecer armas para as milícias ligadas pela CDR e pelo MRND(D). Esse grupo também trabalhou em parceria próxima com a *Zero Network*. Assim, como resume G. Prunier, “*the FAR had its secret society, the extremist parties their militia, the secret service its killer squads*” (Prunier; 1997, p. 169). A forma imaginada por esses grupos para alcançar o realinhamento político por meio de assassinatos em massa dependia do apoio maciço dos camponeses hutus. Nesse sentido, buscaram demonstrar a legitimidade de seu poder perante a sociedade ruandesa e introduzir o medo nas mentes dos camponeses.

Em curto prazo, os extremistas visaram impedir as dinâmicas do processo de paz, tanto em Ruanda quanto em Arusha. Em 22 de novembro de 1992, Léon Mugesera, vice-presidente da seção de Gisenyi do MRND(D) e influente no partido, dirigiu aos seus militantes a idéia de que os *Inyenzi* constituíam ameaça aos hutus e, portanto, eram inimigos: “(...) *the fatal mistake we made in 1959 was to let them [the Tutsi] get out... They belong in Ethiopia and we are going to find them a shortcut to get there by throwing them into the Nyabarongo river*” (apud Prunier; 1997, p. 172). Poucos dias depois, Mugesera repetiu o mesmo discurso na comuna de Kibilira, onde massacres já haviam ocorrido em outubro de 1990. Em consequência disso, o Ministro da Justiça Stanislas Mbonampeka (PL) acusou Mugesera de incitar o ódio racial e expediu mandado de prisão contra ele. Léon Mugesera se refugiou em um campo militar e a polícia não conseguiu chegar até ele, pois estava sob forte proteção militar.

Violências esporádicas aconteceram de dezembro de 1992 a janeiro de 1993 e terminaram em virtude do recebimento de comissão internacional, em 7 de janeiro, cujo objetivo era monitorar violações de direitos humanos. Dois dias depois, foi firmado em Arusha acordo para o compartilhamento de poder. Em 19 de janeiro, o MRND(D) e a CDR organizaram manifestações violentas contra os termos acordados e o secretário nacional do MRND(D), Mathieu Ngirumpatse, declarou a rejeição do acordo pelo seu partido no dia 21. Na mesma data, a comissão internacional deixou o país e os ataques contra civis foram retomados. Assim sendo, os contatos em Arusha foram suspensos e a RPF quebrou o cessar-fogo atacando os arredores de Byumba.

A incursão das forças da RPF obteve êxito e ocasionou a rápida retirada das FAR. Foi nessa campanha que, pela primeira vez, a RPF foi declaradamente culpada por cometer atrocidades, como atirar em civis e em crianças. Tal atitude contribuiu para manchar a imagem da RPF entre os liberais hutus em Kigali. Do lado francês, a DGSE (*Direction Générale des Services Extérieurs*), o serviço secreto da França, acusou Uganda de auxiliar a RPF na ofensiva. G. Prunier (1997, pp. 176-7) atribuiu à DGSE o papel de repassar dados desinformados dos acontecimentos em Ruanda, que ecoavam na mídia francesa, com o intuito de preparar terreno para seu envolvimento na guerra. Trezentas novas tropas foram rapidamente enviadas a Ruanda e grande quantidade de munição chegou até as FAR. A posição de Paris para justificar a parceria bélica girava em torno do compromisso francês com a democratização na África.

A RPF chegou a trinta quilômetros de Kigali, quando o Coronel Kanyarengwe proclamou cessar-fogo unilateral por parte de Byumba. Enquanto as

armas se fizeram silenciosas, em virtude da RPF ter recuado de seu curso até a capital, a política e a diplomacia voltaram à cena. Em 28 de fevereiro, Marcel Debarge, Ministro francês para a cooperação, chegou a Kigali para estimular frente comum entre os partidos de Ruanda para lutar contra a RPF. Nesse cenário, a frente comum convocada trazia consigo a idéia de guerra racial, no sentido que a equação se desenhava como Ruanda é igual à França que é igual à frente comum igual a hutus.

Para os partidos de oposição hutus o arranjo era desastroso e os mesmos decidiram encontrar a RPF em Bujumbura, considerado território neutro. O encontro durou de 25 de fevereiro a 2 de março e resultou em um chamado em favor de: cessar-fogo durável, retirar as tropas estrangeiras de Ruanda, renovar as negociações de paz em Arusha, garantir o retorno dos deslocados internos às suas casas e ação legal contra os responsáveis pelos massacres. Contudo, o Presidente Habyarimana concentrou esforços na organização da frente comum e reuniu em torno do MRND(D) e da CDR sete dos dez partidos de oposição. Desse encontro foi acordada agenda que: condenava os ataques da RPF e sua tentativa de tomar o poder pelas armas; agradecia às forças armadas do país pela bravura e garantia-lhe total suporte; acolhia de bom grado a presença militar francesa; condenava Uganda pelo apoio fornecido à RPF; e solicitava a coordenação de trabalho entre o Conselho de Ministros, o Presidente e o Primeiro-Ministro.

Dos sete partidos de oposição representados na reunião convocada por Habyarimana, quatro deles estavam também representados em Bujumbura (MDR, PSD, PL e PDC). Esse fato era paradoxal, pois os resultados dos dois encontros eram quase que simetricamente opostos. Tal confusão forneceu oportunidade para dois grupos políticos. A primeira se caracterizou como a “CDR *constellation*” e teve como resultado a formação da “nova oposição”, que se organizou em torno do Poder Hutu. O segundo grupo a se beneficiar da divisão da oposição foi o liderado por Emmanuel Gapyisi, com características anti-RPF e anti-Habyarimana. O relatório da comissão internacional de direitos humanos que visitou Ruanda naquele ano foi publicado em 9 de março e provocou um escândalo de pequenas proporções na França. O Presidente Habyarimana negou em carta praticamente todas as acusações, em especial a existência de esquadrões da morte no país.

Em várias cidades, principalmente Kigali, a violência passou a fazer parte da rotina da população. Tutsis e simpatizantes da “velha oposição” eram os alvos preferidos da ação dos grupos *Interahamwe* e *Impuzamugambi*. A crise na economia se

agravou ainda mais e as comunicações no país ficaram prejudicadas, pois a RPF dificultou o acesso às estradas que levavam à Tanzânia. A situação dos refugiados ficou cada vez mais alarmante. O assassinato de Emmanuel Gapyisi em 18 de maio de 1993 mudou o curso político do país, no sentido de fomentar a disputa entre a “nova” e a “velha” oposição, bem como alterar as relações desses grupos com o Presidente Habyarimana. Foi nessa conjuntura que os Acordos de Arusha foram firmados (Prunier; 1997, pp. 166-191).

Em 1º de junho de 1993, o engenheiro hutu Melchior Ndadaye foi eleito Presidente do Burundi com 64,8% dos votos e, em agosto do mesmo ano, foi empossado como o primeiro presidente eleito democraticamente, depois de quase trinta anos de ditadura tutsi. Hutus e tutsis pareciam finalmente estar empenhados em compartilhar o poder de forma pacífica. Contudo, em outubro de 1993, militares tutsis seqüestraram e assassinaram o presidente, fato que gerou, pelo menos, 50 mil mortes e 300 mil refugiados hutus – estes saíram do Burundi em direção a países vizinhos, em sua maioria, Ruanda. O Poder Hutu aproveitou-se da situação para alardear em Ruanda os acontecimentos como prova da deslealdade tutsi (Gourevitch; 2006, p. 99; Prunier; 1995, p. 199).

Localizada no lado ugandense da fronteira entre Uganda e Ruanda, a UNOMUR (*United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda*) foi estabelecida pela Resolução 846 do CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas), de 22 de junho de 1993. Seu mandato previa o monitoramento de fronteira, a fim garantir que nenhuma assistência militar chegaria a Ruanda, com foco no transporte de armas letais e munições, bem como outros materiais para uso militar. Vale ressaltar que essa missão teve sua origem em solicitação dos próprios governos de Uganda e Ruanda. Substituída pela UNAMIR, as atividades da UNOMIR se encerraram oficialmente em 21 de setembro de 1994.

A UNAMIR, por sua vez, foi criada pela Resolução 872 do CSNU, em 5 de outubro de 1993, com o objetivo de auxiliar na implementação dos Acordos de Arusha. Essa missão foi justificada no âmbito do Capítulo VI – Solução Pacífica de Controvérsias da Carta das Nações Unidas, instrumento que justifica e ampara legalmente a maior parte das operações de paz desta instituição. Trata-se de operação de *peacekeeping*, em que, de acordo com o documento *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*, “(...) is a technique designed to preserve the

*peace, however fragile, where fighting has been halted, and to assist in implementing agreements achieved by the peacemakers”* (United Nations, 2008).

O mandato da operação previu: garantir a segurança da capital ruandesa, Kigali; monitorar a observância do cessar-fogo entre as partes conflitantes; monitorar a situação da segurança para a realização das eleições para composição do governo que substituiria o governo de transição; assistir o processo de retirada de minas; e prover suporte às atividades de assistência humanitária. Para tal, foi designado para comandar a missão o canadense Romeo Dallaire, com uma tropa de 2.548 homens, uma pequena força, se comparada com outras operações na década de 1990 (Moghalu; 2005, p. 15). O mandato da UNAMIR terminou oficialmente em 8 de março de 1996, com sua retirada completa em abril de 1996.

#### **2.4. As identidades hutu e tutsi na história de Ruanda**

A verdade não é propriedade de nenhuma cultura (...). Mas, para que as verdades se transformem na base política nacional e, em termos mais amplos, da vida nacional, há que se acreditar nelas (...) (Appiah; 1997, p. 21).

M. Mamdani (2002, p. XIII) chamou atenção ao fato de a história escrita de Ruanda ser cúmplice do imperialismo. Tal traço se manifestou na “naturalização” de identidades políticas de hutus e tutsis e ao se considerar o local de origem – migração – como elemento central da reconstrução histórica. Com relação a este último ponto, vale destacar que esta dissertação abordou o aspecto da imprecisão dos dados disponíveis para a definição das dinâmicas migratórias em território ruandês. O autor mencionou, ainda, como textos-chave sobre a revolução de 1959 falharam em problematizar o objeto de análise, em vez de contextualizar como o Estado pós-colonial reproduziu e reforçou as identidades políticas criadas no período colonial, acabaram por abordar essas identidades como construtos naturais.

Nos estudos de C. Newbury (1988, pp. 9-10) sobre o período de 1860 a 1960 em Ruanda, constatou-se a existência dos termos hutu e tutsi desde o período pré-colonial, mas com significados e importância política que variaram no tempo e de uma região para outra. De modo mais específico, os grupos identificados nesses termos e a natureza de suas relações foram alterados após a chegada dos europeus e à medida que o processo de colonização evoluiu. Dessa forma, muitos acontecimentos tidos como fatos

da estrutura social ruandesa e, por isso, considerados imutáveis, devem ser analisados como elementos produzidos socialmente e conformados pelas interações e processos dinâmicos intrínsecos à formação do Estado. A proposta da autora é que a história de Ruanda seja estudada de forma a levar em conta como as instituições e as relações se constituíram no contexto de um país em constante transformação.

Três períodos distintos podem ser delineados na história de Ruanda até o período colonial no sentido de demonstrar a variação das identidades hutu e tutsi: durante a fundação do Estado, no século XV, a categoria tutsi assemelhava-se a uma identidade étnica e os hutus eram considerados uma identidade transétnica, construção política que agregava grupos de pessoas dominadas; em seguida, a identidade tutsi foi associada ao poder e, dado o processo de enobrecimento por meio do casamento entre indivíduos prósperos e outros ou outras pertencentes à população subjugada, também adquiriu o caráter transétnico; por fim, a colonização “racializou” hutus e tutsis, como será detalhado a seguir (Mamdani; 2002, pp. 101-2).

Em relação ao período colonial, M. Mamdani (2002, pp. 14-99) considerou que a politização do fato de ser nativo foi um dos maiores erros cometido pelos europeus, considerando-se o desencadeamento da violência sistemática entre hutus e tutsis registrado nessa temporalidade. A reforma belga do Estado colonial, de meados de 1920 a meados de 1930, desenvolveu a imagem de hutus como nativos bantu e tutsis como estrangeiros hamitas. Pode-se dizer que a “racialização” das diferenças entre hutus e tutsis ocorreu de duas maneiras: por meio do discurso ideológico e pela reprodução da idéia de diferença racial nas instituições ruandesas que se tornaram, por seu turno, instrumento de disseminação dessas idéias.

A base legal adotada para a discriminação de determinado grupo foi o quesito raça. De forma adicional, na virada da administração direta para a indireta,<sup>33</sup> os nativos foram divididos em grupos distintos, com leis, autoridades e administração diferenciadas. Logo, a categoria “nativo” foi legalmente desmembrada com base na etnicidade e, de comunidade cultural, passou também à comunidade política. Enquanto o direito civil foi “racializado”, o consuetudinário foi “eticizado”. Assim como no direito e na cultura, a política na esfera civil adotou o princípio da identidade e discriminação.

---

<sup>33</sup> De acordo com M. Mamdani (2002, p. 23), a administração direta tende a criar identidades políticas baseadas na idéia de raça: colono e nativo. A administração indireta, em contrapartida, tem a tendência de estimular a dialética nativo-colono por meio do fracionamento da consciência racial dos nativos em múltiplas e distintas percepções étnicas.

A revolução de 1959 não logrou êxito em transformar as identidades hutus e tutsis e reforçou os conceitos produzidos pelo poder colonial em favor do ideal de justiça. Senso de justiça, no entanto, que logo demonstrou ser baseado em vingança, levando, primeiramente, à vitimização e ao refúgio e, por fim, ao genocídio. Este traço foi característico da Primeira República, onde o governo de Kayibanda defendeu o nacionalismo “racializado” em favor dos hutus, erigido nas identidades políticas institucionalizadas pelo colonialismo.

Na Segunda República, a identidade tutsi foi redefinida de raça para etnia. O esforço realizado no governo de Habyarimana buscou conciliar a discussão acerca de justiça – realizada desde a Revolução Hutu – e a necessidade de reconciliação nacional. Destarte, os tutsis passaram a ser vistos como grupo étnico nativo e, como minoria, detentores de direitos de minoria. Contudo, quanto mais se tentou garantir um nicho para os tutsis “internos” – que viviam em Ruanda –, mais precária se tornou a situação dos tutsis “externos”. Nesse sentido, um dos maiores erros atribuídos à gestão de Habyarimana foi o de não garantir as demandas de cidadania dos tutsis residentes fora do território ruandês.

Ao retomar as quatro vias não-excludentes de construção de identidades apresentadas por E. Martins (2002, pp. 55-7), verificou-se a predominância da identidade por assimilação ou apropriação no processo de formação de Ruanda, uma vez que tal via corresponde à submissão do sujeito ou da comunidade ao outro, no qual ocorre a fusão de elementos culturais como valores, história, língua. Durante a colonização europeia, foram identificadas características marcadas da identidade por contraste, em que há o realce de traços que distinguem determinado grupo. Assim, a hipótese hamítica e seus desdobramentos foram importantes na consolidação dessa transformação identitária.

A identidade por rejeição, entendida como a afirmação da identidade de um grupo pelo combate a outras identidades, se aplicou bem aos momentos da Revolução Hutu e da Primeira República, em que elementos da identidade por contraste do período colonial foram reforçados pelo clamor por justiça e pela democracia da maioria. Todavia, a identidade por rejeição explicou melhor o período pela questão conflituosa que carrega em seu significado. Na Segunda República, a identidade por diferença pôde ser aplicada no sentido da diferenciação como instrumento de afirmação, em especial, porque esse recorte temporal reincorporou os tutsis ao sentimento de natividade, mas relegou seu espaço ao da minoria. Essa via pode levar aos outros três

tipos e, no caso de Ruanda, culminou na identidade por rejeição com o processo que levou à diferenciação dos tutsis que viviam fora do Estado ruandês e ao genocídio.



### **CAPÍTULO III – Guerras, genocídio e mídia na África: as Relações Internacionais e a Comunicação Social no caso de Ruanda**

O objetivo deste capítulo é conciliar conceitos de áreas distintas do conhecimento – mais notadamente, as Relações Internacionais (RI) e a Comunicação Social – e relacioná-los com os temas afetos ao caso do genocídio de Ruanda de 1994. De forma geral, pretendeu-se compreender o lugar dedicado ao continente africano nas teorias de RI, nas discussões e sistematizações da guerra e na cobertura dos meios de comunicação de massa. Por ser a questão do genocídio assunto central desta dissertação, julgou-se conveniente apresentar breve histórico sobre a criação e consolidação desse conceito, culminando na ratificação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio – amplamente conhecida por Convenção do Genocídio.

O principal recorte de temporalidade tem início no período pós-Guerra Fria, por representar marco histórico decisivo no modo como o sistema internacional, o Estado-nação e as organizações internacionais passaram a atuar. O evento impactou de forma aguda o campo das RI, ampliando a arena para discussão das questões internacionais, não mais circunscrita aos Estados. De forma adicional, T. Knutsen (1997, pp. 259-61) apontou que a revolução das comunicações, ocorrida no período, provocou mudanças significativas nas relações internacionais e na Teoria de Relações Internacionais. Esse impacto pode ser constatado pela presença constante de termos como globalização, transnacionalismo, erosão do Estado e transformação estrutural. Todavia, o autor considerou que os fenômenos da globalização, do transnacionalismo e da erosão da soberania estatal não são questões novas, apesar de terem se tornado pauta recorrente das discussões no campo internacional no século XX.

T. Knutsen assinalou que a atribuição de extrema novidade do mundo pós-Guerra Fria é um tanto exagerada. No entanto, o exagero com que o período é tratado não significa que não há nada de novo. A revolução tecnológica, possivelmente, foi a novidade mais latente. As conseqüências podem ser notadas nas relações econômicas, com a alteração dos meios e relações de produção e dos padrões de comércio e finanças; e na política internacional, com mudanças significativas nas relações interestatais, incluindo as guerras.

A revolução informacional alterou a função dos formuladores de políticas: esses atores possuem hoje acesso a muito mais informações que em períodos anteriores; as redes globais permitiram que as tomadas de decisão fossem tanto centralizadas quanto descentralizadas; essas mesmas redes retiraram o monopólio dos governos de detenção da informação e democratizaram seu acesso; as redes globais dão mais transparência às decisões e trabalham no sentido de informar e dificultar determinadas ações nacionais que possuem efeitos globais. Com a possibilidade de emissoras como a CNN e a BBC noticiarem toda e qualquer crise no mundo em tempo real e apresentando imagens vívidas, os tomadores de decisão devem agir de modo mais rápido (Aronson; 2005, p. 630).

No momento atual, dinâmicas de interação estratégica saem de cena e dão lugar à interpenetração social, à interdependência econômica, à vulnerabilidade e à escassez de recursos. Desse modo, os meios de comunicação transformaram as noções de conflito, ameaça e segurança e parecem estar em todos os lugares. Para alguns observadores, a mídia converteu o campo de batalha – antes, uma atribuição das agências de inteligência – em conhecimento público em questão de minutos. Contudo, as realidades do antigo campo de batalha foram, em muitos casos, substituídas pela desinformação transmitida por meio de simulações midiáticas (Knutsen; 1997, pp. 263-4).

É nesse quadro que se justificou a análise da atuação dos meios de comunicação de massa no genocídio ruandês. Todavia, é importante ressaltar que o parâmetro temporal não visa restringir – apenas orientar – as informações apresentadas, tendo em vista a necessidade de recuos e avanços no tempo para explicitar questões relevantes para o entendimento do objeto em análise. É nesse espaço de tempo que se pretendeu elucidar as relações interdisciplinares mencionadas acima, bem como suas implicações no âmbito da prática da política internacional. Com isso, buscou-se a base conceitual para a análise dos dados empíricos.

### **3.1. A África e as teorias de Relações Internacionais**

Com vistas a localizar a proposta deste trabalho, sem a intenção de encaixá-la em rótulos definitivos, no escopo do quarto e atual debate da disciplina de

RI,<sup>34</sup> será verificado, a seguir, que as características do objeto em estudo podem ser mais bem compreendidas a partir de perspectivas pós-positivistas. O aspecto marcante dos temas de cultura e da formação de identidades na presente dissertação demonstra a vinculação com correntes de pensamento preocupadas com questões de teoria social, com componentes de mudança e de crítica em perspectiva, além de ter o estudo interdisciplinar como opção metodológica.

Vale destacar que o aspecto interdisciplinar foi reiterado em Saraiva (2009, pp. 19-26), quando este autor reconheceu que as proposições conceituais ou teóricas, no século XXI, apresentam maior abertura e diversidade. Com a ascensão do Sul e o declínio das teorias norte-americanas sobre as relações internacionais, tem-se caminho livre para analisar acontecimentos por perspectiva mais localizada, entendida por abrangência nacional ou regional, e por via conciliadora entre conceitos, teorias e história. As verificações desse autor são convergentes com a bibliografia acessada sobre a África e as Relações Internacionais, seja de vertente histórica seja teórica.

P. Chabal (1994, pp. 3-5) afirmou que o esforço de compreender a política da África contemporânea deve ser empreendido com profundidade, uma vez que falhas nesse entendimento levaram a conseqüências práticas. Ter essa idéia como premissa é essencial para este trabalho, pois, como será abordado a seguir, a cobertura midiática internacional fracassou<sup>35</sup> nessa questão. O consenso atual é de que a África está em crise. No entanto, em vez de os analistas considerarem os aspectos únicos e peculiares do continente, a proposta do autor é que se concentrem no contrário. Para apreender a política na África, deve-se ter como referência que o processo de estudar a política, em seu conceito e prática, é similar ao de qualquer outro lugar.

A chave para essa questão, de acordo com P. Chabal (1994), é a compreensão do poder. Este deve ser entendido como o equilíbrio entre o controle e o consentimento que determina as relações entre governante e governado. Para analisar a

---

<sup>34</sup> O quarto debate no campo das teorias de Relações Internacionais ocorre entre correntes pós-positivistas e tradições teóricas já estabelecidas no escopo da disciplina, como o realismo/neo-realismo e o liberalismo/neoliberalismo, por exemplo. No quadro dos pós-positivistas, podem ser identificados quatro grupos principais: teoria crítica, sociologia histórica, pós-modernismo e feminismo. Tais grupos, reconhecidos como novas vozes ou abordagens alternativas, reivindicam que as tradições teóricas são insuficientes para produzir explicações para as relações internacionais no pós-Guerra Fria – incluindo questões como intervenções humanitárias, conflitos motivados a realizar limpezas étnicas e refúgio (Jackson e Sorensen; 2010).

<sup>35</sup> O fracasso atribuído à ação da mídia internacional, nesta dissertação de mestrado, está relacionado ao fato de esses meios não terem conseguido influenciar, mobilizar as grandes potências para prevenir ou intervir no genocídio de 1994 em Ruanda. A idéia de fracasso será traduzida e explicitada adiante no termo inação.

política, é importante, também, considerar que poder e produção estão relacionados de forma inexorável. Destarte, a política africana precisa ser estudada a partir de abordagens histórica, conceitual e comparada.

Há que se considerar que mais que uma entre dez pessoas no mundo são africanas, mais que uma dentre quatro nações também são africanas. Mesmo assim, C. Murphy chamou atenção, no prefácio da obra de Dunn e Shaw (2001, p. ix), à ocorrência de os estudiosos da área de RI dedicarem pouca atenção aos temas de África. Alguns realistas justificariam que isso se deve ao fato de que as Relações Internacionais dizem respeito aos Estados mais poderosos. Liberalistas, ausentes em tratar temas do continente na mesma medida do Realismo, tendem a ficar mais silenciosos ao receberem a indagação. Marxistas e teóricos críticos talvez tenham um pouco mais a dizer sobre África. Todavia, encontram-se na mesma situação do Liberalismo, quando são convocados a reunir tudo o que possuem sobre a situação africana.

Nos mundos pós-colonialismo e pós-Guerra Fria, indivíduos e políticos de alguns países africanos desenvolveram soluções criativas e originais para garantir o atendimento de suas necessidades políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, a África habita o centro de diversos discursos e paradigmas, geralmente ignorados pelas RI. Ajustando o foco, percebeu-se que as questões que desafiam o continente ocupam posição central na prática desse campo de estudo. K. Dunn (2001, p. 3) demonstrou que o processo de desconstrução das teorias tradicionais de Relações Internacionais revelou que o continente ocupa lugar fundamental de contraparte sempre presente e necessária para completar as teorias dominantes:

*Africa is the **Other** necessary for the construction of a mythical Western **Self**. Yet, this Western **Self** remains the author and authority of IR [International Relations]. Within IR theory, Africa is the voiceless space upon/into which the West can write and act.*

A. Malaquias (2001, pp. 11-27) afirmou que a realidade africana constitui desafio e oportunidade para a teoria de Relações Internacionais em vários aspectos. Dentre eles, o processo de formação do Estado no continente – consequência de forças diversas – não foi apreendido de forma completa, bem como a emergência de poderosos atores não-estatais com capacidade para controlar áreas geográficas e a população de um determinado país reconhecido internacionalmente é ensejo para que agentes importantes na dissolução e formação de entidades estatais sejam estudados. Considerando que os Estados africanos, salvo algumas exceções, ainda estão para

atingir a maturidade, esse autor sugeriu que as unidades de análise para a África sejam a nação ou outros atores sub-estatais. Adicionalmente, ele propôs que as realidades históricas sejam contempladas como elementos principais nos modelos teóricos que buscam estudar o continente.

O genocídio ruandês de 1994 foi de encontro ao que os autores Taylor e Williams (*apud* Saraiva; 2008, p. 96) anunciaram, “*more than ever, the discourse of on Africa’s marginality is a non sense discourse*”. A denúncia de J. Ki-Zerbo ([s.d.], vol. I) dos preconceitos sofridos pela África Negra pelas tendências de classificar em várias categorias – raças – os negros que apresentam ligeiras diferenças é elucidativa. Conforme demonstrado anteriormente, muitos dos argumentos para a diferenciação se basearam em componentes biológicos insustentáveis. K. Appiah (1997, p. 214) sugeriu que a negritude da África seja entendida não como sinal de raça, mas, antes, como sinal de africanidade. Após a Segunda Guerra Mundial, os malefícios da noção de raça como princípio organizador da solidariedade política puderam ser identificados com facilidade. Todavia, outra lição importante foi tirada dessa guerra pelos africanos, a falsidade da oposição entre a “modernidade” branca da Europa e o “barbarismo” dos não-brancos.

### **3.2. Guerras, África e Ruanda**

De acordo com W. Döpcke (2001), a África foi palco, na década de 1960, do processo de descolonização marcado pela ausência da denominada soberania empírica, constituída por elementos como legitimidade interna absoluta, monopólio de poder, que garantiu controle do governo sobre o território do Estado e certa capacidade de defender o território. Os Estados africanos se caracterizaram mais pela soberania jurídica, ou seja, a maioria existe em função de o sistema internacional assim os reconhecer. Linha de raciocínio semelhante é desenvolvida por M. Frost (1996, p. 158) no que ele denominou de sistema de reconhecimento mútuo composto por indivíduos, pela família, pela sociedade civil, pelo Estado e pelo sistema internacional de Estados.

Nessa mesma linha, C. Clapham (1996, p. 267) demonstrou que o encontro entre a África e os pressupostos vestfalianos acerca da soberania estatal, baseados na prática de Estados da Europa e do sistema internacional criado pelos próprios europeus, são subjacentes a toda história moderna do continente africano. Na

avaliação deste autor, o resultado foi uma combinação estranha, ambígua, insatisfatória e, até mesmo, trágica. P. Chabal (1994, pp. 118-21), por sua vez, ressaltou que os Estados africanos pertencem ao grupo de países em que a criação do Estado precede a formação da nação. A independência foi mais o reflexo da política colonial do que o sucesso do mito nacionalista criado. Vale acrescentar que a identidade do nacionalismo africano, salvo algumas exceções, foi o espelho da identidade colonial. Dessa forma, o Estado pós-colonial foi confrontado diretamente pelas crises da nacionalidade<sup>36</sup> e da soberania.

Grande parte dos países que se tornaram independentes não tinham condições de defender-se de qualquer ameaça externa, nem em termos militares nem em econômicos. Diversos deles sofreram com a ocorrência de conflitos internos, o que enfraqueceu ainda mais sua capacidade perante o contexto regional e o plano internacional. Em vários casos, o Estado africano ficou limitado à figura de seu governante. O fracasso estatal nesse continente pôde ser comprovado e reiterado em diversas ocasiões como, por exemplo, os ajustes estruturais econômicos que contribuíram para crises nos países, a pressão internacional pelo multipartidarismo e eleições livres, em sistemas locais que não estavam preparados para tal, dentre outros modelos exportados para a África que não deram certo (Clapham; 1996, pp. 267-70).

O momento posterior à descolonização foi seguido pelo fim da Guerra Fria e acarretou em diversas mudanças para o continente africano em seu padrão de relacionamento com outros Estados: a remoção das condições globais que proporcionaram o superarmamento da África no período anterior culminou na queda das importações no mercado de armas por esses Estados; a comemoração do fim da bipolaridade – por alguns países da África, na expectativa de receber mais assistência externa – resultou em frustração e arrependimento; e os Estados africanos passaram a ser pressionados pela comunidade internacional para que iniciassem a transição para o regime democrático (Clapham; 1996, pp. 158-9). Penna Filho (2009, p. 113) abordou o impacto da Guerra Fria no continente africano a partir da remodelação do sistema internacional. Assim, a África e suas questões políticas deixaram de ter relevância no contexto internacional.

Seguiu-se a isso a decadência dos Estados no continente, em virtude de

---

<sup>36</sup> P. Chabal (1994, pp. 121-2) esclareceu que, por nacionalidade, entende o conjunto de características históricas e culturais que são reconhecidas pelos nacionais como elementos definidores de seu respectivo país. No que se refere à soberania, seu significado se relaciona com o reconhecimento internacional e a aceitação em termos legais da legitimidade de afirmação nacional e de sua situação estatal.

processos de insurgências,<sup>37</sup> que apresentaram inúmeros desafios não apenas a países de modo individual, mas à ordem internacional africana como um todo. As origens dessas insurgências podem ser identificadas, em grande parte dos casos, nas dinâmicas políticas internas dos Estados, notadamente em ações de governantes que excluíram setores da população nacional de efetiva participação política e governaram de forma violenta e exploradora.

T. Knutsen (1997, p. 262) constatou a prevalência da guerra em ambientes de baixa tecnologia, situação aderente à realidade da África, considerando seu estágio de desenvolvimento. No período de 1989 a 1994, ocorreram 94 conflitos armados em 64 países, em sua maioria guerras civis levadas a cabo com armas também de baixa tecnologia. Knutsen mencionou que alguns autores afirmaram que os países mais pobres se encontravam em situação de maior vulnerabilidade à guerra, enquanto outros acreditaram haver relação entre a pobreza e a fraqueza dos Estados em sustentar a legitimidade, a paz e a ordem doméstica.

O caso ruandês é tido como exemplo representativo das guerras pós-Guerra Fria por diversas razões, de acordo com Knutsen (1997, pp. 262-3): ocorreu em região de baixo índice de desenvolvimento econômico; não há consenso sobre suas origens, apresentou-se como fenômeno multicausal, em que as causas variam no tempo; e o Estado-nação era acontecimento recente na região. Adicionalmente, o conflito e a guerra não eram percebidos em termos interestatais no continente africano, mas, sim, como problemas domésticos gerados pelo desafio de legitimar regimes específicos. Todavia, vale reiterar que a situação histórica de Ruanda recuperada nesta dissertação demonstrou o contrário: redes complexas de relações interestatais e regionais – entre Estados africanos e com interferência dos países de fora do continente – agravadas pela situação de refúgio e exílio ao longo de décadas.

Apesar de diversos estudos sobre movimentos africanos específicos terem sido realizados, as implicações da insurgência no continente são terreno ainda pouco explorado para o entendimento adequado das relações internacionais da África. As explicações para a negligência da questão podem estar relacionadas a questões ideológicas sobre a unidade africana. Além disso, o fenômeno das insurgências é

---

<sup>37</sup> C. Clapham (1996, p. 208) utiliza *insurgences* com o intuito de neutralizar vários termos utilizados no estudo dos casos apresentados em sua obra como movimentos de guerrilha, exércitos privados, bandidos secessionistas, terroristas, dentre outros. Em outra obra intitulada *African Guerrillas* (1998, p. 1), ele adota o mesmo conceito para incluir movimentos não qualificados como guerrilhas de estrita e para evitar associações ideológicas e românticas que o termo guerrilha pode adquirir em algumas situações.

caracterizado, com frequência, como difícil de estudar pela violência que produz e por ser algumas vezes de caráter secreto e envolto em aspectos mitológicos.<sup>38</sup> Acrescenta-se a essas razões o fato de as RI necessitarem reconhecer a importância da política doméstica dos Estados para entender melhor as relações entre eles.

Na tipologia de insurgências apresentada na obra de C. Clapham (1996, pp. 208-12), o caso da guerra civil em Ruanda foi classificado no grupo de *reform insurgences*,<sup>39</sup> por ter o objetivo de transformar estruturas governamentais de seus próprios Estados, mas não encaminhar demandas para o sistema internacional. Apesar de esses movimentos receberem apoio de grupos específicos da população dentro de seus países, seguiram a tendência de expressar suas reivindicações em termos nacionais. As insurgências desse tipo não desafiaram de modo explícito o sistema de Estados africanos, entretanto, afetaram diretamente as relações regionais dentro do continente.

A insurgência ruandesa pode ser classificada, ainda, como externa – em detrimento do tipo interno – por ter sido incapaz de manter presença permanente dentro do território do Estado alvo de suas demandas e ser obrigada a conduzir suas operações a partir de outro país. Assim, a liderança era baseada fora do território e a efetividade do movimento dependia das relações com o governo hospedeiro, Uganda, no caso ruandês. De modo geral, as insurgências africanas apresentaram necessidades comuns derivadas de aspectos táticos para o alcance de seus objetivos, incluindo acesso à fronteira aberta, existência de patrono externo e de meios para adquirir recursos essenciais, como armas e dinheiro. C. Clapham (1998, p. 17) chamou atenção ao fato de que, na análise das insurgências, pôde-se constatar que o processo fez parte de um movimento mais complexo de adaptação dessas sociedades à decadência da ordem pós-colonial no continente.

Nos marcos conceituais de insurgências apresentados acima, a Frente Patriótica Ruandesa pode ser entendida como uma guerrilha não usual pelas razões a seguir: foi criada fora do país onde pretendia operar; seus membros foram recrutados entre as forças armadas de um país estrangeiro; muitos de seus combatentes nunca tinham estado em Ruanda; não tinha apoio das massas em nome de quem lutava. Apesar de ter conquistado o poder, só o fez após o genocídio. No entanto, essas características

---

<sup>38</sup> Os aspectos mitológicos estão relacionados, nessa parte, a idéias amparadas pelo senso comum que tendem a simplificar e dar conotação negativa – por não compreender os contextos do continente africano – às tradições culturais.

<sup>39</sup> Além das *reform insurgences*, o autor apresenta os seguintes grupos de insurgências: *liberation movements*, *separatist insurgencies*, *warlord insurgencies* (Clapham; 1996 e 1998).



peculiares, em acordo com o tipo de C. Clapham descrito acima, têm relação direta com história do povo de Ruanda (Prunier; 1998, p. 119).

J. Ki-Zerbo (2006, pp. 57-8) argumentou que os conflitos classificados como étnicos na África são, em realidade, sociais. Em vez de se falar de tutsis e hutus, é preciso pensar em criadores de gado e agricultores. A proposta é transcender a idéia de etnias para tratar de situações mais concretas, pois etnia remete a sangue e raça, um caminho inapropriado para se engajar. Nesse contexto, Estado e nação são temas não resolvidos entre os africanos. Muitas etnias se reúnem apenas ultrapassando fronteiras nacionais. O autor acredita que, quando a livre circulação dos povos for alcançada, terá fim o essencial dos conflitos classificados como étnicos.

Chabal e Daloz (1999) defenderam a idéia de que a etnicidade é apenas um traço constitutivo da identidade, entretanto, destacaram que em Ruanda e Burundi a polaridade desse traço identitário levou a resultados desastrosos. É interessante destacar a afirmação de que poucos hutus em Ruanda acreditavam que teriam seus problemas solucionados com a eliminação de todos os tutsis. Os autores mencionaram que o genocídio em Ruanda deve ser analisado a partir de raízes históricas que remontam ao período pré-colonial e que foram agravadas durante a colonização:

*Western interpretations of ethnicity and violence on the continent [Africa] almost all concentrate on the sheer irrationality of such fratricidal strife. The bulk of the reports on Rwanda and Liberia, for instance, have concentrated on the extent to which “age-old tribal hatreds” have fuelled conflicts have become either genocidal or incomprehensibly “barbaric”. What is interesting about these explanations of such violence is the fact that they are tied to a notion of the “backwardness” of Africa. These conflicts occur, it is implied, because Africa has failed to develop the type of Western rationality which would in effect render them obsolete (Chabal e Daloz; 1999, p. 152).*

De acordo com P. Chabal (1994, p. 128), em vez de concentrar a análise no quesito da etnicidade, é preferível formulação que considere os cinco elementos seguintes ou, pelo menos, a combinação de alguns deles: etnia, raça, religião, regionalismo e cultura.

M. Kaldor (2007, pp. 1-14) enquadró o genocídio de Ruanda no conceito de “nova guerra”. Seu principal argumento é de que, nas últimas décadas do século XX, um novo padrão de violência organizada se desenvolveu – em especial na

África e na Europa Oriental – como produto da era globalizada<sup>40</sup> atual. O ponto que distingue melhor a “nova” da “velha” guerra está relacionado às percepções que prevalecem da guerra, com destaque para os formuladores de políticas. A autora considerou que as novas guerras surgiram em contexto de erosão da autonomia estatal e, em casos extremos, de desintegração do Estado. Em particular, elas ocorreram no escopo do desgaste do monopólio da violência organizada legítima.

Fatores que diferenciam as novas guerras das ocorridas em momento anterior são seus objetivos, métodos e financiamento. Assim como M. Mamdani (2002), no que se refere à questão ruandesa, M. Kaldor inseriu o elemento das identidades políticas<sup>41</sup> em sua análise. Para ela, os objetivos das novas guerras estão entrelaçados com identidades políticas, enquanto que as velhas guerras se relacionavam como assuntos da ordem geopolítica e ideológica. No que tange ao financiamento, as novas guerras estão atreladas ao que a autora denomina de *new “globalized” war economy*, compreendida como processos descentralizados, com baixa participação na guerra e taxas elevadas de desemprego. De forma adicional, a economia dos países onde acontecem essas guerras é dependente de recursos externos em demasia.

Por fim, com relação aos métodos empregados nas novas guerras, há um misto de estratégias de guerrilha e contra-insurgências. Com isso, pretende-se evitar confrontos diretos e o foco muda para o domínio do território por meio do controle político da população. Em vez de unidades militares organizadas de forma hierárquica, as novas guerras comportam grupos distintos como paramilitares, “senhores da guerra” locais, gangues, forças policiais, mercenários e, ainda, exércitos nacionais. Essa característica permite grande nível de descentralização nas operações e a operacionalização do relacionamento desses grupos é marcada por movimento de confronto e cooperação.

A análise dos cenários, nos termos propostos por M. Kaldor (2007), implica em mudanças no modo que ocorre a gestão dos conflitos atualmente. Dessa forma, as ações de *peacekeeping* necessitam ser repensadas e inseridas em conceitos

---

<sup>40</sup> A autora se refere à globalização como sendo “(...) *the intensification of global interconnectedness – political, economic, military and cultural – and the changing character of political authority*” (Kaldor; 2007, p. 4).

<sup>41</sup> M. Kaldor (2007, p. 7) explicita que as identidades políticas dizem respeito à busca pelo poder com base em determinada identidade e assume que todas as guerras envolvem choques de identidades. Seu argumento considerou que esse tipo de identidade está vinculado à noção de interesse estatal ou de algum projeto futuro. Ao afirmar que “*the new identity politics is about the claim to power on the basis of labels*”, verificou-se que sua proposta não se alinha completamente a este trabalho, pois as identidades políticas são recorrentes na história de Ruanda e datam de antes do marco temporal abordado pela autora.

aderentes à “nova” realidade. Sobre a experiência da UNAMIR, Bellamy et al. (2004, p. 129) a encaixaram em sua categoria de missões de paz amplas. Entendidas, também, como operações de paz de segunda geração, as missões de paz mais amplas se diferenciam das tradicionais em razão de ocorrerem dentro dos Estados e não mais entre fronteiras de países. Elas são referidas, muitas vezes, como a aplicação do “Capítulo 6 ½” da Carta da ONU, evidenciando o caráter dúbio dessas operações ao se situarem entre as provisões pacíficas e consensuais do Capítulo VI e as medidas para uso da força previstas no Capítulo VII. Tal característica muitas vezes é apresentada como justificativa para as falhas ocorridas nas missões de Ruanda, Bósnia e Serra Leoa.

Bellamy et al. (2004, pp. 129-30) descreveram as seis características principais do tipo de operação de paz implementado em Ruanda: ocorreu em contexto de violência corrente e em ambientes de “novas guerras”, não mais o modelo tradicional de conflitos inter-estatais; às tropas envolvidas na missão foram dadas outras atribuições – por exemplo, desarmamento dos beligerantes, organização e supervisão de eleições, garantia de livre circulação – para além das tradicionalmente designadas; os *peacekeepers* coordenaram as atividades de uma série de civis envolvidos em assistência humanitária; mudança freqüente do mandato da operação de paz; e os meios e os fins não se encontraram balanceados, pois, apesar de mais atribuições, a missão não recebeu os recursos necessários para atingir seus objetivos.

### **3.3. Genocídio e Ruanda**

Henry Morgenthau sênior, judeu nascido na Alemanha que foi para os Estados Unidos aos dez anos de idade, foi nomeado embaixador no Império Otomano em 1913 pelo Presidente Woodrow Wilson e tornou-se militante da intervenção diplomática estadunidense. Em telegrama de 10 de julho de 1915 a Washington, ele descreveu a campanha turca – denominada por ele próprio de assassinato racial: “perseguição de armênios assumindo proporções sem precedentes. Informes de distritos amplamente dispersos indicam tentativa sistemática de desarraigam populações armênias pacíficas (...)” (*apud* Power; 2004, pp. 30-1). Nos Estados Unidos, o direito inquestionável de soberania dos Estados suplantava qualquer direito individual à justiça. Sem lograr êxito, o embaixador Morgenthau partiu de Constantinopla, em 1916,

desolado, em virtude do saldo de mais de um milhão de armênios mortos sob seu conhecimento.

Em 1933, Raphael Lemkin – judeu polonês, então advogado – planejou participar de uma conferência em direito penal internacional na cidade de Madri e discursar sobre a ascensão de Hitler e a matança dos armênios pelos otomanos, chamando a atenção para um fenômeno desprezado pelos europeus como sendo padrão “oriental”. Lemkin propôs aliança internacional entre os países para coibir prática semelhante à sofrida pelos armênios, com base em lei formulada por ele proibindo a destruição de nações, raças e grupos religiosos, denominada de “repressão universal”.<sup>42</sup> Tal lei proibiu as práticas de barbárie e vandalismo: “definiu ‘barbárie’ como ‘a destruição premeditada de coletividades nacionais, raciais, religiosas e sociais’. Classificou ‘vandalismo’ como ‘destruição de obras artísticas e culturais que sejam a expressão do gênio particular dessas coletividades’” (Lemkin *apud* Power; 2004, p. 46).

Entretanto, Raphael Lemkin não conseguiu levar sua proposta a público pessoalmente. O Ministro do Exterior polonês, Joseph Beck, visando conquistar a simpatia de Hitler, recusou permissão para que Lemkin viajasse a Madri. Lidas em sua ausência, as idéias de Lemkin sobre crimes que chocam a consciência encontraram poucos aliados. A Liga das Nações, por exemplo, estava muito dividida para seguir adiante com uma lei conjunta. Nos anos que se seguiram, Lemkin participou de várias conferências jurídicas para apresentar sua proposta, dizia que a história era mais sábia que advogados e estadistas e que o crime da barbárie ocorria quase que com regularidade biológica.

Decidido a chegar aos Estados Unidos, pois considerava que era lá que as decisões eram tomadas, Raphael Lemkin partiu de Wolkowysk. Desembarcou em Seattle no dia 18 de abril de 1941. Nesse país, iniciou trabalho árduo em prol de incluir na agenda governamental discussões sobre as ações nazistas contra os judeus naquele momento. Ao ouvir declaração de Winston Churchill em agosto de 1941, em transmissão pela BBC, que convocava os Aliados a ter determinação contra o exército de Hitler e bradava “estamos diante de um crime sem nome”, Lemkin voltou-se para a busca de um novo termo para os crimes que denunciava. Foi ele quem cunhou o termo

---

<sup>42</sup> S. Power (2004, p. 44) esclarece que a “repressão universal” proposta por Raphael Lemkin foi precursora da hoje denominada “jurisdição universal”: “(...) os instigadores e perpetradores de tais atos [tentativa de aniquilação de grupos nacionais, étnicos ou religiosos como o caso armênio] deveriam ser punidos onde quer que fossem detidos, independentemente do local onde o crime fora cometido, da nacionalidade ou da condição de autoridade do criminoso.”

que define, atualmente, o considerado crime supremo. Quando as ações nazistas contra os judeus vieram à tona e ganharam espaço nos meios de comunicação de massa, as pessoas simplesmente não acreditavam no que liam e ouviam. No caso do massacre dos armênios, essa mesma incredulidade foi evidente.

Em novembro de 1944, o *Carnegie Endowment for International Peace* publicou *Axis Rule in Occupied Europe*, livro de autoria de Raphael Lemkin. Embora buscasse alcançar o público comum, seu livro era demasiado jurídico para alcançar esse intuito. Essa obra é lembrada por ter cunhado o termo genocídio, combinando o derivativo grego *geno* – significando “raça” ou “tribo” – com o derivativo latino *cídio* – de *caedere*, significando “ato ou efeito de matar”. Genocídio foi, então, definido por Lemkin como sendo “(...) ‘um plano coordenado de diferentes ações para destruir as bases essenciais da vida de grupos nacionais, com o objetivo de aniquilar os próprios grupos’” (*apud* Power; 2004, p. 68). De acordo com seu conceito, não era necessário que um grupo fosse fisicamente exterminado para ocorrer genocídio, mas seus membros poderiam ser destituídos das características culturais relacionadas à sua identidade.

Desde o princípio, o termo cunhado por Lemkin foi considerado controvertido, seja por estar associado historicamente à Solução Final de Hitler – o que traria prejuízos na interpretação de crimes futuros, uma vez que autoridades e pessoas comuns considerassem genocídio apenas quando identificado o intuito de dizimar até o último membro de um grupo étnico, nacional ou religioso –, seja por denotar ingenuidade, no sentido de que aquela era apenas uma palavra, sem poder para impactar de modo direto a ação de estadistas. Apesar das críticas, a palavra foi incluída no *Webster’s New International Dictionary*. Na mesma semana em que seu livro foi publicado, o Conselho para Refugiados de Guerra dos EUA aceitou as acusações européias de que os alemães estavam praticando execuções em massa (Power; 2004, pp. 30-70).

Chalk e Jonassohn (1990, p. 9) indicaram que o trabalho de Lemkin foi pioneiro no desenvolvimento de uma tipologia de genocídio, baseada na intenção do perpetrador do crime. Os três tipos propostos por ele seriam: a total ou quase total destruição de determinado grupo, padrão de guerras de extermínio recorrentes na Antiguidade e na Idade Média; destruição da cultura, sem a tentativa de destruição física, tipo que emergiu na era moderna; e, combinando características antigas e modernas, o genocídio no estilo nazista, que visou aniquilar membros de forma imediata, enquanto outros deveriam passar pelo processo de assimilação etnocida. Vale

destacar que Lemkin tratou o genocídio como questão na esfera internacional, sem imaginar que, no século XX, esse crime seria cometido por Estados que atentaram contra os próprios cidadãos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, líderes americanos e europeus passaram a considerar o fato de que o tratamento que um dado Estado dispensava a seus cidadãos servia de indicador de como esse mesmo Estado poderia agir em relação a países vizinhos. Assim, sem colocar em cheque a importância e o status do conceito de soberania no cenário internacional, alguns estudiosos iniciaram proposições no sentido de que soberania não fosse definida em moldes que pudessem permitir chacinas.

Com o advento do Tribunal de Nuremberg, era de se esperar que Lemkin se sentisse contemplado, mas, pelo contrário, foi crítico ferrenho. Ele considerava que, de modo errôneo, o tribunal tratava a guerra agressiva – com a violação da soberania de outro Estado – como o pecado máximo e processava apenas os crimes cometidos depois que Hitler cruzou fronteiras internacionais. Em outras palavras, os julgamentos consideravam somente os crimes cometidos durante a guerra e esqueciam as atrocidades levadas a cabo antes da Segunda Guerra Mundial. Assim, países e indivíduos que não extrapolassem as fronteiras internacionais continuariam livres, perante o direito internacional, para executar um genocídio.

A primeira menção oficial de genocídio em contexto jurídico internacional ocorreu na terceira acusação aos indiciados de Nuremberg, no mês de outubro de 1945, graças aos esforços de Lemkin em *lobbies* anteriores. Todavia, ao final, ele considerou que o tribunal havia avançado algo em torno de 10 a 20% na proibição do genocídio. Em 11 de novembro de 1946, a AGNU (Assembléia Geral das Nações Unidas) aprovou por unanimidade resolução que condenava o genocídio. Nesse documento, ficou estabelecida a criação de comitê responsável pela redação de tratado da ONU para proibir o crime. Raphael Lemkin participou da primeira minuta da Convenção do Genocídio, por indicação do Secretário-Geral da ONU, Trygve Lie, e retirou-se tão logo o processo oficial engrenou.

Depois de um ano de trabalho, o Comitê Jurídico aprovou o rascunho e mesmo foi submetido à AGNU, com votação marcada para 9 de dezembro de 1948. Nessa data, no *Palais de Chaillot*, em Paris, 55 delegados votaram em favor do pacto e nove votaram contra. Quatro anos após Lemkin, que assistiu à votação na cabine de imprensa do local, cunhar o termo genocídio, a AGNU aprovou uma lei para proibi-lo. A Convenção do Genocídio fechou várias brechas do Tribunal de Nuremberg: não havia

distinção de tempos de paz ou guerra, de ocorrência dentro ou fora das fronteiras de um país. O documento em questão foi o primeiro tratado de direitos humanos adotado pelas Nações Unidas (Power; 2004, pp. 71-86). Em 1987, Roger W. Smith classificou o século XX como sendo a era do genocídio (Chalk e Jonassohn; 1990, p. 23).

Apesar de ter representado grande avanço no plano do direito internacional, a Convenção sofre diversas críticas com relação à sua redação e aplicabilidade. De acordo com Chalk e Jonassohn (1990, pp. 10-23), a definição de genocídio estabelecida nesse documento é de baixa utilidade pela comunidade acadêmica. Em primeiro lugar, não há distinção entre a violência que intenciona aniquilar um grupo e ataques não letais direcionados a membros de determinado grupo. O segundo ponto indica a exclusão intencional de grupos políticos e classes sociais. O maior problema da Convenção, segundo esses autores, é a definição restrita do que constitui um grupo vitimado. Dessa forma, os perpetradores possuem boa margem de manobra para atacar os grupos que não estão sob os auspícios do instrumento jurídico. Em julho de 1985, o relator especial para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Benjamin Whitaker, recomendou que a definição de genocídio contida na Convenção fosse expandida para contemplar a proteção de grupos políticos, econômicos e sociais. De acordo com o relator, *“in an era of ideology, people are killed for ideological reasons”* (apud Chalk e Jonassohn; 1990, p. 23)

Esses mesmos autores realizaram a revisão da literatura sobre o genocídio até o ano de 1990 – data da publicação de seu livro – e demonstraram esforços acadêmicos voltados à aplicabilidade do conceito no campo da pesquisa e análise, bem como a propostas de tipologias do crime. De Jessie Bernard, em 1949, passando por Pieter N. Drost, Hervé Savon, Irving Louis Horowitz, Vahakn Dadrian, Helen Fein, Leo Kuper, Robert Melson, Yehuda Bauer, Lyman Legters, Roger W. Smith, até os próprios autores, Chalk e Jonassohn, constatou-se movimentos em torno da rejeição completa do conceito de genocídio estabelecido na Convenção (Savon, Horowitz, Dadrian) a aceitações, com ressalvas, do conteúdo desse instrumento jurídico.

O desenvolvimento de tipologias (Savon, Dadrian, Fein, Kuper, Smith, Chalk e Jonassohn) assumiu papel de destaque nos esforços engendrados pelos autores da área e baseou-se na: classificação dos casos; distinção entre o grau e o tipo de disparidade de poder entre o perpetrador e a vítima; motivação do perpetrador. Outras questões presentes nos trabalhos se relacionam à omissão de certos grupos de vítimas na Convenção – em especial, grupos políticos – e ao agente do genocídio, com foco na

prática pelo aparato estatal. Por um lado, conceitos como os de identidade, pertencimento a qualquer coletividade humana, pessoas inocentes, comunidades ou grupos minoritários permeiam as propostas de definição das vítimas do genocídio. Por outro lado, idéias como as de último recurso para a resolução de um conflito, destruição deliberada, política fundamentalmente empregada pelo Estado, sociedade totalitária, grupo dominante, assassinato calculado, ações de destruição planejadas dizem respeito a parâmetros para o reconhecimento do crime e do perpetrador.

Chalk e Jonassohn (1990, pp. 22-5), baseados em abordagem comparativa e histórica, propuseram o seguinte conceito: “**genocide** [grifo dos autores] *is a form of one-sided mass killing in which a state or other authority intends to destroy a group, as that group and membership in it are defined by the perpetrator*”. Enquanto *one-sided* buscou demonstrar a não reciprocidade da ação, *mass killing* denotou os casos em que todos os membros de determinado grupo são rotulados como vítimas, reconhecendo que, historicamente, o extermínio completo de um grupo é de rara ocorrência. Em continuidade, os autores explicitaram que o termo *one-sided mass killings* é importante para excluir as baixas relativas aos casos de guerra, tanto militar quanto civil. Nesse conceito, o grupo constituiu a unidade de análise e pôde representar qualquer coletividade que assim for definida pelos perpetradores do genocídio.

Apesar de esta dissertação ter como referência o conceito estabelecido na Convenção, a proposta dos autores ajuda a compreender a perspectiva de identificação do grupo a ser vitimado, mesmo que o critério escolhido – no caso ruandês, a “etnia” – não contemple as bases requeridas para tal. Conforme demonstrado, as identidades tutsis e hutus foram construídas socialmente e sofreram alterações importantes de representação e significado na sociedade ruandesa ao longo do tempo. As reflexões acima são relevantes na medida em que demonstram as dificuldades práticas do grupo de juízes do Tribunal de Arusha<sup>43</sup> para o enquadramento das ações ocorridas em Ruanda no ano de 1994.

---

<sup>43</sup> Amparado pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR) foi criado pela resolução 955 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 8 de novembro de 1994, para julgar as graves violações ao direito internacional humanitário cometidas em Ruanda em 1994. Pela resolução 977, de 22 de fevereiro de 1995, determinou-se a localização do Tribunal na cidade de Arusha, Tanzânia. Conhecido também como Tribunal de Arusha, seu principal objetivo é contribuir para a reconciliação nacional em Ruanda e para a manutenção da paz na região, com a prerrogativa de processar as pessoas responsáveis pelo genocídio e por outras violações de direito internacional cometidas em território ruandês e em Estados vizinhos, entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1994.



Com o intuito de amparar seu julgamento, os juizes de Arusha buscaram o significado dos grupos definidos na Convenção do Genocídio – nacional, étnico, racial ou religioso – e encontraram o critério a seguir, comum aos quatro tipos, “(...) *sociological destiny: the members of the group belong to it automatically, by birth, in a continuous and in often ‘irremediable’ manner*”. Assim, o ICTR estabeleceu que

*(...) A national group is defined as a collection of people who are perceived to share a legal bond based on common citizenship, coupled with reciprocity of rights and duties; an ethnic group is generally defined as a group whose members share a common language or culture; the conventional definition of racial group is based on the hereditary physical traits often identified with geographical region, irrespective of linguistic, cultural, national or religious factors; and the religious group one whose members share the same religion, denomination or mode of worship* (Moghalu; 2005, pp. 79-80).

A aplicação dessas definições legais a Ruanda eram complicadas, uma vez que os tutsis não se encaixavam completamente em nenhuma delas. Assim, chegou-se à conclusão de que o genocídio não ocorreu legalmente, tendo por base a Convenção do Genocídio e o Estatuto do ICTR.

Foi necessária inovação no encaminhamento da questão pelos membros do Tribunal e os mesmos decidiram por fazer prevalecer a intenção daqueles que elaboraram a Convenção, ou seja, a proteção de qualquer grupo permanente e estável. Dessa forma, o Tribunal considerou os tutsis como sendo um grupo permanente e estável para os propósitos da Convenção, tendo por base a identificação estabelecida, de modo formal, de tutsi como um grupo “étnico” nas classificações oficiais de Ruanda.

Da aprovação da Convenção do Genocídio à sua ratificação pelos Estados Unidos, passaram-se quase quatro décadas. Até alguém ser condenado por genocídio, decorreu o prazo de cinquenta anos. O processo de ratificação da Convenção também contou com a participação ativa de Raphael Lemkin. Ao estimular outros países a ratificarem o documento, ele sempre exortava o exemplo da Dinamarca, um dos primeiros Estados a implementar a resolução no plano interno. Em 16 de outubro de 1950, o vigésimo país ratificou a Convenção. O documento entrou em vigor na data de 12 de janeiro de 1951.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> De acordo com *UN Treaty Collection*. Disponível em: <http://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20I/Chapter%20IV/IV-1.en.pdf>. Acesso em 12 mar. 2011.

Em contexto de Guerra Fria, a ratificação pelos Estados Unidos era fundamental. As principais queixas desse país diziam respeito ao texto da Convenção. Havia o receio de que a linguagem abrangente do tratado fosse utilizada para processar os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, os norte-americanos consideravam que o texto não era abrangente o suficiente para comprometer a União Soviética. S. Power (2004, p. 96) mencionou que, em verdade, a oposição estadunidense estava mais relacionada à hostilidade tradicional do Estado a qualquer questão que pudesse violar sua soberania.

Lemkin morreu, em 28 de agosto de 1959, aos 59 anos. Depois de sua morte, a Convenção do Genocídio ficou esquecida nos Estados Unidos até meados dos anos 1960, quando uma segunda onda de interesse foi desencadeada por um advogado de direito internacional de Milwaukee chamado Bruno Bitker. Ele solicitou ao Senador de Wisconsin William Proxmire que adotasse a causa. À época, quase setenta países já tinham ratificado a Convenção e o senador não entendia o porquê de seu país retardar o processo.

Proxmire prometeu, em 1967, realizar discurso diário no Senado dos Estados Unidos até conseguir a aprovação do tratado. Em seus 22 anos como senador, nunca faltou uma votação. No início, acreditava que alcançaria seu intento em um ou dois anos. Segundo declarações dele, “(...) não conseguia imaginar nenhum crime mais revoltante que o genocídio (...)”, “de todas as leis pendentes no Congresso, aquela parecia barbada”. Após 3.211 discursos e 19 anos, Proxmire ainda pedia a palavra na assembléia do Senado, mesmo que vazia, para demonstrar que a ratificação promoveria valores e interesses norte-americanos (Power; 2004, pp. 86-113). O Senado aprovou a ratificação da Convenção do Genocídio em 19 de fevereiro de 1986 (Chalk e Jonassohn; 1990, pp. 49-50). Por fim, os Estados Unidos ratificaram a Convenção do Genocídio em 25 de novembro de 1988.<sup>45</sup>

### **3.4. Meios de comunicação de massa**

F. Rüdiger (1998, p. 116) considerou que a comunicação social é parte constitutiva de nosso mundo, no sentido de representar processo primário de criação e recriação das sociedades. Por esse motivo e por todos os elementos que

---

<sup>45</sup> De acordo com *UN Treaty Collection*. Disponível em: <http://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20I/Chapter%20IV/IV-1.en.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

estão imbricados no arranjo em pauta, este trabalho tem como premissa que a comunicação social deve ser entendida como fenômeno complexo e de múltiplas determinações. De acordo com Rüdiger (1998, pp. 31-2):

A competência comunicativa, a faculdade de compreender, transmitir e receber mensagens, interagir simbolicamente com os demais, constitui uma competência apreendida de maneira espontânea. O problema técnico consiste em saber como se pode criar os meios de desenvolvê-la e, o político, em manejar as condições capazes de favorecer ou controlar esse processo. O problema filosófico é logicamente anterior, consistindo em saber como essa competência se materializa nos processos comunicativos.

Ao partir do pressuposto de que o objetivo básico da comunicação é influenciar com intenção o outro, o ambiente físico e a nós próprios (Berlo; 1982, p. 22) e que o papel primeiro dos meios de comunicação é comunicar (França et al; 2005), constatou-se que a comunicação é fenômeno social não restrito à perspectiva da comunicação de massas (Hohlfeldt; 2005, p. 61). Reiterando o objetivo central da presente dissertação, faz-se necessário diferenciar a comunicação social dos meios de comunicação de massa.

Destarte, enquanto a comunicação social diz respeito à interação humana, à troca de mensagens entre os seres humanos, independentemente dos aparatos que realizam essa mediação, os meios de comunicação de massa constituem a mediação tecnológica. Nesses termos, o processo comunicacional ocorre por meio da linguagem e apresenta-se como *práxis* objetiva exclusivamente humana (Rüdiger; 1998, pp. 17 e 77). O termo “meios de comunicação de massa” surgiu no âmbito da reflexão sociológica do século XIX sobre a sociedade moderna, em momento semelhante ao conceito de sociedade de massa. Este conceito pode ser localizado no cenário de aprofundamento da crítica da desintegração social, com destaque para acontecimentos históricos como a Revolução Francesa, o funcionamento da sociedade norte-americana e a Revolução Industrial. Nesse período, a massa populacional passou a ser caracterizada pelo novo trabalho, em uma sociedade industrializada e marcada pela especialização de vários aspectos da vida em sociedade, dentre eles, a cultura e as funções sociais.

M. Wolf (2005, pp. 141-2) afirmou que a mídia tem a função de construir a realidade, os efeitos de sua atuação operam no processo de estruturação da imagem da realidade social de forma mais abrangente, não local. Esse autor destacou que “(...) no centro da problemática dos efeitos, coloca-se, portanto, a

relação entre a ação constante dos meios de comunicação de massa e o conjunto de conhecimentos sobre a realidade social, que dá forma a uma determinada cultura e nela age dinamicamente”.

Tais informações são relevantes para auxiliar no entendimento das duas abordagens que norteiam esta pesquisa, no que tange à atuação da mídia, o *agenda-setting* e a espiral do silêncio. Ambos os conceitos estão baseados na égide da massificação, que consiste na imposição dos meios de comunicação de massa sobre o indivíduo e exemplificam o funcionamento do paradigma da sociedade de massa. No *agenda-setting*, os temas mediáticos se tornam conversas do dia-a-dia, como se fossem da agenda do público. Aqui, a influência da mídia não reside na maneira como pensar, mas no que pensar. Há o estabelecimento de uma ordem do dia e uma hierarquização temática. Todavia, as relações interpessoais não são eliminadas, como ocorre em outras teorias da área, apenas não são geradoras de temas. Na hipótese do *agenda-setting*, é preciso levar em consideração que a capacidade que os meios de comunicação de massa têm de influenciar sobre o conhecimento do que é importante e relevante oscila de acordo com os temas tratados. Dessa forma, quanto maior for a experiência direta de determinada pessoa em relação ao assunto tratado, menos ela dependerá da mídia para obter informações e interpretar o tema.

Na espiral do silêncio, a imposição dos meios de comunicação de massa não está no agendamento de temas e, sim, na força de provocar o silêncio. Ao partir do princípio que indivíduos buscam evitar o isolamento e associam-se às opiniões dominantes, “se tal associação representa um alto custo social, na defesa de um ponto de vista minoritário, os indivíduos tendem a recolher-se ao silêncio”. A posição de vulnerabilidade da pessoa entre a ação da *mass media* e da formação da opinião pública permite que os grupos sociais apliquem punição em caso de discordância da opinião dominante (Ferreira; 2005, pp. 100-14; Wolf; 2005, p. 155).

Neste trabalho, julgou-se relevante entender as relações entre a política e a comunicação. Por um lado, verificou-se que cientistas sociais e políticos tendem a variar entre o silêncio e a atribuição de caráter subalterno à comunicação, quando em processo de interlocução. Por outro, o silenciamento da comunicação – em sua modalidade midiática – forneceu indícios de que a mesma não se considera poder interferente no jogo político da contemporaneidade. À complexidade desse relacionamento, pôde-se acrescentar o elemento pluridisciplinar, denominado por A.

Rubim (2000, pp. 11-46) de “zonas de fronteiriças de conhecimento”, que agrega complexidade maior ao tema. Esse autor propôs a disputa permanente entre os dois campos, com o intuito de um predominar sobre o outro, mas sem perder de vista o caráter de complementaridade e a necessidade de interação com outros campos.

Atribuiu-se a origem dessa relação – entre a política e a comunicação – à Grécia clássica, pois a comunicação se tornou parte da resolução política da questão do poder político, com a superação do regime limitado apenas à violência ou a alguma autoridade inquestionável. Entretanto, nessa perspectiva, percebeu-se que a relação entre comunicação e política foi marcada pela instrumentalidade, sendo a aquela entendida e utilizada como simples instrumento desta. O padrão se estendeu por longo período até que, com o advento da modernidade, a política sofreu transformações profundas. Nesse escopo, a violência, a autoridade inquestionável e a exclusão passaram a não ser padrão exclusivo e combinaram-se, no século XX, com a possibilidade de realização da socialização política. O caráter ampliado da participação – formal ou real – propiciou a publicidade na política, e redefiniu as relações de coerção e convencimento.

Os desenvolvimentos no plano político favoreceram a ressignificação da comunicação em seu caráter midiático. A sociedade atual tem sido caracterizada como estruturada e ambientada pela comunicação. Alguns indicadores para essa constatação são: a expansão quantitativa da comunicação, em especial na modalidade midiaticizada; diversidade e novidade dos tipos de mídia presentes na sociedade; papel da comunicação midiática na experimentação e conhecimento da vida, da realidade e do mundo; abrangência da mídia como circuito cultural; influências sociais da comunicação midiaticizada sobre a produção intelectual, afetiva, social e individual; prevalência da mídia como mecanismo de publicização hegemônica na sociabilidade; mudanças espaciais e temporais provocadas pelas redes midiáticas; crescimento dos gastos com comunicação no orçamento doméstico das famílias e indivíduos; aumento dos setores voltados para a produção, circulação, difusão e consumo de bens simbólicos; e avanço do percentual dos trabalhadores na área.

Contudo, vale esclarecer que o reconhecimento de sociedade ambientada e estruturada pela mídia não equivale a aceitar, de forma automática, a supremacia da comunicação sobre a política. De outro modo, essa constatação significou localizar o enlace – sob movimentos de tensão e complementaridade –

entre a política e a comunicação na atual circunstância societária. Esta dissertação buscou demonstrar a possibilidade de a atuação dos meios de comunicação de massa influenciar novas configurações políticas.

L. Miguel (2002, p. 158-62) reforçou os argumentos acima ao afirmar que a mídia constitui fator central da vida política na contemporaneidade. Aliado a essa constatação, está o fato de que, em ambiente de acirrado conflito de interesse, os meios de comunicação de massa estão impossibilitados de atuar como porta-vozes imparciais do debate político. Entretanto, a verificação acima não deve levar ao conformismo, mas, sim, à percepção de que a mudança passa pela pressão da sociedade. Ao tomar o reconhecimento social por instrumento básico para a conquista do capital político, o papel desempenhado pela mídia pode ser apontado como central, pois é esta instituição a principal difusora do prestígio e do reconhecimento social na era contemporânea.

L. Miguel (2002, pp. 163-75) considerou que “(...) os meios de comunicação são, em si mesmos, uma esfera da representação política”, pois têm a possibilidade de transmitir visões de mundo e projetos políticos. Apesar disso, constatou que a situação atual é de veículos que não esgotam a pluralidade de interesses e perspectivas nas sociedades. Essa postura resulta, geralmente, em má representação da diversidade social e acarreta em conseqüências negativas para a política. A mídia tem, como instrumentos eficientes, a definição da agenda e o enquadramento.

A primeira ferramenta diz respeito à capacidade de formular preocupações públicas e influenciar tanto o cidadão comum quanto líderes políticos e funcionários públicos, no sentido destes se sentirem na obrigação de dar uma resposta à sociedade sobre os assuntos expostos. No que tange ao enquadramento, idéia complementar a agenda, tem-se a noção de que a mídia provê esquemas narrativos para interpretação dos acontecimentos, sendo que alguns esquemas são privilegiados em detrimento de outros. Vale ressaltar que, por mais influência que possua, a mídia está submetida às definições básicas do campo política, uma vez que, em grande parte, não põe à prova os limites dados do que é “a política”. L. Miguel (2002, p. 180) concluiu seu artigo de forma a resumir a justificativa deste trabalho: “decretar que a política ‘se curvou’ à mídia é tão estéril quanto negar a influência desta sobre a primeira”.

Pesquisa realizada com o objetivo de analisar a evolução do retrato africano no jornal *New York Times*, entre os anos de 1955 e 1995,<sup>46</sup> concluiu que a mídia norte-americana desempenhou o papel de *agenda-setter*, principalmente no espaço da política externa. De acordo com os autores, o jornal foi escolhido por apresentar as seguintes características: amplamente reconhecido como um dos mais proeminentes jornais dos Estados Unidos e, em especial, um dos mais lidos por aqueles que atuam no escopo da política externa norte-americana; referência para outros veículos midiáticos – de jornais a redes de TV – em razão de sua grande rede internacional de escritórios e forte reputação em transmitir informações precisas.

Com intuito de contextualizar as imagens da África transmitidas pelos meios de comunicação de massa no cenário internacional, alguns resultados da pesquisa de Schraeder e Endless (1998, pp. 31-5) serão apresentados a seguir, de acordo com as categorias analisadas pelos autores. Ao considerar as regiões africanas, tem-se o sul como a região predominante na cobertura, seguido pelo norte – a região central, onde Ruanda está localizada, ocupou o quinto lugar. É interessante notar que as duas regiões foram importantes pólos de influência dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. A cobertura regional só ficou mais balanceada em 1995, com a emergência pós-*apartheid*, em 1994. No último período estudado (1995), o norte africano passou a ser a região de maior cobertura midiática, seguida pelo leste e pela região central. Pela primeira vez na segunda metade do século XX, o sul declinou no *ranking*, indicativo da perda de importância da região.

A análise da cobertura por país revelou que, após a Guerra Fria e a era do *apartheid*, a África do Sul não configurou na lista dos dez países mais citados em 1995. O fim do *apartheid* significou também o fim do interesse da mídia pelo país. O primeiro lugar, ocupado pela Argélia, demonstrou o aumento da preocupação com a revitalização dos movimentos islâmicos. A ocorrência de conflitos civis emergiu como critério para que os países figurassem na lista dos 10 mais. Em relação ao ano de 1990, Ruanda saltou quatro posições acima em 1994 – de oitavo para quarto lugar.

---

<sup>46</sup> De 1955 a 1995, foram analisados 1.168 artigos publicados no jornal *New York Times* em intervalos de cinco anos (SCHRAEDER, Peter J.; ENDLESS, Brian. “The Media and Africa: The Portrayal of Africa in the ‘New York Times’ (1955-1995)”. *A Journal of Opinion*, Vol. 26, No. 2, The Clinton Administration and Africa (1993-1999) (1998), pp. 29-35. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1166825>. Acesso em: 20 jul. 2010).

Em consonância com outros estudos, as conclusões de Schraeder e Endless (1998, pp. 29-33) apontaram para a presença constante na mídia de imagens negativas do continente africano, o que foi denominado de imagem *National Geographic*. A África sempre foi retratada por estereótipos: pobreza e fome, corrupção e guerras “tribais”, doenças mortais, animais selvagens e selvas exuberantes. O único ano em que o aspecto positivo esteve digno de destaque (43%) foi 1990, confirmando o otimismo do período pós-Guerra Fria e das negociações para a independência da Namíbia e democratização da África do Sul. Em 1995, o maior índice de imagens negativas foi alcançado (85%), um ano após o genocídio ruandês.

Acerca dos entendimentos relacionados à importância da etnicidade, raça e religião, a mídia desempenhou papel importante no escopo do *agenda-setting*. Até o fim do *apartheid*, o foco midiático esteve voltado para o fator raça como definidor da política e da sociedade africana, com o ápice de 89% em 1990. No período seguinte, a abordagem racial caiu para incríveis 4%, dando lugar à etnia e religião, com 48% cada. Enquanto a ascensão da etnicidade no *ranking* pode ser atribuída, em boa parte, ao genocídio de Ruanda em 1994, a religião pode ser explicada pela expansão do islamismo radical no continente.

A atuação de outros países na África também foi tema de análise e, sem nenhuma surpresa, os Estados Unidos ocuparam o primeiro lugar na média de todo o período estudado. Em 1995, verificou-se queda para 29% – no ano de 1990, esse percentual atingiu seu pico, com 68% –, indicativo de baixa de interesse dos Estados Unidos no continente no período pós-Guerra Fria. Esses dados são consistentes com o desinteresse da administração Clinton, principalmente em seu primeiro mandato (1993-1996), na política externa em geral e na relação com o continente africano, em particular.

O tratamento das questões africanas pelo *New York Times* demonstrou o potencial deste veículo no âmbito do *agenda-setting* em relação à política externa norte-americana para a África. Apesar de alterações ao longo do tempo na cobertura dos temas, o aspecto da negatividade e do sensacionalismo são variáveis constantes. Houve queda gradativa do número de artigos dedicados à dimensão externa da sociedade e política africana, tendência que coincide com o aumento da cobertura de dimensões internas dos países do continente, baseadas nos impactos destrutivos das idéias de diferenças de raça e, mais recentemente, de etnia



e religião. O negativismo aparente na cobertura refletiu a atitude afro-pessimista crescente entre o público norte-americano e a classe política do governo Clinton. O exemplo mais latente dessa característica foi ação dos Estados Unidos no processo que culminou no genocídio de Ruanda em 1994. O afro-pessimismo estimulado pela mídia sugeriu necessidade de limitação do envolvimento norte-americano nas relações políticas e militares da África, “(...) *often under the guise of promoting ‘African solutions for African problems’*”.

Vale reiterar que os resultados da pesquisa apresentados acima possuem foco específico e bem definido que se referiram à análise da cobertura midiática e suas relações com a sociedade e política norte-americanas. Todavia, é preciso ter em mente que outras relações estão imbricadas nas dinâmicas apresentadas e os dados discutidos não pretendem simplificar as relações entre política e comunicação, como se a última pautasse de modo unilateral a primeira.

## **CAPÍTULO IV – Ação e inação no genocídio ruandês: fatos e cobertura midiática**

Em 11 de janeiro de 1994, o General de Divisão da UNAMIR, Romeo Dallaire, enviou fax ao Departamento de Operações de Paz da ONU, situado em Nova York. O título do fax era “Pedido de proteção a informante” – o informante em questão pertencia a um dos mais altos escalões da *Interahamwe* e era ex-membro da segurança presidencial –, e fornecia detalhes contundentes sobre os arranjos de um genocídio prestes a acontecer, bem como propostas de ações que deveriam ser tomadas em prol de prevenir o plano de extermínio dos tutsis no país. Isso significa que, três meses antes de o genocídio acontecer, a ONU tinha tido acesso a informações que poderiam ter, senão prevenido, preparado o terreno para uma rápida intervenção após o início dos massacres.

A resposta de Kofi Annan, Chefe de Operações de Paz à época, foi de que Dallaire não seguisse adiante com nenhuma das ações que propôs. O General de Divisão foi instruído a relatar o conteúdo do fax ao Presidente Juvénal Habyarimana, mesmo seu informante tendo salientado que todo o plano revelado estava sendo arquitetado por pessoas próximas ao presidente. Romeo Dallaire foi, ainda, comunicado de que deveria partilhar as informações com os embaixadores da Bélgica, da França e dos Estados Unidos. Vale destacar que não há registros de esforços por parte da sede das operações de paz no sentido de alertar o Secretariado-Geral ou o CSNU sobre as informações recebidas de Ruanda. Alguns trechos do fax enviado por Romeo Dallaire, traduzidos para o português:

Desde o início da atuação da Unamir [o informante] recebeu ordem de registrar todos os tutsis em Kigali. Ele suspeita que seja para extermínio deles. O exemplo que deu é o de que em vinte minutos seu pessoal poderia matar até mil tutsis.

O informante declara que discorda do extermínio dos tutsis. Ele apóia a oposição à FPR,<sup>47</sup> mas não pode apoiar o assassinato de pessoas inocentes. Declarou também que acredita que o presidente não tem controle total sobre todos os elementos de seu velho Partido/Facção.

O informante está preparado para divulgar a localização de um grande esconderijo de armamentos com pelo menos 135 armas (...) (Gourevitch; 2006, p. 102).

---

<sup>47</sup> Sigla em português para RPF, Frente Patriótica Ruandesa.

Na reunião do CSNU de 5 de abril de 1994, foi discutida a extensão do mandato da UNAMIR por mais seis meses. Os Estados Unidos alegaram que os progressos relativos à democracia estavam lentos demais e defendiam a retirada completa da missão de Ruanda. O Secretário-Geral Boutros-Ghali anunciou que havia progressos, mas não reportou o pedido de reforços de Dallaire e as informações sobre a iminência de assassinatos em massa. O CSNU concordou com a prorrogação do mandato e determinou a retirada das tropas, caso o governo de transição não estivesse totalmente operante ao final do novo período estabelecido (Bellamy et al.; 2004, p. 139).

Por duas vezes no ano de 1994, o jornal *Kangura* publicou matérias que afirmaram que o Presidente Habyarimana seria assassinado em março daquele ano por hutus. Líderes hutus afirmavam pela cidade que estariam livres do presidente em breve. Em 3 de abril, a RTLM transmitiu mensagem enigmática: “*On the 3rd, 4th and 5th, heads will get heated up. On 6 April, there will be a respite, but ‘a little thing’ might happen. Then on the 7th and the 8th and the other days in April, you will see something*” (Prunier; 1995, p. 223). Às 20h30, no dia 6 de abril, o avião em que estava o Presidente Habyarimana, juntamente com o Presidente hutu do Burundi e com altos conselheiros do governo de Ruanda, foi atacado em Kigali e não houve sobreviventes. Às 21h15, já havia bloqueios da *Interahamwe* nas ruas de Kigali e casas começaram a ser revistadas. Assim como toda a população, a RPF acompanhou as notícias pelo rádio (Gourevitch; 2006, pp. 106-8; Prunier; 1995, pp. 222-4).

As milícias *Interahamwe* e *Impuzamugambi* e a GP (Guarda Presidencial) estiveram em alerta total. As listas dos alvos foram devidamente distribuídas àqueles responsáveis por executar os assassinatos, as vítimas tiveram suas casas marcadas por tinta vermelha, tudo ocorreu de modo coordenado e sistemático. Notou-se baixa espontaneidade no processo como um todo, com exceção das multidões que se juntaram nas ruas para iniciar as perseguições. Na noite do dia 6 para o dia 7, o Coronel Bagosora entrou em contato com o Enviado Especial das Nações Unidas para Ruanda, Jacques-Roger Booh-Booh, dizendo que este não se preocupasse, pois, apesar de se tratar de uma tentativa de golpe de Estado, a situação estava controlada. O coronel visitou, ainda naquela noite, o Embaixador dos Estados Unidos e repetiu a mesma mensagem.

Enquanto as milícias e a GP iniciaram a caçada contra seus “inimigos”, as FAR tentaram impedir os massacres. Aconteceram episódios esporádicos de lutas entre membros das FAR e da GP entre os dias 7 e 8 de abril. A razão disso foi que o Coronel Marcel Gatsinzi, Comandante-em-Chefe do Exército, não foi previamente envolvido na trama e tentou manter seus homens fora da “solução final”. Todavia, muitos membros das FAR já estavam colaborando. No dia 8, quando recebida a notícia de que a RPF entraria em confronto em resposta aos ataques, Gatsinzi teve que aceitar a reconciliação com as milícias e com a GP.

Em um primeiro momento, a presença da UNAMIR em Ruanda fez com que os tutsis se sentissem, de certo modo, mais seguros. Mas logo se percebeu que as Nações Unidas não estavam lá para defendê-los. A missão sofria algumas desvantagens que eram percebidas pelos genocidas: as missões de paz da ONU na Bósnia e na Somália estavam sendo desmoralizadas perante o mundo, com seus soldados sendo mortos e, em território ruandês, estava proibida de usar armas, a não ser em caso de auto-defesa, estando, portanto, equipada de modo precário (Gourevitch; 2006, pp. 100-1).

As primeiras vítimas do genocídio foram selecionadas de forma cuidadosa, entre elas, a Primeira-Ministra de Ruanda, Agathe Uwilingiyimana. Ela estava sob a proteção de dez soldados belgas das UNAMIR, para os quais a GP exigiu que entregassem suas armas. Os soldados foram levados a Camp Kigali, detidos durante horas, torturados, mortos e mutilados. Uma semana depois do ocorrido, em 14 de abril, a Bélgica se retirou da missão. No dia 21, Dallaire declarou que deteria, de modo rápido, o genocídio com apenas 5 mil soldados bem equipados e carta branca para combater o Poder Hutu. Nessa mesma data, o CSNU aprovou a Resolução 912, que diminuiu em 90% o contingente da UNAMIR. A missão foi prontamente reduzida a 270 observadores, mas 450 escolheram permanecer em Ruanda e fizeram o que estava ao seu alcance: organizaram a transferência de presos, conduziram a mediação e tentaram dar suporte para que a assistência humanitária chegasse onde fosse necessário.

Apesar de a maioria das vítimas ser formada por políticos liberais e democratas, pessoas não muito conhecidas também foram assassinadas. Tutsis foram mortos pela simples razão de serem tutsis. Quanto aos hutus, os alvos eram membros ou simpatizantes dos partidos de oposição democráticos. Muitos jornalistas, que escreveram matérias contra o governo, morreram. Padres e freiras que tentaram impedir os massacres foram vítimas. Pessoas bem vestidas, que falavam bem o francês ou que

possuíam um carro e que não eram reconhecidas como apoiadoras do MRND(D) eram alvos em potencial, demonstrando o caráter social da ação genocida. Embora os depoimentos dos sobreviventes ao genocídio demonstrem que a morte já era coisa certa e que eles só “torciam” para morrer de tiro, não de facção, há registros de resistência por parte das vítimas.

No plano político, a situação era confusa. Na noite de 7 para 8 de abril, os Coronéis Bagosora e Rwagafilita reuniram um *Comité de Salut Public* para estabelecer governo provisório. No dia 9, a Rádio Ruanda anunciou a composição do novo governo, no qual Théodore Sindikubwabo figurou como Presidente da República, de acordo com interpretação do artigo 42 da Constituição ruandesa de junho de 1991. Jean Kambanda foi apontado Primeiro-Ministro. O gabinete foi formado por cinco partidos políticos e, apesar de nem todos os ministros serem extremistas, não há registros de que nenhum deles tenha protestado contra os massacres ou envidado alguma ação independente para limitar os assassinatos. Em seu primeiro discurso, o Primeiro-Ministro estabeleceu as prioridades de seu governo: “(...) *to stop the violence and looting, reopen talks with the RPF, and help the displaced*” (Bellamy et al.; 2004, p. 140; Gourevitch; 2006, pp. 22-3; 111-146; Prunier; 1995, pp. 224-33).

No momento em que a RPF anunciou sua entrada no conflito, a Força Aérea Francesa desembarcou seus soldados no aeroporto de Kigali e a Bélgica anunciou o envio de forças expedicionárias. Apesar de a UNAMIR contar com efetivo de 2.519 homens no período, nem os franceses nem os belgas demonstraram confiança na ONU para a retirada de seus nacionais do país. Na operação denominada *Amaryllis*, iniciada em 9 de abril, Paris se comprometeu a evacuar todos os estrangeiros que desejassem deixar Ruanda, mas nenhum ruandês. No escopo dessa operação não estava incluída intervenção na situação política ou de segurança local. Os belgas chegaram no dia 10 com o mesmo intuito francês. Todavia, no cenário político internacional, o Ministro de Relações Exteriores da Bélgica, Willy Claes, solicitou que o mandato da UNAMIR fosse alterado para que os soldados internacionais pudessem intervir militarmente em prol de cessar os massacres. A França, por sua vez, demonstrou oposição a essa idéia. A RPF declarou, em 9 de abril, que lutaria contra os franceses, se necessário.

A rápida retirada dos estrangeiros de Ruanda foi um completo desastre. Alguns tutsis que conseguiram entrar nos comboios para o aeroporto foram descobertos nos bloqueios e assassinados pelas milícias na frente dos soldados belgas e franceses, que nada puderam fazer. Em outras ocasiões, estrangeiros casados com ruandeses foram

forçados a sair do país sem seus pares. Contrariando a orientação geral da *Operation Amaryllis*, o núcleo da *akazu*, incluindo Madame Habyarimana, seus filhos, seu irmão Séraphin Rwabukumba e outros, contou com o apoio francês para sair de Ruanda. Em 12 de abril, o Embaixador da França Jean-Philippe Marlaud fechou a embaixada e saiu do país.

No interior ruandês, as perseguições e os massacres tiveram início na tarde de 7 de abril. Enquanto a situação se desenvolveu de modo célere em Kigali, notaram-se diferenças em outras localidades. De modo geral, o genocídio foi organizado pelas estruturas administrativas locais, com variações de muito entusiasmo a apenas cumprimento de ordens vindas do governo central. Houve apenas um caso de resistência pelo único prefeito tutsi, de Butare, Jean-Baptiste Habyarimana.<sup>48</sup> Todavia, sua oposição só durou até 20 de abril, quando foi substituído pelo extremista Sylvain Ndikumana. A partir daí, os massacres tiveram início imediatamente. É importante contextualizar a tradição de obediência inquestionável da sociedade ruandesa, combinada com um Estado autoritário de longa data e a forte aceitação de grupos identificados. Assim, fica mais compreensível reconhecer o impulso espontâneo dos principais agentes do genocídio – os camponeses –, resultado de anos de doutrinação da “democracia da maioria” e de interesses materiais.

Em 12 de abril, as tropas governamentais e da RPF estavam em pleno confronto na capital. Romeo Dallaire tentou estabelecer um cessar-fogo entre os combatentes, mas a RPF não demonstrou interesse em nenhuma forma de negociação. O governo provisório foi transferido para Gitarama no mesmo dia, em virtude da intensificação dos conflitos. Em 29 de abril, a RTLM informou que o dia 5 de maio seria o “dia da limpeza” de todos os tutsis em Kigali.

Boutros Gali apresentou proposta para intervenção armada da ONU em Ruanda. Em 13 de maio, o CSNU se preparava para votar resolução que restauraria o poderio da UNAMIR. Todavia, Madeleine Albright, Secretária de Estado dos EUA, obteve êxito em adiar por quatro dias a votação. Enfim, no dia 17, foi aprovada pelo CSNU a Resolução 918, que previu o envio de 5.500 homens para operarem sob a égide do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, ou seja, as tropas poderiam intervir nos massacres com o uso da força. Contudo, a força internacional só seria implantada três meses depois. Em seguida, no mês de junho, oito nações africanas decidiram enviar

---

<sup>48</sup> Jean-Baptiste Habyarimana não tinha parentesco com o Presidente Juvénal Habyarimana.

força de intervenção a Ruanda, condicionando, contudo, que os norte-americanos contribuíssem com cinquenta carros blindados. O Presidente Clinton concordou, mas os veículos foram arrendados à ONU, em vez de serem emprestados aos países africanos (Gourevitch; 2006, p. 131-47; Prunier; 1995, pp. 234-76).

Outro elemento importante nesta mudança de posicionamento foi o desastre da atuação dos EUA na Somália a partir do fim da neutralidade da intervenção, o que erodiu o apoio da opinião pública para a continuação da atuação dos EUA na África de uma maneira geral, e esta percepção foi visível na falta de interesse do Governo Clinton em intervir em Ruanda (Metz; 2000, p. 70). Para contextualizar melhor a posição norte-americana, vale lembrar que a Diretiva de Decisão Presidencial 25 (DDP 25), de 3 de maio de 1994, continha razões para que os Estados Unidos evitassem o envolvimento em missões de paz da ONU. Esse documento tinha, ainda, a intenção de influenciar outros países. Assim, as missões sob os auspícios das Nações Unidas deveriam passar por revisão. O DDP 25 redefiniu os parâmetros para o envolvimento direto dos EUA, que deveria ocorrer apenas em última instância. Após o fracasso na Somália, a Diretiva em questão fez de Ruanda seu primeiro teste.

No início de junho, enquanto o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Ministro do Exterior da França classificaram os acontecimentos em Ruanda como genocídio, a Comissão de Direitos Humanos da ONU reconheceu um “possível genocídio” e os Estados Unidos preferiram afirmar que “atos de genocídio podem ter ocorrido”. Ao ser indagada, por diversas vezes, sobre a questão de utilizar ou não a palavra genocídio, a porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Sra. Shelley, “(...) chegou um pouco mais perto da resposta certa quando declarou rejeitar a denominação genocídio porque ‘há obrigações que aparecem em conexão com o uso do termo’. Ela quis dizer que, sendo um genocídio, a Convenção de 1948 exigia que as partes contratantes agissem. Washington não queria agir” (Gourevitch; 2006, pp. 148-9).

A pressão da mídia e o *lobby* de algumas organizações não-governamentais favoreceram o panorama que levou Ruanda de volta à agenda política de Paris. Todavia, o fato que fez com que o Presidente Mitterrand decidisse intervir no país foi o discurso proferido pelo Presidente Nelson Mandela em reunião da OUA (Organização da União Africana), em 13 de junho, na capital da Tunísia. Em sua fala, Mandela convocou os países a interferirem na situação ruandesa, pois aquilo era “*a rebuke to Africa*”. Nesse momento, a França se deu conta, pela segunda vez, que um país de língua inglesa estava sinalizando a sua disposição de intervir em um país de

língua francesa. A primeira situação dizia respeito ao fato de a RPF ter emergido da anglófona Uganda. Tais desconfianças se encontravam enraizadas desde a época da dominação do continente africano pelos europeus e nas disputas entre ingleses e franceses.

A iniciativa francesa para Ruanda, denominada *Operation Turquoise*, foi aprovada pelo CSNU no escopo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. A Resolução 929, de 22 de junho de 1994, autorizou os Estados-Membros a empregarem todos os meios necessários para atingir os objetivos de assegurar segurança e proteção às pessoas deslocadas e civis em situação de risco. Limitada a dois meses, teve início em 23 de junho de 1994. A França estabeleceu uma “zona de proteção humanitária” no triângulo de Cyangugu-Kibuye-Gikongoro, com cobertura de um quinto do território ruandês. Além da França, o Senegal também enviou tropas para participar da operação.

A atuação francesa demonstrou, de forma nítida, tomar partido em prol do Poder Hutu. A possibilidade de confronto entre soldados franceses e a RPF ocasionou grandes preocupações em Paris, pois ninguém imaginava quais seriam as conseqüências disso. Em 2 de julho, representantes da *Operation Turquoise* se encontraram com lideranças da RPF. No dia seguinte, foram retomadas as negociações e o General Paul Kagame prometeu que a RPF não atacaria as tropas francesas. O Presidente Mitterrand anunciou, então, que a RPF não era inimiga da França. Enquanto isso, o governo interino de Ruanda foi se desmantelando.

Com a queda de Kigali, aproximadamente um milhão e meio de refugiados se dirigiu a Ruhengeri e Gisenyi. A RTLM, que havia suspenso sua transmissão da capital no dia 3 de julho, retomou sua programação de Gisenyi no dia 10 e continuou incitando os massacres. Quando Ruhengeri foi tomada pela RPF, em 13 de julho, milhões de pessoas saíram caminhando por uma estrada estreita. No dia 18, a RPF conquistou Gisenyi e, novamente, mais de um milhão de indivíduos cruzaram a fronteira para o Zaire em menos de uma semana. Nesse mesmo dia, foi estabelecido um novo governo na capital, resultado da coalizão entre a RPF e os membros sobreviventes dos partidos contrários ao Poder Hutu. O Embaixador do governo derrubado de Ruanda perdeu seu assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Apenas em 15 de julho de 1994, os Estados Unidos retiraram o reconhecimento diplomático do governo do Poder Hutu, seguido pelo fechamento da Embaixada de Ruanda em Washington. Em dezembro de 1997, Madeleine Albright falou em Adis-Abeba à OUA que a comunidade internacional deveria ter sido mais



ativa nos primeiros estágios do genocídio em Ruanda, chamando o episódio do que realmente foi, genocídio. Três meses depois, o Presidente Clinton foi à África e, no dia 25 de março de 1998, foi o primeiro chefe de Estado ocidental a visitar Ruanda depois do genocídio, mesmo não tendo saído do aeroporto.

Os franceses se retiraram no final de agosto de 1994, deixando dúzias de campos para pessoas internamente deslocadas na *Zone Turquoise*, cerca de 400 mil pessoas sob a supervisão da UNAMIR e de agências internacionais humanitárias – da ONU e privadas. O novo governo em Ruanda argumentou que os campos deveriam ser fechados e as pessoas deveriam voltar ao seu país, que era seguro o suficiente para que retornassem para suas casas. Entretanto, aqueles que demonstravam desejo de sair dos campos eram ameaçados e atacados pelo Poder Hutu, que temia uma deserção em massa da população civil (Gourevitch; 2006, pp. 88-182; 344-5; Prunier; 1995, pp. 281-99).

Em outubro de 1994, uma Comissão de Especialistas estabelecida pelo CSNU investigou os acontecimentos que sucederam à morte do Presidente Habyarimana e concluiu:

(...) Enquanto “ambos os lados do conflito armado perpetraram crimes contra a humanidade em Ruanda”, os atos “organizados, planejados, sistemáticos e metódicos de extermínio em massa perpetrados por elementos hutus contra o grupo tutsi” em Ruanda “constituem genocídio”, e que não foi encontrada nenhuma evidência “que indique que elementos tutsis perpetraram atos motivados pela intenção de destruir o grupo étnico hutu enquanto tal” (Gourevitch; 2006, pp. 197-8).

Essa foi a primeira vez, depois da aprovação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio em 1948, que o crime foi oficialmente constatado e reconhecido.

Desde o início, quando a questão de criar a UNAMIR chegou ao CSNU, faltava vontade política para financiar uma força capaz de cumprir o mandato proposto. Para comprometer as chances de a missão ser aprovada, a decisão de estabelecê-la ou não e de qual tipo seria ocorreu apenas dois dias após a morte de dezoito soldados norte-americanos na Somália. A relutância em não cometer os mesmos erros desta intervenção, todavia, não provinha exclusivamente dos Estados Unidos. O resultado disso foi uma UNAMIR incapaz de facilitar a implantação dos Acordos de Arusha. Para se ter idéia da incapacidade da missão, a avaliação inicial das necessidades da UNAMIR previa a disponibilização de 8 mil tropas. O número em questão caiu para 4.500 com o

intuito de minimizar os riscos de veto pelo Conselho de Segurança que, ao final, aprovou somente 2.548 *peacekeepers* (Bellamy et al.; 2004, pp. 138-9).

G. Prunier (1995, pp. 238-54) destacou que o país possuía todas as pré-condições para o genocídio: serviços públicos bem organizados, uma pequena extensão territorial controlada de modo rígido, população disciplinada e ordeira, comunicações que funcionavam relativamente bem e uma ideologia coerente com poder letal. Desde 1993, a idéia de um genocídio se tornou tópico de conversa comum em Kigali, replicada de forma ampla nos meios de comunicação de massa do país.

O grupo que organizou o genocídio era pequeno e pertencia à elite do regime político, militar e econômico. Sua motivação pode ser entendida como resistência radical à mudança política considerada ameaçadora. O plano genocida não era assim denominado ou reconhecido pelos seus mentores, mas, antes, era entendido como auto-defesa, uma resposta nacional da “maioria” contra seus perseguidores tutsis. Era uma questão de sobrevivência para eles extinguir a “raça maligna”, os mesmos erros da Revolução de 1959 não poderiam ser repetidos.

Entre aqueles que assistiram de forma passiva ao genocídio estão as igrejas. A Igreja católica pode ser considerada, no melhor dos cenários, inútil. Tal afirmação, vale ressaltar, não se refere aos seus membros, mas à instituição. O ponto alto da má-fé católica aconteceu quando 29 padres escreveram uma carta coletiva ao Papa João Paulo II, em 2 de agosto de 1994, na qual negaram a responsabilidade de qualquer hutu e atribuíram a culpa à RPF. Nas Igrejas protestantes houve, ao menos, a admissão de culpa em nível hierárquico superior. Os mulçumanos foram os únicos que protegeram plenamente seus seguidores, independentemente de estarem classificados como hutus ou tutsis.

Vale destacar, ainda, que nem escolas nem hospitais foram poupados pelos perpetradores do genocídio. Representantes dos Médicos Sem Fronteiras deram declarações sobre o ineditismo de terem pacientes assassinados na sua frente e de seu pessoal também ser atacado, se fossem tutsis. Médicos extremistas pediam a seus pacientes as carteiras de identidade e se negavam a tratar tutsis. Muitos desses médicos se tornaram assassinos por excelência. Professores e até ativistas de direitos humanos também participaram do modo ativo dos massacres (Mamdani; 2002, pp. 227-8).

#### 4.1. Inação: a cobertura da mídia internacional na visão norte-americana

Uma das hipóteses a ser verificada no escopo da análise empírica apresentada a seguir é de que os meios de comunicação de massa internacionais, com ênfase em veículos midiáticos norte-americanos, contribuíram para o prolongamento do genocídio em Ruanda por meio do fenômeno da inação. Para fins deste trabalho, a inação deverá ser entendida como o fato de a cobertura da mídia não ter conseguido influenciar<sup>49</sup> a comunidade internacional, em geral, e a sociedade estadunidense, em particular, para que as grandes potências da época fossem pressionadas a tomar as medidas previstas pela Convenção do Genocídio. A pressuposição de que a mídia poderia ter atuado de forma a mobilizar atores em prol da intervenção para o fim do genocídio está amparada na discussão do aspecto normativo duplo desse caso, discutido na introdução desta dissertação.

Para tal, as fontes primárias para os objetivos propostos para esta dissertação, no que tange à cobertura do genocídio em Ruanda pelos meios de comunicação de massa internacionais, foram compostas pelos seguintes veículos:

- a) Jornal *The New York Times*;
- b) Jornal *The Washington Post*;
- c) Revista *Newsweek*; e
- d) *Time Magazine*.

Esses veículos midiáticos foram escolhidos, em primeiro lugar, por serem norte-americanos e terem ampla audiência no país até os dias de hoje. Nesse aspecto, é importante destacar o papel hegemônico desempenhado pelos Estados Unidos à época, em contexto pós-Guerra Fria, e que as decisões do país “(...) sobre agir ou não têm um impacto maior sobre o destino das vítimas do que as de qualquer outra potência” (Power; 2004, p. 21). Em seguida, a seleção dos veículos se justificou por sua circulação internacional, com amplas tiragens mundiais. Registra-se que essas fontes foram acessadas *in loco* na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, na cidade de Washington D.C., em 30 de agosto de 2010. Os jornais estavam disponíveis na base de dados eletrônica ProQuest, tanto para busca das palavras-chave quanto para acesso e extração dos artigos, em meio eletrônico no formato PDF, na íntegra. No que diz

---

<sup>49</sup> Vale retomar aqui as seguintes idéias: o objetivo da comunicação é influenciar com intenção o outro, o ambiente físico e a nós próprios e os meios de comunicação de massa constituem a mediação tecnológica no escopo do processo comunicacional.

respeito às revistas, a busca pelas palavras-chave foi realizada na base de dados eletrônica EBSCO e a íntegra dos artigos – para acesso e impressão – estava disponível em microfilme.

A temporalidade pesquisada, tanto para os jornais quanto para as revistas, compreendeu o período de 122 dias, de 1º de abril a 31 de julho de 1994, tendo em vista que estas datas cobrem o início e o término do genocídio ruandês. As palavras-chave pesquisadas nos jornais foram “*Rwanda*” e “*Rwanda+genocide*”. Nas revistas, foi pesquisada a palavra-chave *Rwanda*. O campo elegido para busca nos jornais e revistas foi *full-texts*, o que implica a busca no texto completo dos artigos. Seguem os resultados compilados da pesquisa realizada:

**Tabela 1: Artigos por palavras-chave**

Veículo	Número de artigos encontrados por palavras-chave	
	<i>Rwanda</i>	<i>Rwanda+genocide</i>
Jornal <i>The New York Times</i>	438	44
Jornal <i>The Washington Post</i>	246	41
Revista <i>Newsweek</i>	10	*
<i>Time Magazine</i>	15	*
<b>Total</b>	<b>709</b>	<b>85</b>

\* Para as revistas, não foi realizada a busca pelas palavras-chave “*Rwanda+genocide*”.

Após a busca por palavras-chave e a extração dos artigos encontrados – seja por arquivo eletrônico (para os jornais), seja em meio impresso (para as revistas) –, os mesmos foram numerados e organizados em planilha no formato Excel para facilitar o manuseio e a sistematização dos resultados da análise. No que se relaciona à apreciação do material coletado, em razão do volume de artigos de jornais encontrados, optou-se pela análise dos seguintes campos de cada um deles: título e resumo. Foram, ainda, destacados alguns artigos de jornais para análise na íntegra. Os artigos para este tipo de exame foram escolhidos a partir dos seguintes critérios: 1) falta de informação suficiente no título ou no resumo para a classificação empregada a ser apresentada a seguir ou 2) indício de abordagem adequada – o significado de adequação para o estudo em questão será explicitado adiante – dos acontecimentos em Ruanda. No que se refere às revistas, por representarem apenas 25 artigos, todo o material foi analisado na íntegra.

**Tabela 2: Artigos por campo**

Veículo	Número de artigos analisados por campo (título, resumo e texto completo do artigo)	
	Texto completo	Título+resumo
Jornal <i>The New York Times</i>	11	427
Jornal <i>The Washington Post</i>	8	238
Revista <i>Newsweek</i>	10	*
<i>Time Magazine</i>	15	*
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>665</b>

\* Para as revistas, os artigos foram todos analisados na íntegra – *full-texts*.

Em seguida, foram desenvolvidas as sete categorias indicadas abaixo para análise do material coletado:

- a) NA: Não aplicável. Diz respeito aos artigos nos quais Ruanda não foi o tema central abordado;
- b) AR: Artigo resumo. Em geral, pequenos artigos que continham um resumo da situação de Ruanda, muitas vezes classificados como *summary news*;
- c) AI: Artigo meramente informativo. Esta categoria incorporou artigos que abordaram informações pontuais sobre os acontecimentos em Ruanda, onde se notou ausência de análise da situação e opinião sobre o conteúdo publicado;
- d) IN: Imagem negativa. Abordagem relacionada à corrente afro-pessimista, que tratou os desafios de Ruanda e/ou da África, de maneira generalizada, como casos sem solução, padrão conflituoso constante;
- e) SR: Simplificação reducionista. Os artigos classificados dessa forma utilizaram termos que denotam desconhecimento do contexto histórico, político e econômico ruandês e/ou que tendem a simplificar a situação de modo reducionista. Ambos os casos contribuíram no processo de desinformação. Alguns exemplos freqüentes no material analisado são a utilização de: guerras tribais, tribos hutus e tutsis, conflito étnico, guerra civil, anarquia.

Há tantas confusões nessa categoria que as palavras tribo e etnia são utilizadas, largamente, na mesma reportagem como sendo sinônimas;

- f) SS: Sensacionalista. Foco exacerbado em pormenores de desgraças individuais e/ou coletivas, bem como no “heroísmo” de determinados atores. Os artigos assim classificados possuem a característica de desconsiderar os contextos relativos aos assuntos tratados;
- g) BP: Boa prática. Artigos que abordaram, de modo adequado,<sup>50</sup> o contexto do genocídio ruandês, tanto histórica quanto politicamente. Uma das questões mais prementes no material classificado dessa maneira foi a assimilação do conceito de genocídio aos acontecimentos no país, bem como a identificação e diferenciação dos atores envolvidos nos fatos retratados.

**Tabela 3: Artigos por categoria de análise**

Veículo	Número de artigos por categoria de análise							Total
	NA	AR	AI	IN	SR	SS	BP	
Jornal <i>The New York Times</i>	135	81	104	10	58	48	2	<b>438</b>
Jornal <i>The Washington Post</i>	89	-	47	6	78	23	3	<b>246</b>
Revista <i>Newsweek</i>	-	1	-	1	4	4	-	<b>10</b>
<i>Time Magazine</i>	1	6	-	2	2	4	-	<b>15</b>
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>88</b>	<b>151</b>	<b>19</b>	<b>142</b>	<b>79</b>	<b>5</b>	<b>709</b>

Com relação aos resultados acima, vale tecer alguns comentários antes de prosseguir com a análise dos mesmos no contexto de não-intervenção pela comunidade internacional em prol da interrupção do genocídio em Ruanda no ano de 1994:

- a) O conteúdo da categoria “Artigo resumo” não foi classificado no que se refere à sua abordagem do conflito, pois se considerou importante demonstrar o número de artigos sobre Ruanda para os

<sup>50</sup> A adequação referida nesse item diz respeito a apresentar os fatos ocorridos em Ruanda de forma compatível com a realidade local, bem como com as características do conflito ocorrido entre abril e julho de 1994.

quais foi dedicado um pequeno espaço ou uma breve menção nas edições dos jornais e revistas pesquisados;

- b) A classificação “Artigo meramente informativo” não foi aplicada a nenhuma análise de artigo na íntegra, ocorreu apenas nos artigos em que foi analisado o conteúdo do título e do resumo. Essa ocorrência pode indicar que, se os artigos de jornais classificados dessa maneira tivessem sido analisados na íntegra, poderiam ter-se resultados distintos nas outras categorias. Todavia, reitera-se que o volume de dados levantados impossibilitou a análise dos textos completos de todos os artigos;
- c) Em inúmeros artigos, as categorias “Imagem negativa”, “Simplificação reducionista” e “Sensacionalista” puderam ser identificadas. Todavia, os resultados acima consideraram a abordagem prevalente no artigo e cada um foi classificado em apenas uma categoria.

Feitas essas considerações, tem-se que a maioria dos artigos válidos<sup>51</sup> sobre Ruanda está relacionada a aspectos que prejudicam a compreensão dos fatos ocorridos no país naquele ano. Conforme discutido, o prejuízo no entendimento tem implicações diretas na política dos Estados. Assim, as categorias “Imagem negativa”, “Simplificação reducionista” e “Sensacionalista” somam juntas 240 dos 484 artigos que abordam a situação ruandesa no período estudado. Enquanto 151 artigos são meramente informativos (AI), ressaltada a ponderação realizada acima sobre o aspecto relativo deste elemento, 88 dedicam pequeno espaço ou breve menção para abordar a grave e emergencial situação de Ruanda naquele momento e somente cinco apresentam o ocorrido considerando as diversas dimensões do genocídio ruandês.

Guardadas as devidas proporções com relação à frequência das edições dos jornais (publicados diariamente) e revistas (publicadas semanalmente) e considerando a baixa ocorrência de artigos de jornais classificados como “Boa prática”, verificou-se que nenhum artigo de revista foi identificado em abordagem adequada. Enquanto a *Time Magazine*, de certo modo, dividiu sua cobertura em aspectos

---

<sup>51</sup> Devidamente retirados os artigos classificados como “Não aplicável”, os artigos válidos sobre Ruanda totalizaram 484.

meramente informativos (seis artigos) e de desinformação (oito artigos, combinando os resultados das categorias “Imagem negativa”, “Simplificação reducionista” e “Sensacionalista”), a *Newsweek* concentrou esforços no campo do que está denominado desinformação (nove de um total de dez artigos).

Seguem abaixo alguns trechos de artigos, acompanhados de comentários, que refletem as categorias estabelecidas para este trabalho:

Exemplos da categoria “Boa prática”:

- i. Trecho do jornal *The New York Times*, “*Don't Write Off Rwandan Violence as Ethnic*”, de 20 de abril de 1994 (classificação 2-20):

**Yet the initial violence following the plane crash in which President Juvénal Habyarimana was killed was politically, not ethnically, based: hardline members of the government took the opportunity to eliminate progressive critics, both Hutu and Tutsi.**

**Let us not compound the damage by dismissing the violence in Rwanda as “the latest convulsion in decades of ethnic warfare.” The United Nations and the international community should find a means to protect the innocent and bring the carnage to an end.**  
JERI LABER

Comentários sobre o artigo: considera, devidamente, a violência em Ruanda como política, não étnica; chama atenção a imagens negativas que tendem a prevalecer nas informações ao mencionar “*the latest convulsion in decades of ethnic warfare*”; considera os diversos atores envolvidos na situação ao mencionar “*(...) hardline members of the government(...)*” e “*(...) to eliminate progressive critics, both Hutu and Tutsi*”; a idéia de eliminar dá, ainda, indícios de genocídio.

- ii. Trecho do jornal *The Washington Post*, “*Rwanda's Genocide Is Not Random Tribal Violence*”, de 6 de maio de 1994 (classificação 7-14):

*“To report the genocide perpetrated by the Presidential Guards and the so-called interim government they have installed as mere ‘ethnic conflict’ is like reporting the Nazi extermination of a helpless European Jewry as a conflict between the ‘German tribe’ and the ‘Jewish tribe,’ with no one able to figure out who are the murderers and who are the victims.*”

*The Post owes its readers, and those in Rwanda, like my brother Lando, who have given their lives for the ideals of democracy, human rights and unity, more accurate accounts of the real situation.”*

Comentários sobre o artigo: expõe as simplificações correntes nos meios de comunicação de massa internacionais e exige maior responsabilidade na cobertura midiática dos eventos ocorridos em Ruanda naquele momento. Vale destacar que autora



do artigo, Louise Mushikiwabo, é a atual Ministra das Relações Exteriores e Cooperação de Ruanda.

Exemplo da categoria “Sensacionalista”:

- i. Trecho do jornal *The New York Times*, “*Horror in Rwanda, Shame in the U.N.*”, de 3 de maio de 1994 (classificação 3-26):

**Compounding the horror is the threat of pestilence and famine in Kigali, the Rwandan capital, as mutilated bodies clog the Kagera River, flowing into neighboring Tanzania at the rate of 25 bodies every hour.**

Comentários sobre o artigo: foco em aspectos que não contextualizam a situação e servem para chocar pelas descrições de desgraça humana.

Exemplo da categoria “Imagem negativa”:

- i. Trecho do jornal *The Washington Post*, “*Getting Rwanda Wrong*”, de 3 de junho de 1994 (classificação 5-26):

*“Both the self-proclaimed government of Rwanda, which has armed the death squads who are doing the ethnic killing, and the rebel Rwanda Patriotic Front fighters, do not want to stop fighting until they can finish the genocide or dominate militarily.”* *“It may be too late to save the Tutsi of Rwanda. After three weeks of systematic killing that must be called ‘genocide,’ we can probably only learn some lessons for the ‘new world order,’ which seems to be eluding us.”*

Comentários sobre o artigo: afirma que nenhum dos dois lados do conflito – o governo e a RPF – quer dar fim ao conflito; menciona o genocídio em aspas, em um período avançado, junho de 1994, quase dois meses depois dos primeiros assassinatos. O autor desse artigo é Herman Cohen, ex-funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

S. Power (2004, pp. 575-6) mencionou que a inação<sup>52</sup> estadunidense, no que tange ao genocídio, guarda uma relação próxima de características deliberada e circular entre as lideranças políticas e a opinião pública. Deliberada no sentido de os políticos norte-americanos não estarem ausentes em circunstâncias de crises externas, mas, pelo contrário, estarem presentes e dedicarem-se a minimizar as indagações do público. O traço circular, por sua vez, se refere ao fato de os eleitores, com raras

---

<sup>52</sup> Nessa referência, inação deve ser entendida como falta de ação, abstenção de ação, significado usual atribuído à palavra.

exceções, não serem despertados em ocasiões de crises no exterior, incluindo o genocídio, na falta da liderança política, e as autoridades dos EUA destacarem a ausência do apoio da população para justificar a inação. A autora reforçou argumentos utilizados em momentos anteriores neste trabalho de que, em uma democracia, mesmo um governo relutando em agir sobre determinado assunto, ele pode ser pressionado a fazê-lo. Para isso, a mídia desempenha o imprescindível papel de informar.

Em obra que apresenta a reflexão de diversos autores acerca do papel dos meios de comunicação de massa no genocídio em Ruanda, a proposta de A. Thompson (2007) foi de promover a reflexão sobre a responsabilidade dos atores midiáticos em situações de conflito. O autor partiu do pressuposto, baseado em amplas discussões de estudiosos sobre o tema, de que cobertura midiática mais adequada – focada e persistente – teria feito a diferença em prol de uma intervenção para cessar a violência engendrada no ano de 1994 em Ruanda.

Uma série de fatores contribuiu para o resultado final do genocídio: inicialmente, os meios de comunicação de massa internacionais compreenderam de modo equivocado a natureza do conflito ruandês, apresentando-o como “mais uma luta tribal africana”; em seguida, muitos desses veículos se concentraram basicamente na retirada dos estrangeiros do país; por fim, constatou-se que, em meados de abril, quando o conflito atingiu seu ponto alto, o volume de notícias internacionais sobre a situação diminuiu, em razão da retirada de muitos dos jornalistas do local.

Pode-se agregar às constatações acima que Ruanda foi a primeira vítima da “Síndrome da Somália”.<sup>53</sup> Tendo este caso colocado em dúvida a efetividade do uso da força, por meio da aplicação do Capítulo VII da Carta da ONU, o CSNU, em especial os Estados Unidos, desempenhou papel importante para que ação mais efetiva não fosse tomada em prol de prevenir ou cessar os massacres de tutsis e hutus moderados em Ruanda. Uma provável intervenção por parte das forças de paz das Nações Unidas presentes no país poderia ter evitado o *overriding failure* constatado

---

<sup>53</sup> Na crise da Somália, constatou-se hesitação inicial dos Estados Unidos no que dizia respeito a considerar o conflito naquele país como ameaça à paz e à segurança da região. Para os norte-americanos, era preferível reconhecer a questão como problema humanitário de distribuição de alimentos. Todavia, dinâmicas domésticas, como o efeito CNN e a proximidade da convenção republicana para nomeação presidencial, contribuíram para que o Presidente Bush engajasse os EUA no caso com a missão *Provide Relief* de transporte aéreo de ajuda humanitária (Cohen; 2000, pp. 206-9). Nesse ponto, o efeito CNN é importante para esta dissertação, pois demonstrou o alcance – vale esclarecer que esta afirmação não atribui responsabilidade total pelo engajamento norte-americano na Somália ao efeito CNN, apenas considera-o como um fator dentre diversos – da influência dos meios de comunicação de massa na política externa.

pela Comissão Independente para avaliar a resposta da ONU no genocídio, estabelecida pelo Secretariado Geral das Nações Unidas (Viotti; 2004, p. 115).

#### **4.2. Ação: os meios de comunicação de massa internos de Ruanda**

Outra hipótese a ser constatada diz respeito a como os meios de comunicação de massa de Ruanda contribuíram no processo de incitação e mobilização para o genocídio da sociedade ruandesa classificada como hutu. Em oposição à idéia de inação evidenciada acima, notou-se que a ação desses atores no país, antes e durante o genocídio, foi de ampla efetividade. Dessa forma, o conceito de ação trabalhado nesta dissertação se relaciona com o ato, executado com êxito, de influenciar grande parcela da população a participar do genocídio. Essa ação tem como ponto de partida, mais uma vez, o objetivo da comunicação e a definição dos meios de comunicação de massa apresentados anteriormente. É importante, ainda, estabelecer paralelo com a definição de inação no que tange a elementos de ordem moral. Enquanto a inação foi definida a partir de seu aspecto normativo dual, a ação está desvinculada desses padrões e deve ser entendida sob a perspectiva da influência que resultou na execução das ações planejadas.

As fontes para análise do objeto de pesquisa foram compostas de:

- a) Relatório do julgamento realizado no âmbito do ICTR sobre o caso conhecido como *media trial* para verificar o papel desempenhado pelos principais meios de comunicação de massa ruandeses – jornal *Kangura* e RTLM – antes e durante o genocídio; e
- b) Estudos específicos sobre o papel desempenhado pela mídia interna ruandesa no genocídio.

Acerca do julgamento, vale destacar que está disponível no sítio eletrônico do ICTR apenas sua síntese. A obra *The Media and the Rwanda Genocide*, por sua vez, será de grande valia, pois reúne artigos de estudiosos sobre o tema que tiveram acesso às fontes primárias do objeto estudado. A opção pelas fontes indicadas acima se deu em razão da indisponibilidade de acesso aos materiais e às transmissões de rádio em Ruanda à época do genocídio, tanto no que corresponde à sua localização física e/ou eletrônica quanto ao idioma utilizado. Os dois veículos que serão abordados

em profundidade serão a RTLM e o jornal Kangura, em virtude do papel de destaque que ocuparam no contexto do genocídio.

Alison Des Forges (2007, pp. 42-53) chamou atenção ao fato de que uma grande parcela da população ruandesa, no período que antecedeu o genocídio, não sabia ler e escrever. Assim, o rádio era instrumento importante para a comunicação, e amplamente utilizado pelo governo para a transmissão de mensagens à população. Em 1992, foi registrado o primeiro uso do rádio para a promoção direta do assassinato de tutsis, por meio da Rádio Ruanda, na localidade de Bugesera. O alcance da incitação realizada pelo rádio demonstrou a importância do controle dos meios de comunicação de massa. De forma gradual, outros veículos – incluindo a Rádio Muhabura,<sup>54</sup> controlada pela RPF – foram se estabelecendo. No escopo dos Acordos de Arusha, foi reconhecida a contribuição da propaganda para as tensões entre as partes ao longo da guerra civil e ficou acordado o fim de tal conduta quando da assinatura dos acordos em 1993.

A RTLM iniciou suas transmissões logo após a assinatura dos Acordos de Arusha. Dentre os seus fundadores, identificou-se a ala radical do partido MRND e um novo partido no período, a CDR. Dentre os seus principais financiadores, esteve o próprio Presidente Habyarimana. A RTLM tinha por objetivo alcançar o cidadão comum de Ruanda, por meio da transmissão das últimas novidades em música, especialmente canções populares congolezas. Por essa razão, era muito mais atraente que a Rádio Ruanda, que transmitia conteúdo ultrapassado.

Quando o Presidente hutu do Burundi foi assassinado, em 1993, a RTLM reportou o fato de forma altamente sensacionalista, com o intuito de frisar a brutalidade tutsi e aumentar a sensação de medo entre os hutus. A transmissão da morte do presidente incluiu informações falsas sobre a utilização de rituais de castração antigos utilizados pelos reis tutsis contra seus inimigos na era pré-colonial. A tática da RTLM de provocar medo e repulsa entre seus ouvintes logrou êxito.

Além da propaganda anti-tutsi, o rádio dirigiu ataques contra hutus que cooperavam com tutsis. Em algumas ocasiões, foram mencionados até mesmo nomes de determinadas pessoas. O Embaixador da Bélgica chegou a denunciar ao Ministério das Relações Exteriores belga que a RTLM estava disseminando “(...) *inflammatory statements calling for the hatred – indeed for the extermination*” de tutsis. Dias antes do

---

<sup>54</sup> O sinal da Rádio Muhabura não alcançava Ruanda.

início do genocídio, o Embaixador da Alemanha, servindo como representante da Comunidade Européia em Ruanda, afirmou que a postura de alguns veículos midiáticos era inaceitável. Os críticos da RTLM sempre pediram mudanças no conteúdo de suas transmissões, mas nenhum chegou ao ponto de exigir que a mesma fosse fechada.

Durante o genocídio, com a instalação do governo interino, as autoridades fizeram uso da RTLM e da Rádio Ruanda para incitar e direcionar os assassinatos contra tutsis e hutus moderados tanto nas áreas em que o genocídio teve início imediatamente quanto naquelas que, a princípio, resistiram. Conforme havia advertido, a RTLM voltou seus esforços contra os soldados belgas que participaram da UNAMIR, acusando os mesmos de terem participado do atentado que matou o Presidente Juvénal Habyarimana. Após 6 de abril de 1994, o diretor da Rádio Ruanda, membro de partido de oposição, saiu de Ruanda e a estação de rádio nacional passou a transmitir as mesmas mensagens anti-tutsis da RTLM. Em alguns episódios, autoridades nacionais participaram de programas da Rádio Ruanda, incluindo o Presidente em exercício. Este advertiu que “(...) *those not willing to ‘work’ should be eliminated by others, by the good ‘workers who want to work’ for their country*”. O trabalho mencionado aqui era o de acertar os alvos do governo com facões.

As autoridades utilizaram as duas estações de rádio para repassar instruções e dar ordens aos ouvintes. Quando era necessário limitar a violência, o rádio também foi utilizado. Um exemplo disso ocorreu na ocasião de visita do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Por meio da RTLM, circulou a mensagem de que os ataques contra tutsis deveriam ser evitados. Durante o genocídio, a RTLM continuou, normalmente, com suas transmissões interativas, como no período anterior.

Com a tentativa fracassada de obter reforços para as tropas da UNAMIR, organizações humanitárias e de direitos humanos buscaram a ajuda das Nações Unidas, dos Estados Unidos e da França com o objetivo de que as estações de rádio que estavam incitando e dirigindo a violência fossem fechadas. Encabeçado pela *Human Rights Watch*, esse movimento acreditava que, se as transmissões cessassem, o ciclo de incitação à violência poderia ser rompido e a comunicação das diretivas genocidas ficariam limitadas. De modo adicional, alegavam que essa atitude deixaria clara a desaprovação da comunidade internacional com relação aos acontecimentos em Ruanda.

No início do mês de maio, a área jurídica do Departamento de Estado norte-americano emitiu parecer desfavorável à interrupção das transmissões de rádio em

Ruanda, amparada pelo argumento da liberdade de expressão. No dia 1º de junho, o Senador Ted Kennedy solicitou à Secretaria de Estado dos Estados Unidos que cooperasse com a ONU no sentido de dar um fim a “*the unconscionable incitement to genocide*” realizado por estações de rádio ruandesas. Apenas no final de junho, o CSNU pediu ao governo interino que providenciasse o fechamento da RTLM, motivado pelas ameaças dirigidas a Romeo Dallaire e às tropas da força de paz sob seu comando. Em julho, as forças francesas destruíram, sem esforço, radiotransmissores utilizados pela RTLM e pela Rádio Ruanda. Mesmo assim, a RTLM continuou com suas transmissões, com uma área de abrangência menor, e os oficiais franceses exigiram que a RTLM parasse com os ataques contra as tropas da França.

No auge da crise de refúgio que tomou conta de Ruanda durante o genocídio, a ONU e os EUA iniciaram o trabalho de persuadir os refugiados a retornarem para suas casas. Entretanto, a RTLM, ainda funcionando, encorajou os refugiados a permanecer fora de território ruandês. Tendo visto o poder do rádio em Ruanda para promover o ódio, os Estados Unidos estavam preparados para agir, em 1995, contra as mensagens anti-tutsi da Rádio Rutomorangiro no Burundi. Como resultado da experiência em Ruanda, o Presidente Bill Clinton lançou uma diretiva, em 1999, permitindo a intervenção norte-americana em casos futuros em que as estações de rádio convocavam para atos de violência.

Jean-Pierre Chrétien (2007, pp. 55-60) destacou que Ruanda contou com a combinação de vários fatores para o sucesso do alcance das transmissões da RTLM: alta taxa de analfabetismo, propensão para unanimidade partidária baseada em preceitos moralistas, potencial de transferência de culpa para a minoria tutsi e referências duradouras à idéia de “maioria”, representada pela população hutu. Ao revisar a propaganda empreendida pela RTLM, o autor apontou a atuação desse veículo em duas frentes, apelo racista contra as “baratas” tutsis e legitimidade da eliminação das “baratas” pela maioria. Em parceria com o jornal Kangura, a RTLM agiu com a intenção de restaurar a idéia de mobilização sócio-racial, que havia sido eficiente trinta anos antes. Essa propaganda encobriu-se sob a máscara democrática e encontrou espaço entre os parceiros ocidentais.

Três estudos distintos sobre o papel da RTLM no genocídio de Ruanda (Kimani, 2007; Li, 2007; Mironko, 2007) concluíram que as mensagens transmitidas pelo veículo contribuíram para incitar e mobilizar a “maioria” contra os tutsis. Mesmo a população rural (Mironko; 2007, p. 134) – que considerava o rádio instrumento voltado

à população urbana, educada e da elite – foi atingida. Aqueles que não ouviram diretamente as transmissões, receberam seus conteúdos por meio de seus pares e entenderam o significado ideológico de algumas músicas, discursos e relatos das atualidades. De acordo com Li (2007, p. 105), o poder intangível do rádio em Ruanda “(...) *did not rest solely in words, memory, the psyche, the state or some combination of casual factors, but was produced in the process of articulation and rearticulation by animateurs and listeners*”. Kimani (2007, pp. 122-3) traçou mapa temporal da forma de transmissão da RTLTM e verificou que, à medida que a RPF realizava avanços na guerra civil, o conteúdo da rádio ficava mais agressivo e tendencioso a ideais extremistas. Até a morte do Presidente, em 6 de abril de 1994, a propaganda da rádio tinha como foco questões contra a RPF e os Acordos de Arusha. Com o assassinato de Habyarimana, o tom da transmissão mudou e o veículo conclamou os hutus, de modo aberto, a exterminar os integrantes da RPF, todos os tutsis e seus cúmplices. Dessa forma, a RTLTM se tornou uma ferramenta para dirigir o genocídio.

O jornal quinzenal *Kangura*, por sua vez, foi o veículo de mídia impressa de maior impacto em Ruanda nos anos de 1990. Fundado em maio de 1990 e dirigido desde o início por Hassan Ngeze, tornou-se largamente conhecido pela publicação dos “Dez Mandamentos Hutus”. Sua linha de atuação foi orientada para a dissolução de aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos da comunidade ruandesa, bem como o estabelecimento de uma “nova” comunidade, que deveria ser autêntica e pura. Em ambiente de guerra civil e de pleitos pela abertura política, o governo reagiu por meio da retomada de preceitos da revolução de 1959. Tal atitude culminou em dois benefícios para o governo: rotulação da RPF como grupos nostálgicos do período da monarquia feudal e mobilização para que a “maioria” lutasse pelos direitos que adquiriu de forma tão árdua ao longo do tempo.

De 1990 a 1994,<sup>55</sup> de modo mais particular em 1991, o jornal publicou inúmeros artigos que traziam informações contra os tutsis. Assim, “*Kangura aimed to awaken the Hutu, not from a sleep, but from what Kangura saw as a state of unconsciousness that made them unaware of the fact that the Tutsi had secretly led a contra-revolution*” (Kabanda; 2007, p. 63). O apelo alcançou a maioria dos jovens que estavam fora da escola, desempregados e sem esperanças para o futuro, assim como uma grande parcela de graduados que não podia ser contratada pelo governo, pois

---

<sup>55</sup> Não houve publicações do jornal *Kangura* entre os meses de abril de julho de 1994, período em que ocorreu o genocídio em Ruanda.

precisava atender às exigências dos programas de ajuste estrutural do FMI. Em virtude do processo histórico que garantiu aos tutsis maior escolarização e preparo profissional, estes ocupavam boa parte do mercado de trabalho. O jornal *Kangura* se concentrou nesse aspecto apontando os tutsis como agentes monopolizadores da educação, do mercado de trabalho, das finanças e do comércio.

Em cenário distinto por diversas razões, o jornal ignorou as possibilidades de avanços no país e concentrou esforços no convencimento de que a população hutu estava vivendo situação similar à do ano de 1957. Ao revisitar discursos realizados em 1964 por Kayibanda e Makuza e, em 1976, por Joseph Gitera, o *Kangura* tinha a intenção de recuperar os conselhos dos mais velhos, o que é muito importante para uma sociedade como a de Ruanda, onde a idade e a experiência conferem autoridade. O autor (Kabanda; 2007, pp. 62-71) concluiu seu artigo afirmando que, de fato, foram identificados diversos elementos nos artigos do jornal que permitiram considerar que o seu conteúdo era “(...) a call to kill (...)”.

Sobre a mídia impressa, de modo geral, vale destacar alguns aspectos relativos aos impedimentos de sua distribuição pelo país, fora de Kigali: alta taxa de analfabetismo, o valor do jornal não era acessível a grande parte da população, não havia lugares onde o material produzido podia ser vendido nas províncias e comunas, pois a estrutura administrativa de Ruanda estava concentrada no MRND e não permitia que informações de oposição ao governo fossem disseminadas facilmente. Há registros de reuniões formais entre o governo e os meios de comunicação de massa privados para limitar os temas que poderiam ser publicados. Era comum ter editores que violavam as restrições governamentais presos, interrogados e espancados. Com a constituição de junho 1991, que legalizou o sistema multipartidário, os partidos passaram a publicar seus próprios jornais. Em 1992, foi promulgada a lei de imprensa, que enfatizou mais restringir do que liberar a atuação da mídia (Higiro; 2007, p. 81-3).

Na síntese do veredicto do julgamento conhecido como *media trial*,<sup>56</sup> a atuação do jornal *Kangura* e da RTLM foi tipificada nos crimes de incitação pública e direta ao genocídio e genocídio, dentre outros. Ambos os veículos foram culpados por

---

<sup>56</sup> Caso nº ICTR-99-52-T, realizado em 3 de dezembro de 2003, cujos réus eram Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza e Hassan Ngeze (Thompson; 2007, pp. 307). Disponível também em: <http://www.unict.org/Portals/0/Case/English/Barayagwiza/judgement/Summary-Media.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2011.



publicar conteúdo visando promover desprezo e ódio contra a população tutsi, denominada inimiga, e convocar os hutus a tomarem todas as medidas necessárias para a destruição dos inimigos. O jornal *Kangura*, por exemplo, na capa de sua edição de número 26, perguntou aos seus leitores “*What weapons shall we use to conquer the Inyenzi once and for all?*”. A capa tinha a imagem de um facão como resposta.

Além da propaganda generalista, a RTLM e o jornal *Kangura* citaram nomes de indivíduos que consideravam suspeitos de fazer parte ou ser cúmplices da RPF. Ao reconhecer que a mídia tem direito de divulgar informações oficiais, o tribunal identificou que nem todas as listas divulgadas diziam respeito a dados oficiais. No relato de testemunhas, ficou claro que ser mencionado como alvo em alguns dos veículos significava sofrer terríveis conseqüências. Sobre a RTLM, é interessante notar trecho do relatório que relaciona os resultados de suas transmissões com o *agenda-setting*: “*its broadcasts were a common topic of conversation in homes, offices, cafes, and on the street. Almost everyone had a radio and listened to RTLM*”.

Por fim, o anúncio na RTLM de “*heating up heads*” simbolizou bem seu lugar na incitação do genocídio e a razão de ter sido nomeada “*Radio Machete*”. Ao contrário da mídia impressa, o rádio é presente e ativo, isso fez que, em Ruanda, ele atuasse no sentido de aumentar a sensação de medo, perigo e urgência, motivando a ação dos ouvintes em prol dos massacres. O jornal *Kangura*, por seu turno, apesar de não ter publicado nenhuma edição durante o genocídio, teve papel significativo no processo que criou as condições que levaram ao genocídio.

#### **4.3. O genocídio, os veículos midiáticos internacionais e o fenômeno do *hate media* pelas lentes do cinema**

Como material complementar ao trabalhado acima, para análise qualitativa, foram considerados dois filmes sobre o genocídio ruandês: *Hotel Rwanda* (*Hotel Rwanda*, título original em inglês, 2004)<sup>57</sup> e *Tiros em Ruanda* (*Shooting dogs*, título original em inglês, 2006).<sup>58</sup> A escolha dessa filmografia foi motivada pela participação nessas produções de pessoas que vivenciaram os conflitos em Ruanda e

---

<sup>57</sup> Mais informações sobre o filme podem ser encontradas em seu sítio eletrônico oficial: <http://www.mgm.com/view/movie/900/Hotel-Rwanda/>.

<sup>58</sup> Mais informações sobre o filme podem ser encontradas em seu sítio eletrônico oficial – <http://www.shootingdogsfilm.blogspot.com/> – ou em *BBC Films* – [http://www.bbc.co.uk/bbcfilms/film/shooting\\_dogs](http://www.bbc.co.uk/bbcfilms/film/shooting_dogs).

pelo destaque que tiveram, comparadas a outras produções cinematográficas sobre o genocídio ruandês. Vale destacar que, enquanto *Hotel Ruanda* foi filmado, em grande parte, na África do Sul, com a participação de atores sul-africanos, as locações de Tiros em Ruanda foram os próprios locais retratados no filme, bem como vários ruandeses fizeram parte da equipe de produção e atuaram em papéis menores.

A análise nessa parte do trabalho busca problematizar o modo com os meios de comunicação de massa internos e internacionais – mídia impressa e rádio – foram retratados por outro veículo de mídia, que é o cinema. Outras questões mais abrangentes como, por exemplo, sobre como a história de Ruanda foi representada, também serão contempladas. A base de sustentação para a alternativa de considerar a filmografia como fonte foi estudo realizado pelo historiador M. Ferro (1992, pp. 76-7) sobre cinema e História, em que ele afirmou não acreditar “(...) na existência de fronteiras entre os diversos tipos de filmes, pelo menos do ponto de vista do olhar de um historiador, para quem o imaginário é tanto história, quanto História”.

O autor crê que o papel primeiro do historiador é restituir à sociedade a história que os aparelhos institucionais a destituíram. Em seguida, confrontar os distintos discursos da história, a fim de desvendar a realidade não-visível. Com relação a este aspecto, levantou a problemática de descobrir métodos aplicáveis à História contemporânea, em razão da falta de distanciamento. Assim, o filme é, para ele, de grande valia para superar essa dificuldade.

Aliás, o que é um filme senão um acontecimento, uma anedota, uma ficção, informações censuradas, um noticiário que coloca no mesmo nível a moda do inverno e os mortos do último verão? (...) Resta agora estudar o filme, associá-lo com o mundo que o produz. Qual é a hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História (Ferro; 1992, pp. 85-6).

#### **4.3.1. Hotel Ruanda**

O filme relatou a história real do hutu Paul Rusesabagina, gerente do hotel quatro estrelas *Hôtel des Milles Colines*, da rede belga *Sabena Hotels*, localizado em Kigali. Paul foi capaz de salvar a vida de mais de mil pessoas, durante o genocídio em 1994, ao abrigá-las no hotel e utilizar contatos influentes dentro e fora de Ruanda. Enquanto o roteiro do filme estava sendo escrito, Paul Rusesabagina foi consultado. A presença da ONU em Ruanda contou com a representação do personagem Coronel

Oliver, papel inspirado em Roméo Dallaire. Indicado e vencedor de prêmios importantes do cinema internacional, o filme figura na lista do *American Film Institute* como um dos 100 mais inspiradores filmes de todos os tempos.<sup>59</sup>

Acerca dos aspectos históricos de Ruanda, pode-se concluir que o filme abordou a temática de forma superficial e simplista. Em alguns momentos, em especial quando estrangeiros falaram sobre o assunto, apresentou a situação de conflito entre hutus e tutsis como incompreensível e atribuiu a situação vivida naquele momento, quase que de forma exclusiva, como resultado do processo de colonização belga. Apesar disso, abordou conceitos importantes para o entendimento do genocídio como a idéia da “maioria”, disseminada pelo governo hutu, referido como Poder Hutu, e mostrou a função dos registros de identidade étnicas na identificação das vítimas.

Outro ponto merecedor de destaque foi demonstrar que, antes do início dos massacres, tutsis já vinham sendo assediados pelas forças militares e pela milícia *Interahamwe*, bem como as armas utilizadas no genocídio – os facões – já estavam sendo importadas, evidenciando a preparação do plano genocida. Por outro lado, uma falha grave verificada na análise do filme foi a falta de contextualização apropriada do papel dos agentes governamentais em todo o processo. Em alguns momentos, pareceu que o governo estava sendo “apenas” omissos nos acontecimentos, e as milícias e a RTLM estavam, de fato, executando e dirigindo o genocídio. Ao contrário, como visto anteriormente, o episódio foi tanto planejado quanto executado pela máquina estatal em seus diversos níveis.

A confiança das vítimas em potencial que buscaram abrigo no hotel de que a ONU e a comunidade internacional, por meio do envio de tropas estrangeiras para a retirada de não-ruandeses no início do genocídio, estavam lá para intervir em prol do fim dos conflitos é evidenciada de modo aberto no filme. Com a evacuação desastrosa dos estrangeiros, a sensação de decepção e abandono é representada em uma das cenas mais emocionantes do filme, em que Paul Rusesabagina intervém na situação dizendo a um padre branco que queria retirar do país crianças ruandesas: “*they* [tropas estrangeiras] *are not here to help us. Please, there is nothing we can do. Get your people on the bus, I’ll take care of the others*”. Uma força de paz da ONU envergonhada e indignada é mostrada no filme, na figura do Coronel Oliver, cuja

---

<sup>59</sup> Hotel Ruanda ocupa a 90ª posição. Disponível em: <http://www.afi.com/100Years/cheers.aspx>. Acesso em: 14 mai. 2011.

resposta às perguntas sobre a não intervenção era de que “*we are as peacekeepers not as peacemakers*”.

No que toca ao fenómeno do *hate media*, representado pelas transmissões da RTLM antes e durante o genocídio, o filme se aproximou do material acessado para esta dissertação. Em Hotel Ruanda, identificou-se o carácter popular da rádio em Kigali e a sua característica de agradar ao público, ao tocar músicas que faziam sucesso naquele período e contexto. Adicionalmente, a utilização do rádio para incitar e dirigir os atos genocidas é abordada no filme de forma direta. O comando “*cut the tall trees*”, anunciado na RTLM, era um dos sinais para o início generalizado dos assassinatos. Há, ainda, uma cena do filme em que o nome de Paul Rusesabagina é mencionado nas transmissões como inimigo por ajudar as “baratas” tutsis, procedimento mencionado e condenado no *media trial*.

Quanto à mídia internacional, há menção que deixa implícito o fato de a Bósnia ocupar o espaço que poderia ser dedicado a Ruanda naquele momento, como se a primeira situação fosse mais importante que esta última. O filme abordou, ainda, a questão da insegurança<sup>60</sup> que a imprensa enfrentou para cobrir os acontecimentos no país e a evacuação dos jornalistas que lá estavam pelas tropas estrangeiras, logo no começo do genocídio. Hotel Ruanda teve dois jornalistas, um subordinado ao outro. O jornalista subordinado, Jack, contrariou as ordens de seu chefe e saiu, arriscando sua segurança, para fazer imagens nas ruas de Kigali. Ao chegar com as imagens no hotel, seu superior ligou imediatamente para a redação pedindo a divulgação de um massacre.

Paul Rusesabagina tinha esperança que, se a televisão mostrasse ao mundo o que acontecia lá, haveria intervenção da comunidade internacional. Todavia, Jack respondeu a ele que não acreditava nisso, pois as pessoas veriam as imagens na televisão enquanto jantavam, ficariam sensibilizadas por alguns instantes e, em seguida, voltariam a comer normalmente. Esse mesmo jornalista saiu muito envergonhado de Ruanda, juntamente com os outros estrangeiros. Todavia, em vez de a mensagem do filme focalizar a falta de interesse das superpotências e das sociedades de outros países no que se passava em território ruandês, deveria ter frisado a obrigação internacional de intervir em casos de genocídio. O filme passou a idéia de jornalistas descrentes que seu trabalho poderia fazer alguma diferença e demonstrou que a mídia se retirou de Ruanda, salvo algumas exceções mencionadas na obra de Thompson (2007).

---

<sup>60</sup> Esse aspecto da insegurança é tratado em alguns artigos da obra de Thompson (2007).

#### 4.3.2. Tiros em Ruanda

Os personagens desse filme são fictícios, mas os fatos relatados não. A história se passa na ETO (*Ecole Technique Officielle*), em Ruanda, antes e durante o genocídio de 1994. O título original – em tradução livre, atirando em cachorros – é uma referência a acontecimento verídico, no qual integrantes da UNAMIR atiraram nos cachorros que estavam se alimentando dos corpos espalhados pelas ruas das pessoas assassinadas no genocídio, por razão sanitária. Esse é um dos pontos altos, quando o padre católico branco, Christopher, que protagoniza o filme, pergunta ao representante da UNAMIR se os cachorros tinham atirado neles para que eles pudessem atirar de volta. Isso porque a posição da UNAMIR, também demonstrada aqui como envergonhada e insatisfeita por não poder intervir, era de que seu mandato só permitia que armas fossem disparadas se alguém atirasse contra as tropas.

Os fatos históricos apresentados em Tiros em Ruanda são esparsos, mas foram mais bem contextualizados do que em Hotel Ruanda, pois não se apresentou uma versão simplificada das tensões entre hutus e tutsis, nem as colocou como algo incompreensível. Novamente, o padre Christopher, que viveu no país por muitos anos e vivenciou o golpe e a ascensão de Habyarimana, repassou informações ao longo do filme sobre a história e a política ruandesas. Em determinado momento, logo no início dos massacres, o padre afirmou com propriedade que nunca tinha visto aquilo antes no país. Ao ser indagado sobre hutus e tutsis, ele respondeu que as pessoas ali costumavam ser chamadas de “ruandeses”. O papel do padre e a sua decisão de ficar em Ruanda, mesmo com a opção de ser evacuado pelas tropas estrangeiras, demonstraram o lado da Igreja católica que não apoiou o genocídio. Tal traço é importante de ser mencionado, pois não foi toda a Igreja que agiu dessa forma. Contudo, ficou demonstrado que quem condenou o genocídio, padre, freira ou bispo, foi assassinado.

O registro de identidade étnica é mostrado no filme como elemento de seleção de vítimas em Kigali. Outros pontos, também apresentados em Hotel Ruanda, são a preparação de listas por integrantes do governo e ataques das milícias contra tutsis antes do genocídio. Vale ressaltar que esse filme trabalhou melhor os aspectos de envolvimento governamental nos massacres, com a apresentação de denúncia contra o governo interino de participação no genocídio, feita por um ministro do governo derrubado diretamente ao capitão da UNAMIR encarregado da base instalada na ETO.

De forma semelhante ao primeiro filme analisado, aqui, a ONU e a comunidade internacional suscitaram esperança de proteção no período inicial. O que logo terminou, quando se percebeu que apenas os estrangeiros seriam evacuados. Todavia, o desfecho foi pior em Tiros em Ruanda, pois as tropas da UNAMIR receberam ordens para se retirar da ETO e as milícias entraram, em seguida, para matar todos. Uma das cenas mais marcantes foi no momento em que a ONU saía da escola e o representante das pessoas abrigadas leu uma carta. Nessa carta, eles pediam ao capitão da UNAMIR que atirasse em todos. Ao ter o pedido recusado, tentou negociar que pelo menos as crianças fossem mortas a tiros, pois a morte de facção era muito dolorosa.

Em Tiros em Ruanda, o Efeito Somália foi mencionado e o assassinato dos dez capacetes azuis belgas por hutus teve destaque. Houve relação direta dos acontecimentos em Ruanda com o Holocausto duas vezes no filme. Quanto à questão da Bósnia interessar mais, isso ficou explícito no relato da jornalista da BBC, Rachel, que estava trabalhando em Kigali. Essa jornalista demonstrou, em um primeiro momento, e disse abertamente em outro, que os brancos interessam mais, para ela e para o mundo ocidental. Rachel contou ao Professor inglês Joe Connor que, enquanto estava na Bósnia, um ano antes, chorava todos os dias. Em Ruanda, não tinha derrubado uma lágrima sequer. O motivo disso era que, quando olhava para uma mulher branca na Bósnia, lembrava que poderia ser sua mãe. Naquele lugar, eram negros, não havia assimilação por parte dela: *“they’re just dead Africans”*.

Enquanto isso, o Professor Joe dizia a uma de suas pupilas: *“see that woman there? Her name is Rachel. She’s with a television crew. And they are going to film us. If they’re filming us, then no one can touch us”*. Novamente, a expectativa de que os meios de comunicação de massa internacionais poderiam mobilizar as potências do CSNU para aprovar uma intervenção em Ruanda foi frustrada. De todo modo, foi abordada a insegurança dos jornalistas na cobertura dos massacres, resultando em sua saída de Ruanda com a retirada dos estrangeiros.

Em termos comparativos a Hotel Ruanda, o enfoque de Tiros em Ruanda no *hate media* promovido pela RTLM foi menor, mas devidamente demonstrado. Notou-se que não há discrepâncias sobre as mensagens transmitidas nos filmes sobre a RTLM e que essas estão em consonância com a bibliografia acessada. O conceito de ação aplicado a este trabalho ganha sentido ao ser confrontado com as fontes consideradas. Destaca-se que Tiros em Ruanda foi mais direcionado à cobertura midiática internacional, e de forma incisiva. Enquanto a fria jornalista Rachel parecia

não se importar muito com a situação, o jornalista Jack (Hotel Ruanda) saiu consternado por tudo que tinha testemunhado. A idéia de comparar essas duas posturas não é focalizar nos indivíduos ou nos veículos em que trabalhavam, mas, sim, retomar a idéia de inação exposta acima. As duas abordagens têm um traço comum, a descrença de que a comunidade internacional e as superpotências se importariam com o que se passava naquele pequeno país da África Central – imagem trabalhada a todo momento na corrente afro-pessimista –, mesmo se o genocídio fosse noticiado internacionalmente.

## CONCLUSÃO

Duas linhas de conclusão serão aqui apresentadas, um conjunto de elementos acerca da condição histórica de Ruanda, seguido de avaliação do papel da mídia no genocídio ruandês de 1994. Em primeiro lugar, concluiu-se que hutus e tutsis foram categorias criadas e recriadas ao longo do tempo e que o caráter de “naturalidade” a elas atribuído não pôde ser comprovado. Tendo como perspectiva a diminuição de conflitos e tensões sociais no país, seria preferível que os rótulos de hutu, tutsi e twa fossem substituídos apenas pela nacionalidade ruandesa. Por todos os fatos históricos demonstrados nesta dissertação, verificou-se que o país reúne, desde muito cedo, as condições necessárias para que a identidade nacional prevaleça sobre qualquer identidade dita “étnica” ou “racial”. Esse traço, inerente à situação de Ruanda, expõe a não-aderência dos conceitos de raça e etnia ao caso em pauta e revela a artificialidade dessas idéias.

As características da sociedade ruandesa, seja na capital seja nas províncias e comunas do interior, demonstraram que as categorias hutu e tutsi sofreram diversas mudanças na história de Ruanda. O período da colonização foi significativo nesse tema, pois “cientificou” e foi garantidor de determinados padrões. As oscilações identitárias trouxeram conseqüências diretas para as relações sociais e de poder, bem como impactaram as representações predominantes no imaginário coletivo. O clamor pelo “governo da maioria”, por exemplo, foi imagem poderosa na assimilação dos ideais anti-tutsis no contexto da Revolução de 1959. Além de justificar ações para a tomada de poder e protestar contra anos de sujeição dos hutus aos tutsis, a figura da maioria fazia referência a ideais democráticos.

No processo de mudança dos significados das identidades, foi importante compreender as dinâmicas que constituíram a formação do Estado em Ruanda, bem como os traços de centralização administrativa, regionalismos e o padrão de obediência aos detentores de poder por parte da massa populacional. A história das instituições governamentais do país acompanhou o mesmo movimento da consolidação de discursos, em que vários destes foram institucionalizados e vice-versa. Concluiu-se que hutus e tutsis devem ser entendidos como identidades políticas, no sentido de representarem conseqüência direta do processo de formação do Estado. Raça e etnia foram consideradas identidades legalmente impostas e institucionalmente reproduzidas.



Em segundo lugar, foi essencial para avaliar as motivações do genocídio e a atuação dos meios de comunicação de massa internos e internacionais nesse contexto. Ao reconstruir o processo de formação do Estado ruandês, foi possível extrapolar as barreiras de uma história contada, muitas vezes, de modo reducionista e carregado de imagens pré-concebidas da África negra. Foi por meio desse recurso que se pôde verificar que, apesar de adotada como referência neste trabalho, a definição de genocídio constante da Convenção do Genocídio deixa lacunas que necessitam ser preenchidas para não permitir que a escala de violência atingida em Ruanda se repita com frequência.

A opção dos juízes do Tribunal de Arusha, em considerar que os crimes cometidos em Ruanda se encontravam sob a égide da Convenção do Genocídio, estava muito mais relacionada à primeira dimensão normativa mencionada no início deste trabalho do que ao aspecto legal. O aperfeiçoamento da definição de genocídio em seu tratado correspondente poderá facilitar a aplicação dos recursos previstos na Convenção em questões futuras. A imprecisão conceitual, entretanto, não justifica a falta de ação da comunidade internacional no genocídio de Ruanda. Vale destacar que, em nenhum dos materiais acessados, as críticas ao texto da Convenção apareceram como justificativa para o *overriding failure* da comunidade internacional em território ruandês, no ano de 1994.

Ao buscar enquadrar os temas de Ruanda no arcabouço disponível das teorias de Relações Internacionais, verificou-se a falta de adesão das questões do continente africano, acompanhado do mundo sulista em geral, aos pressupostos teóricos das correntes do *mainstream*. É preciso reconhecer que tais problemas de aderência teórica podem ocasionar prejuízos diretos para a comunidade internacional, mas, sobretudo, para o Estado – e seus cidadãos – que é pouco ou nada compreendido. Nesse contexto, é apropriado salientar o papel da comunidade acadêmica na explicação dos fenômenos que ocorrem nas sociedades para auxiliar na mobilização e tomada de decisão sobre determinadas questões.

A solução apresentada, com base nas obras de Cervo (2008) e Saraiva (2009), foi o emprego de conceitos que atuassem como facilitadores na análise dos fenômenos estudados. Assim, recorreu-se a conceitos desenvolvidos no âmbito das Relações Internacionais, em que o foco eram questões africanas específicas. Contudo, ser relativo à África apenas não foi condição suficiente para aplicação automática ao caso de Ruanda. Uma vez que esta dissertação se preocupou em dialogar com temas

africanos de modo geral, diferenças significativas foram constatadas dentro do próprio continente. Ressalta-se que a atitude de ampliação do escopo do trabalho para além das fronteiras ruandesas foi necessária para a incorporação do elemento das relações regionais, como variável determinante do genocídio.

O recurso interdisciplinar permitiu que fossem agregados ao campo das Relações Internacionais, na condição de atores do cenário internacional, os meios de comunicação de massa. Para isso, ferramentas das RI foram combinadas com aparatos conceituais do campo da Comunicação Social. O ponto-chave de convergência entre as duas áreas se referiu às relações entre a política e a comunicação, no que diz respeito à análise do papel da mídia no genocídio ruandês. Foi constatado o enlace, marcado por movimentos de tensão e complementaridade, entre a política e comunicação na atual circunstância societária. Por conseguinte, demonstrou-se a possibilidade de a atuação dos meios de comunicação de massa influenciar novas configurações políticas.

Verificou-se que a mídia interna de Ruanda atuou em fenômeno internacional ao incitar, mobilizar e dirigir a população para o genocídio. A atuação de dirigentes de veículos midiáticos foi objeto de julgamento temático – *media trial* – do Tribunal de Arusha. Utilizando-se de aspectos atrativos e performáticos, o jornal *Kangura* e a RTLM conseguiram influenciar as pessoas identificadas como hutus – seja ao estimular tópicos de conversação no dia-a-dia (características definidoras da hipótese do *agenda-setting* constam no relatório do *media trial*), seja por provocar o silêncio para a contestação (espiral do silêncio), muitas vezes pelo medo de sofrer alguma violência – ao propagar ideais anti-tutsi e contra possíveis cúmplices das “baratas”, os hutus moderados. Essa propaganda foi incisiva, agressiva e explícita, mas obteve resposta tardia de condenação pela comunidade internacional.

No que se refere aos veículos midiáticos norte-americanos, caracterizados pela inação, o efeito provocado pela sua cobertura dos fatos ocorridos em Ruanda desfavoreceu a inclusão na pauta de cobrança social e política da comunidade internacional ao veicular: imagens preconceituosas da África e de Ruanda, informações incorretas e reducionistas sobre o genocídio e a história do país, demora na utilização do termo “genocídio” – a palavra se tornou de uso comum somente após 25 de maio de 1994, quando o *UN Committee for Human Rights* reconheceu o genocídio em resolução (Chaon; 2007, p. 163) –, cobertura sensacionalista. Nessa dimensão, a hipótese do *agenda-setting* e da espiral do silêncio puderam ser identificadas, de forma combinada,

mas no sentido de desinformar o público receptor das mensagens. Afinal, os problemas de Ruanda apareceram, em muitos momentos, como assunto sem solução.

Apesar de as imagens na comunicação de mídia não terem sido objeto desta dissertação de mestrado, há correntes que demonstram o impacto e a importância de fotografias e vídeos recentes no público que os recebe. Impacto e importância que remontam à questão da influência. De acordo com Roskis (2007, pp. 238-9), as imagens publicadas de Ruanda no período do genocídio eram, em sua maioria, antigas e ocupavam espaços pequenos nos locais onde eram veiculadas. Corroborando essa afirmação, Rony Brauman, ex-presidente da entidade Médicos sem Fronteiras, disse que a imagem do genocídio ruandês nunca foi capturada de fato.

Finalmente, é importante reiterar que este trabalho propôs recorte de atores e variáveis, o que não significa excluir ou desconsiderar outras questões relevantes para o entendimento de um dos maiores genocídios já ocorridos. Ao recuperar o aspecto dual normativo do genocídio, considerando que o fato deveria ter sensibilizado o mundo e gerado ação baseada em compromisso internacional, ao pesquisar e escrever sobre esse tema, as comparações do caso com a peça de teatro do ano de 1953 “Esperando Godot”, de Samuel Beckett, foram inevitáveis.

Essa peça está enquadrada em convenção teatral, surgida no período pós-Segunda Guerra Mundial, denominada Teatro do Absurdo, em que cada autor buscava “(...) expressar a sua noção da falta de sentido da condição humana (...)” (Esslin; 1968, p. 20). Seus personagens Estragon e Vladimir esperam, de forma incansável e angustiante, um Godot que nunca chegou e que nunca chegará. O aspecto central da obra de Beckett é a espera em situação de incerteza.

Assim como na peça, a espera frustrada aconteceu em Ruanda, enquanto um genocídio foi deflagrado na frente de representantes da comunidade internacional – tropas das grandes potências, jornalistas de redes internacionais de notícias, Igrejas, ONU. No teatro, Esperando Godot termina com Vladimir chamando Estragon: “então, vamos embora!”. Estragon, por sua vez, responde: “vamos lá”. No texto do autor, há as seguintes notas para a encenação, após o diálogo transcrito acima: “não se mexem [os personagens]. Cortina” (Beckett; 2005, p. 195), significando que a cortina deve ser fechada, e a peça acaba. A grande diferença é que, no universo ruandês, os personagens da vida real foram, em grande parte, assassinados.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### A. FONTES

#### 1. FONTES OFICIAIS

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **Summary of Case N° ICTR-99-52-T.** 3 dez. de 2003. Disponível em: <http://www.unictr.org/Portals/0/Case/English/Barayagwiza/judgement/Summary-Media.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio.** 1948. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/genocidio.htm>. Acesso em: 28 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 15 mai. 2011.

UNITED NATIONS. **UN Treaty Collection, Chapter IV, Human Rights.** Disponível em: <http://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20I/Chapter%20IV/IV-1.en.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. **United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines.** 2008. Disponível em: [http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/Pbps/Library/Capstone\\_Doctrine\\_ENG.pdf](http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/Pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf). Acesso em: 10 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Charter of the United Nations.** 1945. Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/charter/index.shtml>. Acesso em: 5 dez. 2010.

## 2. FONTES JORNALÍSTICAS

AUGUST, Melissa; FARLEY, Christopher Joh. "World". **Time**, 16 mai. 1994, Vol. 143, Issue 20, p. 34.

\_\_\_\_\_; ELMER-DEWITT, Philip. "World". **Time**, 25 abr. 1994, Vol. 143, Issue 17, p. 25.

\_\_\_\_\_; EMERY, Margaret. "World". **Time**, 18 abr. 1994, Vol. 143, Issue 16, p. 22.

\_\_\_\_\_; DICKSTEIN, Leslie. "World". **Time**, 7 abr. 1994, Vol. 144, Issue 1, p. 13.

CERIO, Gregory; HOWARD, Lucy. "Foreign hot spots edition". **Newsweek**, 25 jul. 1994, Vol. 124, Issue 4, p. 2.

DICKSTEIN, Leslie; FARLEY, Christopher Joh. "Word". **Time**, 27 jun. 1994, Vol. 143, Issue 26, p. 23.

\_\_\_\_\_. "World". **Time**, 30 mai. 1994, Vol. 143, Issue 22, p. 17.

GIBBS, Nancy; MUTISO, Clive. "Why?". **Time**, 16 mai. 1994, Vol. 143, Issue 20, p. 56.

HAMMER, Joshua. "I've lost nearly everyone". **Newsweek**, 27 jun. 1994, Vol. 123, Issue 26, p. 41.

\_\_\_\_\_. "Inside a war zone: 'the situation is desperate'". **Newsweek**, 20 jun. 1994, Vol. 123, Issue, 25, p. 44.

\_\_\_\_\_. "The killing fields". **Newsweek**, 23 mai. 1994, Vol. 123, Issue 21, p. 46.

- \_\_\_\_\_. "Escape from hell". **Newsweek**, 16 mai. 1994, Vol. 123, Issue 20, p. 34.
- \_\_\_\_\_; STAGER, Theofore. "Deeper into the abyss". **Newsweek**, 25 abr. 1994, Vol. 123, Issue 17, p. 32.
- MASLAND, Tom; HAMMER, Joshua. "Corpses everywhere". **Newsweek**, 18 abr. 1994, Vol. 123, Issue 16, p. 33.
- MICHAELS, Marguerite; ANGELO, Bonnie. "Sorry, wrong country". **Time**, 6 jun. 1994, Vol. 143, Issue 23, p. 34.
- MICHAELS, Marguerite; MUTISO, Clive. "Streets on slaughter". **Time**, 25 abr. 1994, Vol. 143, Issue 17, p. 44.
- \_\_\_\_\_. "Descent into mayhem". **Time**, 18 abr. 1994, Vol. 143, Issue 16, p. 44.
- NEWSWEEK. "Mass murder". **Newsweek**, 9 mai. 1994, Vol. 123, Issue 19, p. 40.
- PETERS, Mark. "It's too big". **Newsweek**, 25 jul. 1994, Vol. 124, Issue 4, p. 4.
- PURVIS, Andrew; Dickstein, Leslei. "Welcome to ground zero, Rwanda". **Time**, 20 jun. 1994, Vol. 143, Issue 25, p. 20.
- PURVIS, Andrew. "All the hatred in the world". **Time**, 13 jun. 1994, Vol. 143, Issue 24, p. 36.
- STACKS, John; MACLEOD, Scott. "A desire to help its neighbors". **Time**, 15 mai. 1994, Vol. 143, Issue 20, p. 65.
- STANGER, Theodore; HAMMER, Joshua. "Nice idea, wrong army". **Newsweek**, 4 jul. 1994, Vol. 124, Issue 1, p. 48.

TIME. “Kinds words, but not much more”. **Time**, 16 mai. 1994. Vol. 143, Issue 20, p. 61.

VAN BIENA, David. “Exodus from Rwanda”. **Time**, 25 jul. 1994, Vol. 144, Issue 4, p. 34.

### 3. FONTES ELETRÔNICAS

AMERICAN FILM INSTITUTE. Disponível em: <http://www.afi.com/100Years/cheers.aspx>. Acesso em: 15 mai. 2011.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. Disponível em: <http://www.unictr.org/>. Último acesso em: 5 jun. 2011.

NEW YORK TIMES. Disponível em: <http://www.nytimes.com/>. Último acesso em: 5 jun. 2011.

NEWSWEEK MAGAZINE. Disponível em: <http://www.newsweek.com/>. Último acesso em: 5 jun. 2011.

TIME MAGAZINE. Disponível em: <http://www.time.com/time/>. Último acesso em: 5 jun. 2011.

UNAMIR. Disponível em: [http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co\\_mission/unamir.htm](http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/unamir.htm). Acesso em 20 mai. 2011.

WASHINGTON POST. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/>. Último acesso em: 5 jun. 2011.

#### 4. FILMES

LIONS GATES ENTERTAINMENT. **Hotel Rwanda**. 2004. Sítio eletrônico oficial: <http://www.mgm.com/view/movie/900/Hotel-Rwanda/>. Acesso em: 15 mai. 2011.

BBC FILMS; THE UK COUNCIL. **Shooting dogs**. 2006. Sítio eletrônico oficial: <http://www.shootingdogsfilm.blogspot.com/>. Mais informações em: [http://www.bbc.co.uk/bbcfilms/film/shooting\\_dogs](http://www.bbc.co.uk/bbcfilms/film/shooting_dogs). Acesso em: 15 mai. 2011.

#### B. BIBLIOGRAFIA

##### 1. LIVROS

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Organização de Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

ARONSON, Jonathan D. "Causes and consequences of the communications and Internet revolution". In: BAYLIS, John; SMITH, Steve (Eds.). **The Globalization of World Politics: An introduction to international relations**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**. Tradução de Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BELLAMY, Alex J. et al. **Understanding Peacekeeping**. Cambridge: Polity Press, 2004.



BERLO, David K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CHABAL, Patrick. **Power in Africa: An Essay in Political Interpretation.** New York: St. Martin's Press, 1994.

\_\_\_\_\_; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa Works: Disorder as Political Instrument.** Oxford; Bloomington & Indianapolis: James Currey; Indiana University Press, 1999.

CHALK, Frank; JONASSOHN, Kurt. **The History and Sociology of Genocide: analyses and case studies.** New Haven; London: Yale University Press, 1990.

CHAON, Anne. "Who Failed in Rwanda, Journalists or Media?". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide.** London: Pluto Press, 2007.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. "RTLM Propaganda: the Democratic Alibi". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide.** London: Pluto Press, 2007.

CLAPHAM, Christopher (Ed.). **African Guerrillas.** Oxford; Bloomington; Kampala: James Currey Ltd; Indiana University Press; Fountain Publishers, 1998.

\_\_\_\_\_. **Africa and the international system: The politics of state survival.** Cambridge: University Press, 1996.

COHEN, Herman J. **Intervening in Africa. Superpower Peacemaking in a Troubled Continent.** New York: St. Martin's Press, 2000.

DES FORGES, Alison. "Call to Genocide: Radio in Rwanda". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide**. London: Pluto Press, 2007.

DEVETAK, Richard. "Postmodernism". In: BURCHILL, Scott et al (Eds.). **Theories of international relations**. 2. ed. Nova York: Palgrave, 2001.

DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). **Africa's Challenges to International Relations Theory**. London: Palgrave, 2001.

DUNN, Kevin C. "Introduction: Africa and International Relations Theory". In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). **Africa's Challenges to International Relations Theory**. London: Palgrave, 2001.

ESSLIN, Martin. **O Teatro do Absurdo**. Tradução de Bárbara Heliadora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FERREIRA, Giovandro Marcus. "As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa". In: FRANÇA, Vera V.; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRANÇA, Vera V.; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FROST, Mervyn. **Ethics in international relations: A constitutive theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda.** Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HERMENS, R. de Bayle des. "Pré-história da África central - Parte I". In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África.** Tradução de Beatriz Turquetti et al. São Paulo; Paris: Ática; UNESCO, 1982.

HIGIRO, Jean-Marie Vianney. "Rwandan Private Print Media on the Eve of the Genocide". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide.** London: Pluto Press, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. "As origens antigas: A comunicação e as civilizações". In: FRANÇA, Vera V.; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

KABANDA, Marcel. "*Kangura*: the Triumph of Propaganda Refined". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide.** London: Pluto Press, 2007.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era.** 2. ed. Stanford: Stanford University Press, 2007.

KIMANI, Mary. "RTL: the Medium that Became a Tool for Mass Murder". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide.** London: Pluto Press, 2007.

KI-ZERBO, Joseph. "Guerra e Paz". In: **Para quando a África? Entrevista com René Holenstein.** Rio de Janeiro: Palas, 2006.

\_\_\_\_\_. "Introdução Geral". In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África**. Tradução de Beatriz Turquetti et al. São Paulo; Paris: Ática; UNESCO, 1982.

\_\_\_\_\_. **História da África Negra – volume I**. Tradução de Américo Carvalho. Publicações Europa-América, [s.d.].

\_\_\_\_\_. **História da África Negra – volume II**. Tradução de Américo Carvalho. Publicações Europa-América, [s.d.].

KNUTSEN, Torbjorn L. **A history of International Relations theory**. 2. ed. Manchester; New York: Manchester University Press, 1997.

LI, Darryl. "Echoes of Violence: Considerations on Radio and Genocide in Rwanda". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide**. London: Pluto Press, 2007.

JACKSON, R.; SORENSEN, Georg. **Introduction to international relations: theories and approaches**. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

MABOGUNJE, A. "Geografia histórica: aspectos econômicos". In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África**. Tradução de Beatriz Turquetti et al. São Paulo; Paris: Ática; UNESCO, 1982.

MALAQUIAS, Assis. "Reformulating International Relations Theory: African Insights and Challenges". In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). **Africa's Challenges to International Relations Theory**. London: Palgrave, 2001.

MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers: colonialism, nativism, and the Genocide in Rwanda**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2002.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações Internacionais: cultura e poder.** Brasília: IBRI, 2002.

METZ, Steven. "African Peacekeeping and American Strategy". In: ROTBERG, Robert I. et al. **Peacekeeping and peace enforcement in Africa. Methods of conflict prevention.** Washington: Brookings Institution Press, 2000.

MIRONKO, Charles. "The Effect of RTLM's Rhetoric of Ethnic Hatred in Rural Rwanda". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide.** London: Pluto Press, 2007.

MOGHALU, Kinsley C. **Rwanda's Genocide: The Politics of Global Justice.** New York: Palgrave Macmillan, 2005.

NEWBURY, Catharine. **The Cohesion of Oppression: clientship and ethnicity in Rwanda, 1860-1960.** New York: Columbia University Press, 1988.

OGOT, Bethwell Allan. "A região dos Grandes Lagos". In: NIANE, D. T. (Coord.). **História Geral da África: IV. A África do século XII ao século XVI.** Tradução de Paulo Afonso F. Dias et al. São Paulo: Editora Ática; UNESCO, 1988.

OLDEROGGE, D. "Migrações e diferenciações étnicas e lingüísticas". In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África.** Tradução de Beatriz Turquetti et al. São Paulo; Paris: Ática; UNESCO, 1982.

PENNA FILHO, Pio. **A África contemporânea: do colonialismo aos dias atuais.** Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.

PIERSON, Paul. **Politics in Time. History, Institutions, and Social Analysis.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

POWER, Samantha. **Genocídio: a retórica americana em questão**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PRUNIER, Gérard. "The Rwandan Patriotic Front". In: CLAPHAM, Christopher (Ed.). **African Guerrillas**. Oxford; Bloomington: James Currey; Indiana University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **The Rwanda Crisis: history of a genocide**. New York: Columbia University Press, 1997.

ROSKIS, Edgar. "A Genocide Without Images: White Film Noirs". In: THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide**. London: Pluto Press, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RÜDIGER, F. **Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores**. São Paulo: Edicon, 1998.

SARAIVA, José Flávio Sombra. "Are There Regional and National Conceptual Approaches to International Relations?" In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.). **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century: Regional and National Approaches**. Brasília: Premium; IBRI, 2009.

SUTTON, J. E. G. "A África oriental antes do século VII". In: MOKHTAR, G. (Coord.). **História Geral da África: II. A África antiga**. Tradução de Carlos Henrique Davidoff et al. São Paulo; Paris: Ática; UNESCO, 1983.

THOMPSON, Allan (Ed.). **The Media and the Rwanda Genocide**. London: Pluto Press, 2007.

VAN NOTEN, F. et al. "Pré-história da África central - Parte II". In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África**. Tradução de Beatriz Turquetti et al. São Paulo; Paris: Ática; UNESCO,1982.

VANSINA, Jan. **Antecedents to Modern Rwanda: The Nyiginya Kindgom**. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.

\_\_\_\_\_. "A tradição oral e sua metodologia". In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África: I. Metodologia e pré-história da África**. Tradução de Beatriz Turquetti et al. São Paulo; Paris: Ática; UNESCO,1982.

VIOTTI, Aurélio Romanini de Abranches. **Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a Cruz Vermelha e Clausewitz**. Brasília: FUNAG, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

## 2. ARTIGOS

DÖPCKE, Wolfgang. "A inserção internacional da África sob o signo da globalização e do fim da bipolaridade – teses e idéias". In: ALADAA. **Anais do X Congresso Internacional da ALADAA**. Rio de Janeiro: Educam, 2001, pp. II-27-40.

MIGUEL, Luis Felipe. "Os meios de comunicação e a prática política". **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, nº 55-56, 2002, pp. 155-84.

NEWBURY, Catherine. "Background to Genocide: Rwanda". **A Journal of Opinion**, Vol. 23, nº 2, Rwanda (1995), pp. 12-17. Disponível em: [www.jstor.org/stable/1166500](http://www.jstor.org/stable/1166500). Acesso em: 20 jun. 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. "A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?" **Revista Brasileira de Política Internacional**, Janeiro-Junho, 2008, pp. 87-104.

SCHRAEDER, Peter J.; ENDLESS, Brian. "The Media and Africa: The Portrayal of Africa in the "New York Times" (1955-1995)". **A Journal of Opinion**, Vol. 26, nº. 2, The Clinton Administration and Africa (1993-1999) (1998), pp. 29-35. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1166825>. Acesso em: 20 jul. 2010.



## ANEXO I – Fontes do jornal *New York Times*

As referências a seguir foram fornecidas pela base de dados eletrônica ProQuest, em ordem cronológica crescente, e dizem respeito a artigos do jornal *New York Times* pesquisados *in loco* na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em 30 de agosto de 2010. Foram mencionados apenas artigos cujo tema central é “Ruanda”. As categorias NA e AR – detalhadas acima – não constam na relação a seguir.

### 1. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - 2 Africa Leaders Die, U.N. Says; Rocket May Have Downed Plane

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 7, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116601661&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

### 2. TY - NEWS

AU - By RONALD SULLIVAN

TI - Juvenal Habyarimana, 57, Ruled Rwanda for 21 Years

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 7, 1994

SN - 03624331

SP - A10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116601689&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

### 3. TY - NEWS

AU - By WILLIAM E. SCHMIDT Special to The New York Times

TI - Troops Rampage in Rwanda; Dead Said to Include Premier

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 8, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116518625&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

### 4. TY - NEWS

AU - By JERRY GRAY

TI - 2 Nations Joined by Common History of Genocide

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 9, 1994

SN - 03624331

SP - 6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116707737&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

5. TY - NEWS

AU - By WILLIAM E. SCHMIDT Special to The New York Times

TI - TERROR CONVULSES RWANDAN CAPITAL AS TRIBES BATTLE

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 9, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116707714&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

6. TY - NEWS

AU - By Clifton R. Wharton Jr.

TI - The Nightmare in Central Africa

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 9, 1994

SN - 03624331

SP - 21

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116707799&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

7. TY - NEWS

AU - Special to The New York Times

TI - U.S. Orders Americans Out

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 9, 1994

SN - 03624331

SP - 6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116707736&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

8. TY - NEWS

TI - Double Tragedy in Africa

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 10, 1994

SN - 03624331

SP - E18

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116519350&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

9. TY - NEWS

TI - Rwanda Update

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 10, 1994

SN - 03624331

SP - 6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116519019&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

10. TY - NEWS

AU - PAUL LEWIS

TI - Two Presidents Die

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 10, 1994

SN - 03624331

SP - E2

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116519317&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

11. TY - NEWS

AU - By ROBERT PEAR Special to The New York Times

TI - U.S. Envoy in Rwanda Decides on Overland Convoy to Evacuate Americans

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 10, 1994

SN - 03624331

SP - 6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116519020&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

12. TY - NEWS

AU - By ROBERT D. McFADDEN

TI - WESTERN TROOPS ARRIVE IN RWANDA TO AID FOREIGNERS

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 10, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116519005&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

13. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - American Evacuees Describe Horrors Faced by Rwandans

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 11, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116634212&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

14. TY - NEWS

AU - By WILLIAM E. SCHMIDT Special to The New York Times

TI - Deaths in Rwanda Fighting Said to Be 20,000 or More

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 11, 1994

SN - 03624331

SP - A12

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116634246&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

15. TY - NEWS

AU - By ALAN RIDING Special to The New York Times

TI - France and Belgium Send Troops To Rescue but Not to Intervene

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 11, 1994

SN - 03624331

SP - A12

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116634245&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

16. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - U.N. Forces Shelter Thousands In Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 11, 1994

SN - 03624331

SP - A12

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116634248&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

17. TY - NEWS

AU - By WILLIAM E. SCHMIDT Special to The New York Times  
TI - Refugee Missionaries From Rwanda Speak of Their Terror, Grief and Guilt  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 12, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116558440&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

18. TY - NEWS

AU - By WILLIAM E. SCHMIDT Special to The New York Times  
TI - Rwandan Rebels Reported Closing In on Capital  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 12, 1994  
SN - 03624331  
SP - A6  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116558462&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

19. TY - NEWS

AU - By WILLIAM E. SCHMIDT Special to The New York Times  
TI - RWANDAN REBELS PUSH INTO CAPITAL  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 13, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116601977&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

20. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times  
TI - Anarchy Rules Rwanda's Capital And Drunken Soldiers Roam City  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 14, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116520541&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

21. TY - NEWS

AU - Special to The New York Times  
TI - Article 1 -- No Title  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 14, 1994  
SN - 03624331  
SP - A12  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116520574&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

22. TY - NEWS

AU - By Frank SmythHAWTHORNE, N.J.  
TI - French Guns, Rwandan Blood  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 14, 1994  
SN - 03624331  
SP - A21  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116520612&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

23. TY - NEWS

AU - By ELAINE SCIOLINO Special to The New York Times  
TI - For West, Rwanda Is Not Worth the Political Candle  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 15, 1994  
SN - 03624331  
SP - A3  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116356198&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

24. TY - NEWS

AU - SUSANNA BADGLEY PLACE  
TI - Rwanda Will Need Its Civil Servants  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 15, 1994  
SN - 03624331  
SP - A30

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116356286&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

25. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - U.N. in Rwanda Says It Is Powerless to Halt the Violence

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 15, 1994

SN - 03624331

SP - A3

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116356197&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

26. TY - NEWS

TI - Tribes Battle[O3] for Rwandan Capital; New Massacres Reported

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 16, 1994

SN - 03624331

SP - 5

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116707946&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

27. TY - NEWS

AU - By WILLIAM E. SCHMIDTNAIROBI

TI - The World

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 17, 1994

SN - 03624331

SP - E3

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116311328&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

28. TY - NEWS

TI - U.N. Flies Food and Medicine Into Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 17, 1994

SN - 03624331

SP - 5

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116311023&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

29. TY - NEWS

TI - Massacres Spreading in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 19, 1994

SN - 03624331

SP - A3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116558762&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

30. TY - NEWS

AU - JERI LABER

TI - Don't Write Off Rwandan Violence as Ethnic[O6]

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 20, 1994

SN - 03624331

SP - A18

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116559130&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

31. TY - NEWS

AU - By STEVEN GREENHOUSE Special to The New York Times

TI - One Rwandan's Escape: Days Hiding in a Ceiling, a Bribe and a Barricade

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 20, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116559101&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

32. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Rwanda Forces Shell Stadium Full of Refugees

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 20, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116559099&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

33. TY - NEWS

AU - MILTON G. ALLIMADI



TI - Uganda Shares Blame  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 20, 1994  
SN - 03624331  
SP - A18  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116559132&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

34. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times  
TI - The Massacres in Rwanda: Hope Is Also a Victim[O8]  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 21, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116602301&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

35. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times  
TI - Security Council Votes to Cut Rwanda Peacekeeping Force  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 22, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116520863&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

36. TY - NEWS

TI - Aid Groups Assail U.N. Pullout in Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 23, 1994  
SN - 03624331  
SP - 6  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116602657&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

37. TY - NEWS

TI - Cold Choices in Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Apr 23, 1994  
SN - 03624331

SP - 24

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116602709&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

38. TY - NEWS

TI - Rebel Official Calls a Truce For Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 24, 1994

SN - 03624331

SP - 10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116312190&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

39. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Rwandan Refugees Describe Horrors After a Bloody Trek

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 25, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116602833&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

40. TY - NEWS

TI - 170 Slain in Rwandan Hospital

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 25, 1994

SN - 03624331

SP - A7

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116602860&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

41. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Rwanda Aide Calls Truce 'Last Chance'

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 27, 1994

SN - 03624331

SP - A5

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116603085&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

42. TY - NEWS

TI - Amid War, Rwanda Evacuates Orphans

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 28, 1994

SN - 03624331

SP - A10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116559431&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

43. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - U.N. COUNCIL URGED TO WEIGH ACTION ON SAVING RWANDA

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Apr 30, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116708432&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

44. TY - NEWS

AU - By DONNA GREENE

TI - A Conservationist's Appraisal of Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 1, 1994

SN - 03624331

SP - WC3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116314532&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

45. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Rwandans Fleeing

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 1, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116313377&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

46. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times  
TI - U.S. EXAMINES WAY TO ASSIST RWANDA WITHOUT TROOPS  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 1, 1994  
SN - 03624331  
SP - 1  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116313380&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

47. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times  
TI - Rains and Disease Ravage Refugees Fleeing Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 2, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116603360&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

48. TY - NEWS

TI - Horror in Rwanda, Shame in the U.N.  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 3, 1994  
SN - 03624331  
SP - A22  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116357500&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

49. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times  
TI - U.N. Chief Seeks an African Peace Force for Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 3, 1994  
SN - 03624331  
SP - A3  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116357442&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

50. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times  
TI - U.N. Chief Asks Rights Aide To Take On a Role in Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 4, 1994

SN - 03624331

SP - A9

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116358106&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

51. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - In the Upheaval in Rwanda, Few Answers Yet

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 5, 1994

SN - 03624331

SP - A3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116314713&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

52. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - Fierce Fighting Is Reported In Rwanda as Talks Falter

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 6, 1994

SN - 03624331

SP - A12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116521543&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

53. TY - NEWS

TI - Capital of Rwanda Is Hit by Mortar Shells

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 8, 1994

SN - 03624331

SP - 10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116506643&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

54. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Out of Rwanda's Horrors Into a Sickening Squalor

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 8, 1994

SN - 03624331

SP - 10

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116506640&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

#### 55. TY - NEWS

AU - By Alison Des Forges  
TI - Genocide: It's a Fact In Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 11, 1994  
SN - 03624331  
SP - A25  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116559784&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

#### 56. TY - NEWS

TI - Rwanda Rebels Shell Capital and Army Units  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 11, 1994  
SN - 03624331  
SP - A9  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116559720&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

#### 57. TY - NEWS

TI - U.S. Discusses Peace Effort  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 11, 1994  
SN - 03624331  
SP - A9  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116559725&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

#### 58. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times  
TI - U.S. Opposes Plan for U.N. Force in Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 12, 1994  
SN - 03624331  
SP - A9  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116359443&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

59. TY - NEWS

TI - Lull in Rwanda Fighting Allows Aid Deliveries

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 13, 1994

SN - 03624331

SP - A5

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116521845&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

60. TY - NEWS

TI - Rwanda Killers Leave A Village of the Dead

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 14, 1994

SN - 03624331

SP - 3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116634804&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

61. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - Security Council Agrees on Plan To Send Peace Force to Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 14, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116634784&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

62. TY - NEWS

AU - PAUL LEWIS

TI - For Rwanda and Bosnia, New Peace Plans

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 15, 1994

SN - 03624331

SP - E2

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116315652&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

63. TY - NEWS

TI - French in Rwanda Try to Aid Civilians

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 15, 1994  
SN - 03624331  
SP - 14  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116315338&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

64. TY - NEWS

TI - Tribal Fighting Flares Again Around the Rwandan Capital  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 16, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116603598&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

65. TY - NEWS

AU - By BRIAN MURPHYThe Associated Press  
TI - Bodies Flow Over Falls  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 17, 1994  
SN - 03624331  
SP - A8  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560048&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

66. TY - NEWS

AU - By MARK FRITZThe Associated Press  
TI - Emigres Return to Fight In Rwanda's Backlands  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 17, 1994  
SN - 03624331  
SP - A8  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560046&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

67. TY - NEWS

AU - JOHN R. BERMINGHAM  
TI - Overpopulation Adds To Rwanda's Woes  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 17, 1994  
SN - 03624331  
SP - A18



UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560081&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

68. TY - NEWS

AU - By LAWRENCE VAN GELDER  
TI - The Toll in Rwanda: Estimates at Best  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 17, 1994  
SN - 03624331  
SP - A8  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560049&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

69. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times  
TI - U.N. Backs Troops for Rwanda But Terms Bar Any Action Soon  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 17, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560022&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

70. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times  
TI - In a Bleak Camp, Rwanda Refugees Say Each Tribe Is Joining in the Killing  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 18, 1994  
SN - 03624331  
SP - A6  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116316701&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

71. TY - NEWS

TI - Look Before Plunging Into Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - May 18, 1994  
SN - 03624331  
SP - A22  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116316743&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

72. TY - NEWS

AU - By DOUGLAS JEHL Special to The New York Times

TI - U.S. Is Showing a New Caution On U.N. Peacekeeping Missions

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 18, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116316685&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

73. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Thousands of Fleeing Rwandans Huddle at Remote Tanzania Site

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 19, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116603822&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

74. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - World Turns Its Attention To Rwandans

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 20, 1994

SN - 03624331

SP - A10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560360&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

75. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Thousands of Rwanda Dead Wash Down to Lake Victoria

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 21, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116709716&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

76. TY - NEWS

TI - Rwanda Aid Flights Halted by Heavy Shelling

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 22, 1994

SN - 03624331

SP - 15

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116360330&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

77. TY - NEWS

AU - ALAIN DESTEXHE

TI - Rwandans Die While the U.N. Procrastinates

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 23, 1994

SN - 03624331

SP - A14

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116635320&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

78. TY - NEWS

TI - Rwandan Rebels Take Airport and Barracks in Capital

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 23, 1994

SN - 03624331

SP - A3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116635284&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

79. TY - NEWS

TI - Rwanda Foes Block U.N. Envoy as Truce Fails

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 24, 1994

SN - 03624331

SP - A3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560673&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

80. TY - NEWS

TI - Uganda Asks Help With Bodies

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 24, 1994

SN - 03624331

SP - A3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560676&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

81. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - 3 African Lands Offer Troops for Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 25, 1994

SN - 03624331

SP - A12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116522183&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

82. TY - NEWS

AU - By STEPHEN KINZER Special to The New York Times

TI - European Leaders Reluctant to Send Troops to Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 25, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116522151&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

83. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - Boutros-Ghali Angrily Condemns All Sides for Not Saving Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 26, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560958&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

84. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Fighting in Rwanda Capital Blocks Distribution of Food

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 26, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116560954&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

85. TY - NEWS

TI - Soldiers Join the Flight From Rwanda's Capital

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 27, 1994

SN - 03624331

SP - A5

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116522464&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

86. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Bodies From Rwanda Cast a Pall On Lakeside Villages in Uganda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 28, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116561277&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

87. TY - NEWS

AU - S.T.K. KATENTA-APULI

TI - Uganda Doesn't Abet Rwanda Bloodshed

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 28, 1994

SN - 03624331

SP - 18

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116561350&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

88. TY - NEWS

AU - STEPHEN KINZER

TI - Europe Shies Away From Rwandan Slaughter

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 29, 1994

SN - 03624331

SP - E2

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116452233&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

89. TY - NEWS

TI - U.N. Rescues 700 Civilians From Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 29, 1994

SN - 03624331

SP - 4

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116451953&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

90. TY - NEWS

TI - Rwanda Rebels Said to Encircle Government

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - May 31, 1994

SN - 03624331

SP - A5

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116561494&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

91. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - Vatican Asks U.N. for 'Safe Area' in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 1, 1994

SN - 03624331

SP - A11

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116635817&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

92. TY - NEWS

TI - U.N. Commander in Rwanda Asks U.S. Aid

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 2, 1994

SN - 03624331

SP - A5

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116561736&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

93. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Heart of Rwanda's Darkness: Slaughter at a Rural Church

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 3, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116522759&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

94. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - A Palace in the Midst of Devastation

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 4, 1994

SN - 03624331

SP - 4

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116710643&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

95. TY - NEWS

AU - TEXT BY ROGER ROSENBLATT

TI - 'A KILLER IN THE EYE'

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 5, 1994

SN - 03624331

SP - 225

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116364471&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

96. TY - NEWS

AU - By Peter SmerdonReuters

TI - Rwandan Prisoners Say They Were Forced to Kill Tutsi

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 6, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116711030&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

97. TY - NEWS

TI - Rwandan Army Attacks Rebels in Southwest

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 7, 1994

SN - 03624331

SP - A13

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116562054&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

98. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - U.S. Agrees to Deployment Of U.N. Force in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 8, 1994

SN - 03624331

SP - A12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116523092&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

99. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH Special to The New York Times

TI - Rwanda Rebels: Army of Exiles Fights for a Home

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 9, 1994

SN - 03624331

SP - A10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116523390&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

100. TY - NEWS

AU - By MICHAEL R. GORDON Special to The New York Times

TI - U.N.'s Rwanda Deployment Slowed by Lack of Vehicles

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 9, 1994

SN - 03624331

SP - A10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116523389&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

101. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - Insurgents Deplore Massacre of Catholic Prelates

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 10, 1994

SN - 03624331

SP - A1



UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116365819&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

102. TY - NEWS

TI - Rebels in Rwanda Said to Kill 3 Bishops and 10 Priests

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 10, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116365851&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

103. TY - NEWS

AU - By ALAN COWELL Special to The New York Times

TI - Slain Rwanda Bishops Had Urged Peace Talks

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 10, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116365852&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

104. TY - NEWS

AU - By DOUGLAS JEHL Special to The New York Times

TI - U.S. Aides Avoid Labeling Horror

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 10, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116365817&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

105. TY - NEWS

AU - By ALAN COWELL Special to The New York Times

TI - In Rwanda, Catholics In Crossfire

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 12, 1994

SN - 03624331

SP - 9

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116523707&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

106. TY - NEWS

TI - Kigali Clerics Fear Refugees Have Been Killed

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 12, 1994

SN - 03624331

SP - 8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116523704&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

107. TY - NEWS

AU - Three Bishops and 10 Priests Are Slaughtered in Rwanda As Tribal Killings Go On  
PAUL LEWIS

TI - More blood is spilled in Rwanda. Health care moves a step forward in the Senate. A rogue rides into the Louisiana sunset. Floridians dined on mastadon earlier than scientists thought. Alas, poor sturgeon, we loved your caviar well.

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 12, 1994

SN - 03624331

SP - E2

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116523998&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

108. TY - NEWS

TI - Rebels Fight Army Units In Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 13, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116636900&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

109. TY - NEWS

TI - Rebels in Rwanda Report Capturing a City

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 14, 1994

SN - 03624331

SP - A7

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116562343&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

110. TY - NEWS

TI - 40 Children Abducted

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 15, 1994

SN - 03624331

SP - A11

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116562636&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

111. TY - NEWS

TI - Rwanda and Rebels Agree to a Cease-Fire Now

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 15, 1994

SN - 03624331

SP - A11

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116562634&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

112. TY - NEWS

TI - Shameful Dawdling on Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 15, 1994

SN - 03624331

SP - A24

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116562669&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

113. TY - NEWS

TI - France May Move In to End Rwanda Killing

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 16, 1994

SN - 03624331

SP - A12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116366188&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

114. TY - NEWS

AU - By MICHAEL R. GORDON Special to The New York Times

TI - U.S. to Supply 60 Vehicles For U.N. Troops in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 16, 1994

SN - 03624331

SP - A12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116366185&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

115. TY - NEWS

AU - By ALAN RIDING Special to The New York Times

TI - France Seeks Partners for Rwandan Venture

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 17, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116525010&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

116. TY - NEWS

TI - Day of Violence in Rwanda Disrupts Peace Negotiations

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 18, 1994

SN - 03624331

SP - 2

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116604148&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

117. TY - NEWS

TI - France Says It Will Send Intervention Force to Rwandan Border

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 19, 1994

SN - 03624331

SP - 11

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116317053&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

118. TY - NEWS

AU - By MARLISE SIMONS Special to The New York Times

TI - France Says Allies Support Rwanda Plan

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 20, 1994

SN - 03624331

SP - A7

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116711314&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

119. TY - NEWS

AU - Special to The New York Times

TI - U.N. Considers French Force

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 21, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116562936&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

120. TY - NEWS

TI - U.N., Harassed by Militia, Evacuates Some Rwandans

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 21, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116562935&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

121. TY - NEWS

AU - By RICHARD D. LYONS Special to The New York Times

TI - Advance Unit of French Troops Sent to Rwandan Border

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 22, 1994

SN - 03624331

SP - A2

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116563221&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

122. TY - NEWS

AU - By MARLISE SIMONS Special to The New York Times

TI - FRANCE IS SENDING FORCE TO RWANDA TO HELP CIVILIANS

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 23, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116563532&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

123. TY - NEWS

TI - France's Rescue Mission in Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 23, 1994  
SN - 03624331  
SP - A8  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116563557&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

124. TY - NEWS

AU - By RICHARD D. LYONS Special to The New York Times  
TI - French Offer Is First Step Toward a Multinational Force  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 23, 1994  
SN - 03624331  
SP - A8  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116563561&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

125. TY - NEWS

TI - Heavy Fighting in Capital  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 23, 1994  
SN - 03624331  
SP - A8  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116563558&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

126. TY - NEWS

AU - Special to The New York Times  
TI - Few Allies Help France  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 24, 1994  
SN - 03624331  
SP - A8  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116525410&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

127. TY - NEWS

TI - France's Risky Rwanda Plan  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 24, 1994  
SN - 03624331

SP - A26

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116525474&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

128. TY - NEWS

AU - By MARLISE SIMONS Special to The New York Times

TI - French Troops Enter Rwanda In Aid Mission

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 24, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116525383&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

129. TY - NEWS

AU - By SHAWN POGATCHNIK

TI - Rwandans Wait for Death in a Church in Kigali

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 24, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116525411&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

130. TY - NEWS

AU - By MARLISE SIMONS Special to The New York Times

TI - French Soldiers in Rwanda Report Finding Mass Graves

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 25, 1994

SN - 03624331

SP - 5

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116637270&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

131. TY - NEWS

TI - French Paratroopers Disarm Rwanda Militias, Saying They Are Allies of Neither Tribe

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 26, 1994

SN - 03624331

SP - 10

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116318180&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

132. TY - NEWS

AU - By JOHN DARNTONLONDON  
TI - The World  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 26, 1994  
SN - 03624331  
SP - E3  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116318555&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

133. TY - NEWS

TI - U.N. Cancels Orphan Rescue  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 26, 1994  
SN - 03624331  
SP - 10  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116318184&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

134. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times  
TI - Rwandan Enemies Struggle to Define French Role  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 27, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116711529&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

135. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times  
TI - French in Rwanda Discover Thousands of Hutu Refugees  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jun 28, 1994  
SN - 03624331  
SP - A3  
UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116563857&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>



136. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Fear Is Still Pervasive In Rwanda Countryside

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 29, 1994

SN - 03624331

SP - A10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116564176&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

137. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Tutsi Refugees Reported Trapped in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jun 30, 1994

SN - 03624331

SP - A11

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116525792&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

138. TY - NEWS

AU - DONALD HART

TI - Before We Applaud France's Mission to Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 1, 1994

SN - 03624331

SP - A24

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116564543&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

139. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Grisly Discovery in Rwanda Leads French to Widen Role

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 1, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116564459&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

140. TY - NEWS

AU - A.M. ROSENTHAL  
TI - Pay the Money, Sam  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 1, 1994  
SN - 03624331  
SP - A25  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116564556&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

141. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times  
TI - As French Aid the Tutsi, Backlash Grows  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 2, 1994  
SN - 03624331  
SP - 5  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116711785&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

142. TY - NEWS

TI - U.N. Panel to Study Killings  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 2, 1994  
SN - 03624331  
SP - 5  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116711786&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

143. TY - NEWS

AU - By MARLISE SIMONS Special to The New York Times  
TI - France's Rwanda Connection  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 3, 1994  
SN - 03624331  
SP - 6  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116319504&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

144. TY - NEWS

TI - Paris Wants a 'Safe Area'  
JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 3, 1994

SN - 03624331

SP - 6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116319508&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

145. TY - NEWS

TI - Rwanda Asks France to Help Hold Off Rebels

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 3, 1994

SN - 03624331

SP - 6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116319505&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

146. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - French Force In Skirmish In Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 4, 1994

SN - 03624331

SP - 2

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116711969&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

147. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - FRENCH ESTABLISH A BASE IN RWANDA TO BLOCK REBELS

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 5, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116564892&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

148. TY - NEWS

AU - Special to The New York Times

TI - French Talk With Rebels

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 5, 1994

SN - 03624331

SP - A7

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116564920&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

149. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - France Backs Away From Baffle in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 6, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116604395&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

150. TY - NEWS

AU - FRANK SMYTH

TI - Letter to the Editor 1 -- No Title

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 6, 1994

SN - 03624331

SP - A18

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116604429&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

151. TY - NEWS

TI - The French Don't Look Neutral in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 6, 1994

SN - 03624331

SP - A18

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116604427&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

152. TY - NEWS

TI - Rwandan Rebels Halt Drive Toward French-Held Haven

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 7, 1994

SN - 03624331

SP - A2

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116565599&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

153. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Refugees Pack Camps in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 8, 1994

SN - 03624331

SP - A3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116604678&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

154. TY - NEWS

TI - Rebels Back No-Fighting Zone in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 9, 1994

SN - 03624331

SP - 6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116712181&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

155. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - In Once-Peaceful Village, Roots of Rwanda Violence

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 11, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116637600&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

156. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - France Calls Rwanda Mission a Success; Asks for U.N. Force

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 12, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116604999&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

157. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Rwanda's Capital Calm After War Moves On  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 12, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116604975&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

158. TY - NEWS

TI - Rwandan Rebels Move In  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 13, 1994  
SN - 03624331  
SP - A2  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116566272&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

159. TY - NEWS

TI - France Helps in Rwanda -- So Far  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 14, 1994  
SN - 03624331  
SP - A22  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116566666&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

160. TY - NEWS

TI - Rwandans Flee in Panic to Zaire  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 14, 1994  
SN - 03624331  
SP - A3  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116566620&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

161. TY - NEWS

TI - Hordes Swell Border Town  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 15, 1994  
SN - 03624331  
SP - A10

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526108&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

162. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Relief Agencies Overwhelmed by Influx

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 15, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526075&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

163. TY - NEWS

AU - By PAUL LEWIS Special to The New York Times

TI - U.N. Issues New Appeal for Rwandan Cease-Fire

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 15, 1994

SN - 03624331

SP - A10

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526107&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

164. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - A Second Half-Million Estimated to Be on the Way to Zaire

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 16, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116712424&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

165. TY - NEWS

TI - U.S. Cuts Diplomatic Ties

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 16, 1994

SN - 03624331

SP - 6

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116712451&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

166. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH

TI - Hate Returns to Haunt Those Who Cradled It

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 17, 1994

SN - 03624331

SP - E1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116508130&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

167. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Rwandan Army in Disarray at a Camp on Border

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 17, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116507792&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

168. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Panic Kills 30 -- Refugee Total at 1 Million

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 18, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116712888&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

169. TY - NEWS

TI - Stampede Raises Toll in Rwanda Chaos

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 18, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116712887&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

170. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times



TI - REBELS IN RWANDA CALL A CEASE-FIRE; EXODUS CONTINUES

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 19, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605259&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

171. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH

TI - Rwanda Rebels' Victory Attributed to Discipline

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 19, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605273&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

172. TY - NEWS

TI - Faustin Twagiramungu

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 20, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605561&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

173. TY - NEWS

AU - By ALAN RIDING Special to The New York Times

TI - France Recognizes Rebels

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 20, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605564&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

174. TY - NEWS

TI - Maj. Gen. Paul Kagame

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 20, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605563&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

175. TY - NEWS

TI - Pasteur Bizimungu

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 20, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605560&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

176. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Rwandan Rebels Name Cabinet of Hutu and Tutsi, but Those Fleeing Are Still Fearful

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 20, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605559&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

177. TY - NEWS

TI - The Three Victors Who Will Lead Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 20, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605558&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

178. TY - NEWS

TI - Two Million Refugees

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 20, 1994

SN - 03624331

SP - A18

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605588&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

179. TY - NEWS

AU - By RICHARD D. LYONS Special to The New York Times

TI - U.N. Relief Effort

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 20, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605562&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

180. TY - NEWS

AU - By RICHARD D. LYONS Special to The New York Times

TI - Fliers Who Fed Sarajevo Run Rwanda Airlift

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 21, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605859&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

181. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Rwanda Relief Workers Fear Cholera Epidemic

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 21, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116605837&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

182. TY - NEWS

AU - By JO THOMAS

TI - AID FOR RWANDANS STARTS TO ARRIVE AT REFUGE IN ZAIRE

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 22, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526398&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

183. TY - NEWS

AU - By LAWRENCE K. ALTMAN  
TI - Cholera Can Be Beaten; Fast Action Is Essential  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 22, 1994  
SN - 03624331  
SP - A11  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526422&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

184. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times  
TI - Cholera Stalks the Rwandan Refugees  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 22, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526392&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

185. TY - NEWS

AU - By RICHARD D. LYONS Special to The New York Times  
TI - Refugees' Plight Is Worsening, Relief Workers Tell U.N.  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 22, 1994  
SN - 03624331  
SP - A11  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526424&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

186. TY - NEWS

TI - Rwanda Relief Agencies  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 22, 1994  
SN - 03624331  
SP - A10  
UR  
-  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526421&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

187. TY - NEWS

AU - By Nelson Kasfir HANOVER, N.H.  
TI - There's Hope For Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 22, 1994

SN - 03624331

SP - A27

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526465&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

188. TY - NEWS

TI - At Last, Rwanda's Pain Registers

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 23, 1994

SN - 03624331

SP - 18

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713459&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

189. TY - NEWS

AU - By RICHARD D. LYONS Special to The New York Times

TI - Boutros-Ghali Makes Plea for Aid to Refugees

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 23, 1994

SN - 03624331

SP - 4

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713399&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

190. TY - NEWS

AU - By DOUGLAS JEHL Special to The New York Times

TI - Did U.S. Err On Rwanda?

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 23, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713375&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

191. TY - NEWS

AU - By JOHN H. CUSHMAN Jr. Special to The New York Times

TI - PRESIDENT ORDERS PENTAGON ACTION TO AID RWANDANS

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 23, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713380&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

192. TY - NEWS

AU - By DONATELLA LORCH

TI - Refugees' Return Home Called Only Real Solution to Crisis

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 23, 1994

SN - 03624331

SP - 4

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713400&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

193. TY - NEWS

TI - Rwanda Relief Agencies

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 23, 1994

SN - 03624331

SP - 4

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713398&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

194. TY - NEWS

AU - ANNA QUINDLEN

TI - The Numbness Factor

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 23, 1994

SN - 03624331

SP - 19

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713481&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

195. TY - NEWS

AU - By LAWRENCE K. ALTMAN

TI - U.N. Agency To Investigate Type of Illness

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 23, 1994

SN - 03624331

SP - 4

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713396&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

196. TY - NEWS

AU - By JERRY GRAY Special to The New York Times

TI - Aid Workers Struggle to Keep Up With Dying

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 24, 1994

SN - 03624331

SP - 10

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116321561&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

197. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Cholera's Spread Raises Fear Of Toll of 40,000 Rwandans

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 24, 1994

SN - 03624331

SP - 1

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116321528&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

198. TY - NEWS

TI - In Kigali, More People Have Gone Than Have Stayed Behind

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 24, 1994

SN - 03624331

SP - 10

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116321558&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

199. TY - NEWS

TI - Rwanda Relief Agencies

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 24, 1994

SN - 03624331

SP - 10

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116321560&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

200. TY - NEWS

AU - By CRAIG R. WHITNEY Special to The New York Times

TI - Germany Pleads for Other Nations to Provide Aid

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 25, 1994

SN - 03624331

SP - A7

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713891&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

201. TY - NEWS

TI - Rwanda's Premier Demands Elections

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 25, 1994

SN - 03624331

SP - A7

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713894&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

202. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Some Who Fled Rwanda Return As Zaire Opens Border Crossings

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 25, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713859&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

203. TY - NEWS

AU - ANTHONY LEWIS

TI - World Without Power

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 25, 1994

SN - 03624331

SP - A15

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116713938&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

204. TY - NEWS

AU - By JERRY GRAY Special to The New York Times



TI - At Rwanda Border, Mass Graves And the Start of a Journey Home

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 26, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116606136&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

205. TY - NEWS

AU - By WALTER GOODMAN

TI - Of Rwanda and Simpson, Serious and Sensational

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 26, 1994

SN - 03624331

SP - C18

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116606341&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

206. TY - NEWS

TI - Relief for Refugees Urged

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 26, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116606156&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

207. TY - NEWS

AU - By The Associated Press

TI - Relief Groups Aiding Rwanda Refugees

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 26, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116606153&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

208. TY - NEWS

TI - Rwanda Plans Prosecutions

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 26, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116606154&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

209. TY - NEWS

TI - Unicef Tending to the Children Who Survived War in Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 26, 1994

SN - 03624331

SP - A6

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116606155&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

210. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - A Wrenching Choice as Cholera Spreads: Go Home or Stay?

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 27, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116566920&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

211. TY - NEWS

AU - By RAYMOND HERNANDEZ Special to The New York Times

TI - Refuge From Rwanda's Deadly Storm

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 27, 1994

SN - 03624331

SP - B5

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116567024&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

212. TY - NEWS

AU - By CRAIG R. WHITNEY Special to The New York Times

TI - U.S. Expands Rwanda Airlift But Bottlenecks There Persist

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 27, 1994

SN - 03624331

SP - A11

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116566950&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

213. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - For Rwandan Refugees, a Grim Routine of Death

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 28, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526703&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

214. TY - NEWS

AU - By ERIC SCHMITT Special to The New York Times

TI - U.S. IS CONSIDERING A BASE IN RWANDA FOR RELIEF TEAMS

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 28, 1994

SN - 03624331

SP - A1

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526704&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

215. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times

TI - Life and Death Decision at the Border

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 29, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR -

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116527006&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

216. TY - NEWS

AU - By RICHARD D. LYONS Special to The New York Times

TI - 3,000 Troops To Back U.N. In Rwanda

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 29, 1994

SN - 03624331

SP - A8

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116527007&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

217. TY - NEWS

AU - By RAYMOND BONNER Special to The New York Times  
TI - WISDOM OF URGING RWANDANS' RETURN DIVIDING OFFICIALS  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 29, 1994  
SN - 03624331  
SP - A1

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116526978&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

218. TY - NEWS

TI - Lifesaving Aid for Rwanda  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 30, 1994  
SN - 03624331  
SP - 18

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116714460&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

219. TY - NEWS

AU - By MICHAEL WINES Special to The New York Times  
TI - U.S. SENDING FORCE OF 200 TO REOPEN RWANDAN AIRPORT  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 30, 1994  
SN - 03624331  
SP - 1

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116714379&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

220. TY - NEWS

AU - By Milton Leitenberg COLLEGE PARK, Md.  
TI - Anatomy of a Massacre  
JF - New York Times (1923-Current file)  
PY - Jul 31, 1994  
SN - 03624331  
SP - E15

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116366858&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=HNP>

221. TY - NEWS

AU - By ERIC SCHMITT Special to The New York Times

TI - Military's Growing Role in Relief Missions Prompts Concerns

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 31, 1994

SN - 03624331

SP - 3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116366485&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

222. TY - NEWS

AU - By JANE PERLEZ Special to The New York Times

TI - U.N., Battling Death, Tends to 8,000 Rwandan Orphans

JF - New York Times (1923-Current file)

PY - Jul 31, 1994

SN - 03624331

SP - 3

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=116366484&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=HNP>

## ANEXO II – Fontes do jornal *Washington Post*

As referências a seguir foram fornecidas pela base de dados eletrônica ProQuest, em ordem cronológica decrescente, e dizem respeito a artigos do jornal *Washington Post* pesquisados *in loco* na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em 30 de agosto de 2010. Foram mencionados apenas artigos cujo tema central é “Ruanda”. As categorias NA e AR – detalhadas acima – não constam na relação a seguir.

### 1. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Dysentery Strikes Rwandans as Cholera Deaths Ebb

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 31, 1994

SN - 01908286

SP - a.28

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72263448&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

### 2. TY - NEWS

AU - Steve Vogel

TI - U.S. Troops Arriving In Rwanda; 200-Member Force Expected There Today

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 31, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72263331&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

### 3. TY - NEWS

AU - Ann Devroy

AU - Bradley Graham

TI - Clinton Acts to Accelerate Distribution of Rwanda Aid; U.S. Forces Going to Kigali; \$320 Million More Sought for Relief

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 30, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72264538&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

### 4. TY - NEWS

AU - William Drozdiak  
TI - France Begins Troop Withdrawal From Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 30, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.12  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72264665&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

5. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
TI - From War to Living Hell - and Back to Uncertainty  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 29, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72263327&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

6. TY - NEWS

AU - Steve Vogel  
TI - Rwanda Mission's Timing Vague; U.S. Task Force in Uganda Delays First Kigali Deployment  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 29, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72263340&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

7. TY - NEWS

TI - Shadow of Somalia  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 29, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.24  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72263458&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

8. TY - NEWS

AU - Julia Preston  
TI - U.N. Says Troops Are Needed Now For Planned Rwanda Peace Mission

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 29, 1994

SN - 01908286

SP - a.30

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72263556&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

9. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Rwandans Get Help - but More Die

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 28, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262580&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

10. TY - NEWS

AU - Ann Devroy

AU - John F. Harris

TI - U.S. Moves on Plan for Rwanda Troops

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 28, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262591&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

11. TY - NEWS

AU - Steve Vogel

TI - U.S. Troops in Uganda Set to Begin Mission in Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 28, 1994

SN - 01908286

SP - a.24

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262761&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

12. TY - NEWS

AU - Robert B. Oakley

TI - A Slow Response on Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)



PY - Jul 27, 1994

SN - 01908286

SP - a.27

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262099&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

13. TY - NEWS

AU - John Schwartz

AU - Malcolm Gladwell

TI - Cooperative Effort Speeds Shipments of Antibiotic to Refugees

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 27, 1994

SN - 01908286

SP - a.20

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262004&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

14. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Orphans in Zaire: An Anguished Chorus; Abandoned Rwandans Voice Despair; Others Too Weak to Whimper

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 27, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261873&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

15. TY - NEWS

AU - Steve Vogel

TI - 2,000 U.S. Troops to Enter Rwanda; Relief Operation Expanding; Plans Call for More Soldiers, General Says

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 27, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261879&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

16. TY - NEWS

TI - Who Lost Rwanda?'

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 27, 1994

SN - 01908286

SP - a.26

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262053&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

17. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - New Rwandan Regime, Ousted Hutus Vie for Refugees

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 26, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262505&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

18. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Aid Worker Marches to Another Beat; Former Dublin Accountant's Methods Are Creative, Effective

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 25, 1994

SN - 01908286

SP - a.13

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261957&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

19. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - U.S. Airdrops Food As Rwandans Start To Return Home; Relief Workers, U.S. Officials Disagree on Effort's Effectiveness

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 25, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261872&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

20. TY - NEWS

TI - A TIDE OF MISERY; Horrors at Home Propel Rwandans Across Borders - and Into a New Catastrophe

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 24, 1994

SN - 01908286

SP - a.26

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262627&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

21. TY - NEWS

AU - Mary Jordan

TI - Clinton Disputes Allegations Of Inaction; Vows to Do More

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 24, 1994

SN - 01908286

SP - a.27

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262637&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

22. TY - NEWS

AU - John F. Harris

TI - U.S. Troops Face a Months-Long, Logistically Tough Mission, Perry Says

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 24, 1994

SN - 01908286

SP - a.26

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262630&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

23. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - U.S. Troops Land in Zaire; Cholera Cases Increase as Team Assesses Rwandan Refugees' Needs

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 24, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262508&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

24. TY - NEWS

AU - Mangai Balasegaram

TI - For Md. Relief Worker Evacuated From Rwanda, War Is Ever Present

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 23, 1994

SN - 01908286

SP - a.18

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261996&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

25. TY - NEWS

AU - Julia Preston

AU - Daniel Williams

TI - Tepid Response From U.S., World Contributed to Crisis, U.N. Says

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 23, 1994

SN - 01908286

SP - a.17

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261990&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

26. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - U.N. Urges Rwandans to Return Home

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 23, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261866&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

27. TY - NEWS

AU - Thomas W. Lippman

TI - U.S. to Send 4,000 Troops to Help Relief Efforts

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 23, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261871&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

28. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - New Killer Is Stalking Refugees

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 22, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262769&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

29. TY - NEWS

TI - Relief Agencies Accepting Contributions to Assist Rwandans

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 22, 1994

SN - 01908286

SP - a.14

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262906&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

30. TY - NEWS

AU - Thomas W. Lippman

AU - Rebecca Fowler

TI - U.S. and U.N. Rush Relief to Rwandans; Cholera, Logistics Hamper Aid Effort

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 22, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262777&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

31. TY - NEWS

TI - Agencies Aiding Rwandans

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 21, 1994

SN - 01908286

SP - a.26

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262148&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

32. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Disease, Dearth of Aid Ravage Rwandans

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 21, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261983&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

33. TY - NEWS

AU - Julia Preston  
AU - Thomas W. Lippman  
TI - Refugee Flood Overwhelms Relief Efforts; U.N. Appeals for Supplies To Aid 2 Million Rwandans  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 21, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262003&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

34. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal  
TI - Backers of Ousted Hutus Abandon French Haven in Rwanda for Zaire  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 20, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.23  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262827&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

35. TY - NEWS

AU - Gerald Gahima  
TI - Who Are the Rwanda Rebels?  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 20, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.19  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72262800&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

36. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal  
AU - Keith B. Richburg  
TI - Rebels Declare Victory, Cease-Fire in Rwanda; Flood of Hutu Refugees Into Zaire Continues  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 19, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261870&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

37. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Scores of Rwandans Are Crushed In Rush to Gain Safety at Border

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 18, 1994

SN - 01908286

SP - a.15

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72261082&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

38. TY - NEWS

TI - Clinton Sends AID Official To Rwanda; Atwood to Assess Relief Operations

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 17, 1994

SN - 01908286

SP - a.19

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72260800&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

39. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Rwandan Troops Loot As First Relief Flights Reach Hutu Refugees

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 17, 1994

SN - 01908286

SP - a.20

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72260812&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

40. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - A Crowd That Is Measured by the Mile; Hundreds of Thousands More Refugees Cross Into Zaire From Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 16, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72260386&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

41. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
TI - Rwanda Again Surpasses Itself in Tragedy  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 16, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72260406&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

42. TY - NEWS

TI - U.S. Breaks With Ousted Rwandans; Clinton Freezes Funds, Orders Embassy Closed  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 16, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.16

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72260565&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

43. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
TI - Rwandan Army Routed; Refugees Engulf Zaire  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 15, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258990&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

44. TY - NEWS

TI - The Best News Out of Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 15, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.20

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72259453&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>



45. TY - NEWS

AU - Paul Alexander

TI - Rwandan Refugees Flood to Border; Aid Worker Estimates More Than 1 Million Hutus Fleeing to Zaire

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 14, 1994

SN - 01908286

SP - a.15

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72259865&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

46. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Surging Rwandan Rebels Vow to Share Power; Pledge Designed to Forestall Further Tribal Bloodshed, Tutsi-Led Insurgents Declare Series: CONTINENTAL DRIFT Series Number: occ.

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 14, 1994

SN - 01908286

SP - a.13

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72259852&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

47. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Destruction Greets Kigali War Survivors; Rwandans Try to Recover Friends, Lives

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 12, 1994

SN - 01908286

SP - a.12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72260115&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

48. TY - NEWS

TI - Rwandan Army Out of Ammunition

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 10, 1994

SN - 01908286

SP - a.21

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72259922&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

49. TY - NEWS

TI - Fearful Hutus Find Refuge Near Capital

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 8, 1994

SN - 01908286

SP - a.20

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72259806&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

50. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Hutu Leaders Hanging On In Rwanda; Officials Reject Blame for Slaughter

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 8, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72259538&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

51. TY - NEWS

TI - A Moral Lesson For the French

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 7, 1994

SN - 01908286

SP - a.18

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258546&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

52. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - France and Rwandan Rebels Reach Accord, Pull Back From Feared Clash

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 6, 1994

SN - 01908286

SP - a.23

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258261&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

53. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Rebels Take Chief Cities In Rwanda; French Forces Declare Protection Zone After Capital, Butare Fall

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 5, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72257367&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

54. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - French Troops, Rebels Clash; First Firefight of Rwanda Peace Mission Is Setback for Paris

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 4, 1994

SN - 01908286

SP - a.14

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258268&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

55. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Rwandan Rebels Have Capital 'Completely Surrounded'

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 3, 1994

SN - 01908286

SP - a.22

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72257462&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

56. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Rwandan Rebel Thrust, French Aid to Tutsis Worry Hutu Leadership

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jul 2, 1994

SN - 01908286

SP - a.15

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258374&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

57. TY - NEWS

AU - Julia Preston

TI - U.N. to Probe Genocide In Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 2, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.15  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258379&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

58. TY - NEWS

TI - Christopher Urges Trial Over Genocide in Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 1, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.29  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258132&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

59. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal  
TI - French Troops Race To Rescue of Tutsis; 1st Effort to Protect Rwandan Civilians  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 1, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.27  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258130&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

60. TY - NEWS

TI - Mortar Salvo Slams Into Kigali Market  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jul 1, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.29  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72257772&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

61. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal  
TI - Rwanda Rebels May Test French Unit's Impartiality; 'Our Troubles Are Yet to Come,' Official Says  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 30, 1994

SN - 01908286

SP - a.20

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258120&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

62. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - A Mosaic of Bloody Handprints Recalls 4,000 Tutsis' Last Day of Life

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 29, 1994

SN - 01908286

SP - a.17

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258299&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

63. TY - NEWS

AU - Patrick McDowell

TI - French Evacuate Terrorized Nuns From Rwandan Slaughter Site

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 29, 1994

SN - 01908286

SP - a.17

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258132&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

64. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal

TI - Hutus Fear Revenge, Flee Rwanda Rebels; 250,000 Crowd Into Five Squalid Camps

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 28, 1994

SN - 01908286

SP - a.19

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258267&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

65. TY - NEWS

TI - Rwanda Rescue Operation ...

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 27, 1994

SN - 01908286

SP - a.21

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72257604&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

66. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal  
TI - Saved by French Troops, Rwandans Thank God; Tutsis Celebrate Mass Under Guard  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 27, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258299&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

67. TY - NEWS

AU - Jonathan C. Randal  
TI - Hailed by Hutus, French Visit Camp in Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 26, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.26

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258301&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

68. TY - NEWS

TI - French Troops Take Position At Refugee Camp in Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 25, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.15

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72258267&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

69. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
AU - Jonathan C. Randal  
TI - First French Soldiers Arrive On Mission to Help Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 24, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.29

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72257614&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

70. TY - NEWS

AU - Richard Cohen  
TI - A Moral Lesson From the French  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 23, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.29

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72256677&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

71. TY - NEWS

AU - Julia Preston  
TI - U.N. Supports France On Force for Rwanda; Intervention Seen Risky as Tutsi Rebels Resist  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 23, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.24

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72256088&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

72. TY - NEWS

TI - U.S. Flies Cargo for U.N. Effort  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 23, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.24

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72257598&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

73. TY - NEWS

AU - John Follain  
TI - French Set to Intervene in Rwanda, Await Word From U.N.  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 22, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.16

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72255943&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

74. TY - NEWS

TI - Workers Return to Refugee Site After U.N., Rwandan Leaders Meet

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 22, 1994

SN - 01908286

SP - a.16

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72256749&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

75. TY - NEWS

TI - Please Save Me; I Die Here'; Refugees Evacuated, but 2,000 Left Behind

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 21, 1994

SN - 01908286

SP - a.10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72256776&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

76. TY - NEWS

AU - Julia Preston

TI - U.S. Endorses French Initiative For Military Mission in Rwanda; Operation Described as 'Neutral,' but Rebels Say They'll Oppose It

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 21, 1994

SN - 01908286

SP - a.10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72256753&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

77. TY - NEWS

AU - William Drozdiak

TI - France Presses Plan For Rwanda Mission; Officials Work to Overcome Rebel Objections

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 20, 1994

SN - 01908286

SP - a.09



UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72256677&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

78. TY - NEWS

AU - William Drozdiak  
TI - No Rescue for Rwanda; Rebuffed by Allies, France Seeks African Support for Intervention  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 18, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.17  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72255200&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

79. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
TI - Rwandan Refugees Riot, Threaten Aid Workers at Tanzanian Camp  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 17, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.19  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72254200&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

80. TY - NEWS

AU - Thomas W. Lippman  
TI - U.S. Aides Fear New Violence in Burundi; Aid Role Defended; Shipments to Peacekeepers to Begin Sunday  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 17, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.19  
UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72254210&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

81. TY - NEWS

TI - Cease-Fire Fails to Silence Artillery Duels in Rwanda; 60 Boys Abducted From Church; Massacre Feared  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 16, 1994  
SN - 01908286

SP - a.27

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72254275&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

82. TY - NEWS

TI - Rwandans Agree To Cease-Fire

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 15, 1994

SN - 01908286

SP - a.29

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72255220&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

83. TY - NEWS

TI - Rwanda's Arms Suppliers

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 15, 1994

SN - 01908286

SP - a.24

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72255120&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

84. TY - NEWS

TI - Mandela Calls Rwanda 'Rebuke'

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 14, 1994

SN - 01908286

SP - a.10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72254205&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

85. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Rwandan Rebels Claim Key Town; Capture, if Confirmed, Viewed as Tutsi Breakthrough in Civil War

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 14, 1994

SN - 01908286

SP - a.10

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72254211&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

86. TY - NEWS

AU - Aidan Hartley

TI - New Slaughters of Refugees Reported in Rwanda; Priests Say Pro-Government Militiamen Raided Church Compound in Capital

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 12, 1994

SN - 01908286

SP - a.33

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72254333&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

87. TY - NEWS

AU - Thomas W. Lippman

TI - Administration Sidesteps Genocide Label in Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 11, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72255680&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

88. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - U.N. General Sees No End in Rwanda; Canadian Predicts Continued Horror Show' of More Massacres

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 11, 1994

SN - 01908286

SP - a.18

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72255077&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

89. TY - NEWS

AU - Aidan Hartley

TI - Rwanda Rebels Kill Archbishop, Priests; Pope Decries Slayings in 1st Confirmed Massacre by Insurgents

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Jun 10, 1994

SN - 01908286

SP - a.22

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72254173&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

90. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
TI - Rwanda's Final Killing Ground; Hemmed In by Rebels, Militiamen Press Tribal Slaughter  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 9, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72251997&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

91. TY - NEWS

AU - Julia Preston  
TI - U.N. Rwanda Force Beset By Shortages, Disputes; New U.S. Proposal May Break Impasse  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 8, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.27

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72252585&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

92. TY - NEWS

TI - Africans Pledge Troops for Rwanda; 14 Nations Offer Peacekeepers; Fighting Halts U.N. Convoy in Kigali  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 4, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.15

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72252035&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

93. TY - NEWS

AU - Herman Cohen  
TI - Getting Rwanda Wrong  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 3, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.23

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72250989&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

94. TY - NEWS

TI - Appeal From Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 2, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.28

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72250999&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

95. TY - NEWS

AU - Tina Susman  
TI - New Horror In Cool Hills Of Rwanda; Thousands Killed At Church Settlement  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 1, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.24

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72250901&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

96. TY - NEWS

TI - Rebel Mortar Shell Kills Senegales U.N. Peacekeeper  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Jun 1, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.24

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72250918&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

97. TY - NEWS

AU - Richard Cohen  
TI - In No Man's Land  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - May 31, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.17

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72250102&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

98. TY - NEWS

TI - Rwandan Army, Rebels Agree to Cease-Fire

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 31, 1994

SN - 01908286

SP - a.13

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72249920&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

99. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Rwandan Leaders Flee Rebel Advance; Militants Blamed for Ethnic Bloodletting

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 30, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72249607&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

100. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Rebel Victory Called Path to Ending Rwandan Slaughter

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 29, 1994

SN - 01908286

SP - a.48

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72248545&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

101. TY - NEWS

TI - The Least to Be Done for Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 28, 1994

SN - 01908286

SP - a.28

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72249833&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

102. TY - NEWS

TI - U.N. Force Helps Civilians Escape Rwandan Capital

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 28, 1994

SN - 01908286

SP - a.16

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72249686&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

103. TY - NEWS

AU - Charles Krauthammer

TI - Stop the Genocide In Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 27, 1994

SN - 01908286

SP - a.25

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72248632&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

104. TY - NEWS

AU - Julian Bedford

TI - Hutu Refugees Flee Rwandan Guerrillas; U.N. Cease-Fire in Capital Ignored

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 26, 1994

SN - 01908286

SP - a.34

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72248691&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

105. TY - NEWS

AU - Julia Preston

TI - U.N. Chief Denounces Response to Rwanda; 'Failure' Laid to World Body, Top Members

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 26, 1994

SN - 01908286

SP - a.33

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72248686&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

106. TY - NEWS

TI - Death in Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 24, 1994

SN - 01908286

SP - a.20

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72248648&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

107. TY - NEWS

TI - Rwandan Fighting Stymies Envoy's Peace Mission

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 24, 1994

SN - 01908286

SP - a.16

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72248588&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

108. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Rebels Take Key Parts of Rwandan City

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 23, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72249614&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

109. TY - NEWS

TI - Fighting in Rwanda's Capital

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 22, 1994

SN - 01908286

SP - a.31

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72248626&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

110. TY - NEWS

TI - U.S. Accuses Tutsi Rebels Of Atrocities

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 18, 1994

SN - 01908286

SP - a.16

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72246796&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>



111. TY - NEWS

AU - Julia Preston

AU - Trevor Rowe

TI - U.N. Votes to Dispatch More Troops to Rwanda; Weapons Embargo Imposed on Both Sides

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 17, 1994

SN - 01908286

SP - a.12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72245545&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

112. TY - NEWS

TI - Rwandan Civilians Dig Trenches

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 16, 1994

SN - 01908286

SP - a.12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72246588&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

113. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Rebels Gain Support From Both Sides in Rwandan War

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 15, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72245138&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

114. TY - NEWS

TI - U.N. Plans African Force For Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 14, 1994

SN - 01908286

SP - a.19

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72246643&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

115. TY - NEWS

AU - Michael Williamson  
TI - Death Knows No Borders  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - May 13, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.39  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72245344&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

116. TY - NEWS

TI - Out of Rwanda, but Still Suffering  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - May 13, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72245144&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

117. TY - NEWS

AU - Ruth Marcus  
TI - Mandela Hears 'Ideas' On Rwanda; U.S. Proposes Action By Joint Peace Force  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - May 11, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.26  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72246661&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

118. TY - NEWS

AU - Aidan Hartley  
TI - Nun Tells Of Survival In Rwanda; Militiamen Hacked Family of 6 to Death  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - May 9, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.14  
UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72244615&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

119. TY - NEWS

TI - Rwanda's History of Minority Rule  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - May 9, 1994

SN - 01908286

SP - a.16

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72244670&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

120. TY - NEWS

AU - Julia Preston

TI - Rwandans Confound U.N. Security Council; Humanitarian Impulse as Mission Impossible

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 8, 1994

SN - 01908286

SP - a.25

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243640&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

121. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Witnesses Describe Cold Campaign of Killing in Rwanda; Leaders Allegedly Sought to Wipe Out Tutsis

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 8, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243513&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

122. TY - NEWS

TI - Rwanda's Genocide Is Not Random 'Tribal Violence'

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 6, 1994

SN - 01908286

SP - a.24

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243697&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

123. TY - NEWS

TI - U.N. Suspends Aid Flights to Rwanda; Cease-Fire Negotiated

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 6, 1994

SN - 01908286

SP - a.32

UR  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243789&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

124. TY - NEWS

TI - Artillery Battles Erupt in Rwandan Capital

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 5, 1994

SN - 01908286

SP - a.35

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243750&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

125. TY - NEWS

TI - Stopping Rwanda's Bloodbath

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 5, 1994

SN - 01908286

SP - a.22

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243654&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

126. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Instant City of Misery in a Lush Land; Rwandan Refugees Crowd Into Tanzanian Border Camp

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 4, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72244267&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

127. TY - NEWS

AU - Pauline Jelinek

TI - 34 Orphans, Others Killed In Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 4, 1994

SN - 01908286

SP - a.31

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72244497&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

128. TY - NEWS

AU - Thomas W. Lippman

TI - Washington Begins to Act as Displaced Rwandans Wait; Clinton Administration Plans to Send Refugee Aid, Seeks to 'Reinvigorate' Talks

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 3, 1994

SN - 01908286

SP - a.14

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243585&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

129. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Washington Begins to Act as Displaced Rwandans Wait; At Border Bridge, the Dead Pass Under Where the Living Passed Over

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 3, 1994

SN - 01908286

SP - a.14

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243578&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

130. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Bodies Clog Rwandan River: Officials Count Hundreds of Corpses Per Day Floating Into Tanzania

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 2, 1994

SN - 01908286

SP - a.12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72244474&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

131. TY - NEWS

TI - Running From Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 2, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72244408&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

132. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Rwandan Rebels Close Border; Untold Thousands of Would-Be Refugees Prevented From Fleeing

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 1, 1994

SN - 01908286

SP - a.34

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243642&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

133. TY - NEWS

TI - U.S. Leadership in Rwanda's Crisis

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - May 1, 1994

SN - 01908286

SP - c.06

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72243842&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

134. TY - NEWS

AU - Julia Preston

TI - 250,000 Flee Rwanda for Tanzania; Ethnic Warfare May Have Killed 200,000, U.N. Says

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 30, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72242368&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

135. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Mass Killings' Continue, Rwandan Officials Say

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 28, 1994

SN - 01908286

SP - a.20

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72241316&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

136. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - Rwandan Rebels Call Truce, but Bloodshed Goes On

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 27, 1994

SN - 01908286

SP - a.28

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72242185&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

137. TY - NEWS

AU - Stephen Buckley

TI - Now, the Reign of Terror; Impoverished King Watches Rwandan Bloodbath From Exile in Takoma Park

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 26, 1994

SN - 01908286

SP - b.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72241335&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

138. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg

TI - U.N., Aid Officials Say Mass Killings Are Spreading in Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 26, 1994

SN - 01908286

SP - a.11

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72241190&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

139. TY - NEWS

TI - Rwanda Killings Continue, Peace Talks Go Nowhere

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 25, 1994

SN - 01908286

SP - a.11

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72242549&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

140. TY - NEWS

TI - Rwanda Killings Continue, Peace Talks Go Nowhere

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 25, 1994

SN - 01908286

SP - a.11

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72242545&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

141. TY - NEWS

TI - So That the World Does Not Forget Rwanda'

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 24, 1994

SN - 01908286

SP - c.07

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72241486&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

142. TY - NEWS

AU - Julia Preston

TI - Death Toll in Rwanda Is Said to Top 100,000; U.N. Votes to Pull Out Most Peacekeepers

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 22, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72240239&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

143. TY - NEWS

TI - U.N. Force Nears Collapse in Chaotic Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 21, 1994

SN - 01908286

SP - a.26

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72240377&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

144. TY - NEWS

AU - Alison Des Forges

TI - A Life Saved

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)



PY - Apr 19, 1994

SN - 01908286

SP - a.15

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72239486&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

145. TY - NEWS

TI - U.N. Protecting 12,000 in Rwanda; 2nd Flight of Food, Medicine Reaches Capital as Peace Talks Stall

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 18, 1994

SN - 01908286

SP - a.12

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72239351&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

146. TY - NEWS

TI - One, Two, Many Rwandas?

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 17, 1994

SN - 01908286

SP - c.06

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72239562&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

147. TY - NEWS

AU - Alison DesForges

TI - The Method in Rwanda's Madness; Politics, Not Tribalism, Is the Root of the Bloodletting

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 17, 1994

SN - 01908286

SP - c.02

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72239536&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

148. TY - NEWS

TI - U.N. Considers Pulling Troops Out of Rwanda

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 14, 1994

SN - 01908286

SP - a.26

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72239413&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

149. TY - NEWS

TI - Flight From Rwanda  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Apr 13, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72237632&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

150. TY - NEWS

AU - Carol Pott Berry  
TI - 3 Days of Terror in Kigali Precede Evacuation to Safety  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Apr 12, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.13

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72236831&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

151. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
TI - Westerners Begin Fleeing Rwanda; 170 Americans Leave by Convoy  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Apr 10, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72236695&Fmt=7&clientId=45714&RQT=309&VName=PQD>

152. TY - NEWS

AU - Ann Devroy  
AU - John Lancaster  
TI - French Arrive to Help Westerners Leave; In Rwanda, 255 Americans Get Ordered Departure' Command  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Apr 9, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.18

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72237729&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

153. TY - NEWS

TI - Not Two of a Kind  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Apr 9, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.20

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72237791&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

154. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
TI - Slayings Put Rwanda In Chaos; Clerics, Foreigners Among Casualties; Americans to Leave  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Apr 9, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72237537&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

155. TY - NEWS

AU - Keith B. Richburg  
TI - Rwanda Wracked By Ethnic Violence; Rampages Follow Presidents' Assassination  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Apr 8, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.01

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72236545&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

156. TY - NEWS

TI - Take Care of My Children'  
JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)  
PY - Apr 8, 1994  
SN - 01908286  
SP - a.21

UR -  
<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72236752&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

157. TY - NEWS

TI - Two African Presidents Killed

JF - The Washington Post (pre-1997 Fulltext)

PY - Apr 7, 1994

SN - 01908286

SP - a.01

UR

<http://proquest.umi.com/pqdweb?did=72236188&Fmt=7&clientId=45714&mp;RQT=309&VName=PQD>

## ANEXO III – Mapas de Ruanda

Mapa 1: *Prefectures of Rwanda, 1997.*



Fonte: PRUNIER, Gérard. **The Rwanda Crisis: history of a genocide.** New York: Columbia University Press, 1997, p. xiv.

Mapa 2: Mapa atual de Ruanda.



Fonte: CIA. **The World Factbook.** Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rw.html>. Acesso em: 13 jun. 2011.